

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
CONVÊNIO MINTER UFMA, UFRR E CEFET – RR**

INDIRA DUARTE DE OLIVEIRA

**PROJETO DE ASSENTAMENTO SAMAÚMA (1987-2006): NA CONTRAMÃO DA
POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA**

São Luís – MA
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

INDIRA DUARTE DE OLIVEIRA

**PROJETO DE ASSENTAMENTO SAMAÚMA (1987-2006): NA CONTRAMÃO DA
POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Políticas Públicas da UFMA – Convênio MINTER – UFMA/UFRR/CEFET-RR, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas. Área de Concentração: Políticas Públicas Movimentos Sociais. Linha de Pesquisa: Estado, Questão Agrária e Conflitos.

Orientador: Prof. Dr. JOSÉ DE RIBAMAR
SÁ SILVA.

Co-orientadora: Profa. Dra. MARIA DAS
GRAÇAS SANTOS DIAS
MAGALHÃES.

São Luís - MA
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

048p Oliveira, Indira Duarte de.
Projeto de Assentamento Samaúma (1987-2006): na contramão da política de reforma agrária brasileira / Indira Duarte de Oliveira. – Boa Vista, 2009.
114 f.: il

Orientador: Pr. Dr. José de Ribamar Sá Silva.
Co-orientadora: Profa. Maria das Graças Santos Dias Magalhães.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Mestrado Interinstitucional em Políticas Públicas. UFMA/UFRR.

1 – Projeto de Assentamento. 2 – Reforma Agrária. – Colonização agrícola I – Título. II – Silva, José de Ribamar Sá. III – Magalhães, Maria das Graças Santos Dias.

CDU – 333.013.6

INDIRA DUARTE DE OLIVEIRA

**PROJETO DE ASSENTAMENTO SAMAÚMA (1987-2006): NA CONTRAMÃO DA
POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Políticas Públicas da UFMA – Convênio MINTER – UFMA/UFRR/CEFET-RR, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas. Área de Concentração: Políticas Públicas Movimentos Sociais. Linha de Pesquisa: Estado, Questão Agrária e Conflitos. Aprovada no dia 17 de abril de 2009.

BANCA EXAMIDORA

Prof. Dr. JOSÉ DE RIBAMAR SÁ SILVA.
Orientador / Curso de Economia da UFMA

Profa. Dra. MARIA DAS GRAÇAS SANTOS DIAS MAGALHÃES.
Co-orientador / Curso de História UFRR

Profa. Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho
Curso de Ciências Sociais da UFMA

Dedico este trabalho a todos (as) os (as) assentados (as) brasileiros (as), em especial aos do Projeto de Assentamento Samaúma, os quais contribuíram de forma decisiva para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a minha filha Irsila Duarte de Oliveira que ao longo de toda minha jornada acadêmica e de pesquisadora sempre apoiou e entendeu minha ausência de nosso lar, falta de tempo e atenção, principalmente ao longo desses dois últimos anos.

Ao meu falecido pai/avô Mário Duarte Quadros, que sempre me estimulou nos estudos enquanto vivo e, a todos os demais membros da minha família que me apoiaram incondicionalmente nessa jornada.

A minha amiga, ex-professora e ex-orientadora Profa. Msc. Márcia d'Acampora pelo companheirismo e estímulo às minhas pesquisas e produções acadêmicas.

Aos colegas do MINTER pelo companheirismo e apoio nas horas mais difíceis desses dois anos de Mestrado.

Aos coordenadores e demais servidores do Programa de Políticas Públicas da UFMA pela acolhida durante a estada em São Luís. Em especial aos professores pelas discussões e orientações teórico-metodológicas que tanto contribuíram para a realização das análises sobre assentamentos rurais brasileiros, especialmente em Roraima.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva que aceitou o desafio de mostrar e acompanhar minha caminhada pela imensidão das discussões sobre assentamentos rurais no Brasil.

A minha co-orientadora, Profa. Maria das Santos Dias Magalhães, que acompanhou de perto todas as minhas angústias e inquietações, mostrando detalhes e as melhores opções teórico-metodológicas a serem adotadas na realização dessa dissertação.

Ao Prof. Dr. Reginaldo Oliveira, coordenador do MINTER em Roraima, que sempre nos ouviu, orientou e estimulou até o fim de nossa jornada.

"É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançando triunfo e glória, mesmo expondo-se à derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem gozam muito, nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta e não conhecem vitória nem derrota"

(Theodore Roselvelt)

LISTA DE ABREVIATURA/SIGLAS

BASA	Banco da Amazônia Sociedade Anônima.
CARR.....	Central dos Assentados de Roraima.
COB	Confederação Operária Brasileira.
CONTAG.....	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura.
CODESAIMA.....	Companhia do Desenvolvimento de Roraima.
CPT	Comissão da Pastoral da Terra.
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.
IBAMA.....	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.
ITERAIMA.....	Instituto de Terras de Roraima.
INCRA.....	Instituto de Colonização e Reforma Agrária.
LO.....	Licença de Ocupação.
MST	Movimento dos Sem Terras.
MSTT.....	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.
PA.....	Projeto de Assentamento.
PIC	Projeto Integrado de Colonização.
PNRA.....	Plano Nacional de Reforma Agrária.
PROCERA.....	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PRONERA.....	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
PROVAP	Programa de Valorização do Pequeno Agricultor.
SEAAB	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de Roraima.
STTR.....	Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais.
SIPRA.....	Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária.
PRONERA.....	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
SUCAM.....	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública.
TDT.....	Título Definitivo da Terra.
ULTAB	União dos Trabalhadores Agrícolas no Brasil.

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

MAPA 1	48
MAPA 2.....	54
FIGURA 1	53

RESUMO

Este trabalho apresenta o Projeto de Assentamento Samaúma como um estudo de caso para demonstrar que, na especificidade roraimense, a criação de novos territórios por meio dos assentamentos está intimamente ligada a política de colonização agrícola, por conseguinte, todos os órgãos federais, principalmente o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgãos estaduais e municipais que tratam das questões rurais apenas legitimam a elevação das colônias agrícolas espontâneas a qualidade de projetos de assentamento, contrariando a legislação vigente. Por outro lado, os assentados, mesmo os que atuam no movimento social rural – associações de produtores rurais; sindicatos rurais, FETAG e CONTAG – não se mobiliza, nem tão pouco se articula para fazer valer essa legislação, ao contrário, vêm e incorporam aos seus *habitus* toda e qualquer medida tomada para amenizar e/ou sanar as problemáticas vividas na zona rural como ações “benevolentes” do estado, reiterando as relações de poder e violência simbólica estabelecidas entre o estado e os assentados roraimenses.

Palavras-Chave: Projeto de Assentamento; Reforma Agrária; Colonização Agrícola.

ABSTRACT

This fieldwork show the Project of Samaúma settlement as a study of case to show that, in specific roraimense, the creation of new territories by means of the settlements is closely linked to agricultural policy of colonization, therefore, all federal agencies, principally the Office for Colonization and Agrarian Reform (INCRA), state and municipal bodies that attending the rural questions only legitimating the lifting of agricultural colonies spontaneous quality of the projects of settlement, contrary to law. On the other hand, the settlers, even those who work in rural social movement - associations of rural producers, rural unions, and FETAG CONTAG - not mobilized, nor is articulated to enforce such legislation, in contrast, view and incorporate the their *habitus* all and any mood taken to soften and / or heal the problems lived in rural and actions "benevolent" in the state, reaffirming power relations and symbolic violence between the state and the settlers roraimense.

Key-Words: Project for Settlement; Land Reform; Agricultural Colonization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ASSENTAMENTOS RURAIS: INSTRUMENTO DE POLÍTICA AGRÁRIA	18
1.1 Os Assentamentos Rurais no Brasil	19
1.2 Implantação dos Assentamentos Rurais na Região Amazônica.....	25
1.2.1 A Política de Colonização Agrícola dos Militares	32
1.2.2 Roraima: Região Estratégica para a Colonização Agrícola Estatal.....	37
2 O ALVORECER DE UMA NOVA COLÔNIA AGRÍCOLA ESPONTÂNEA EM RORAIMA.....	45
2.1 O Nascimento da Colônia Agrícola Nova Esperança.....	47
2.1.2 Nova Esperança: Uma Colônia Agrícola Invisível ao INCRA (1987/1995)	56
2.2 O INCRA Entra em Cena.....	61
2.3 Samaúma na Atualidade.....	70
3 MOVIMENTO SOCIAL RURAL: ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES, SINDICALISMO E MST EM RORAIMA.....	75
3.1 Breve Trajeto Histórico do Sindicalismo Rural Brasileiro	77
3.2 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mucajaí X Associações de Produtores Rurais em Samaúma.....	92
3.3 Associação de Produtores Rurais Nova Esperança	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

A presente dissertação objetiva analisar a implantação e a trajetória do Projeto de Assentamento Samaúma, localizado no município de Mucajaí – RR, tendo em vista os critérios legais que devem ser seguidos pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) para implantação e consolidação da agricultura familiar em todo o território nacional.

As atividades agrícolas e pecuárias são, tanto em nível internacional quanto nacional, importantes fontes de recursos econômicos e de matéria-prima industrial, muito embora o avanço do capitalismo no meio rural tenha provocado e, a certo ponto, ainda hoje provoque problemas de ordem social e econômica nos países desenvolvidos e nos ditos emergentes. Tais problemas têm levado governantes de grande parte dos países capitalistas a adotar a criação de assentamentos rurais enquanto políticas públicas remediadoras.

Assentamentos rurais, na sua generalidade, buscam minimizar os problemas sócio-econômicos nos grandes centros urbanos e industrializados, decorrentes da grande migração campo-cidade e beneficiar os sem-terra, uma vez que a criação de assentamentos rurais de forma planejada e “eficiente” provocaria a migração cidade-campo por meio da adoção de uma política tida como reforma agrária.

Na particularidade brasileira, o assentamento rural é uma política adotada pelo Estado para minimizar os intensos conflitos fundiários entre agropecuaristas e sem-terra nas áreas de colonização consolidadas, regiões Sul, Sudeste e Nordeste, por meio da migração tanto dirigida quanto espontânea para as regiões Centro-Oeste e Norte, nas quais, a partir da década de 1930, foram criados vários assentamentos rurais para receber esses sem-terra.

O termo assentamento rural, segundo Bergamasco e Norder (1996), só passou a fazer parte do vocabulário internacional a partir da década de 1960, e no Brasil a partir da década de 1970, para designar o implemento da pequena unidade de produção agrícola e/ou agricultura familiar, embora Leite (1994, p. 203 *apud* SILVA, 2008, p. 194) mencione a utilização desse termo em relatórios oficiais já na década de 1960 no Brasil para designar a transferência e alocação de famílias em imóveis rurais . Mas para efeito compreensivo, na presente dissertação, o termo

“assentamento rural” será empregado e entendido como sinônimo de “colônia agrícola”, o qual era comumente utilizado para designar a criação da pequena unidade de produção agrícola no período que compreende 1930 a 1970. Ao se referir a criação dessas pequenas unidades de produção agrícola a partir de 1970, o termo aqui empregado será “projeto de assentamento”, de acordo com a Instrução Normativa N° 2, de 20 de março de 2001 (MDA/INCRA).

De modo geral, os assentamentos rurais são verdadeiros laboratórios de pesquisas das mais diversas áreas de conhecimento humano e, compreender sua dinâmica social, política, econômica, cultural, é de fundamental importância não só para o meio acadêmico, mas para a sociedade em geral e, principalmente, para os próprios assentados que durante vários anos ficaram privados de políticas públicas voltadas às suas demandas.

Os resultados das pesquisas que vêm sendo realizadas, principalmente por sociólogos e economistas, são importantes fontes de informações e análises para embasar a elaboração das mais diversas políticas públicas destinadas ao estabelecimento e fomento da agricultura familiar, entendida como atividade praticada com o predomínio do trabalho familiar no estabelecimento agropecuário, identificando uma correlação entre gestão, trabalho e posse total ou parcial dos meios de produção (FAO/INCRA, 1994).

Além disso, também são importantes fontes para embasar as discussões entre as diferentes entidades representativas, os assentados e os órgãos públicos federais, estaduais municipais e as entidades não-governamentais que lidam com as questões agrárias no país.

Nessa perspectiva, são inúmeros os temas e abordagens existentes sobre os assentamentos rurais, sob os mais diferentes olhares, teorias e metodologias, como é o caso da presente dissertação, em que se optou fazer a análise de aspectos históricos e sociais acerca da forma como se dá a implantação e consolidação dos Projetos de Assentamentos pelo INCRA em Roraima.

Os aspectos históricos e sociais aqui apresentados são necessários para se compreender que a criação dos assentamentos rurais em Roraima é, ainda hoje, um instrumento da política de colonização do governo federal e, principalmente, do governo estadual para garantir o povoamento da região por não-índios, o que caracteriza a especificidade roraimense no que diz respeito à criação desses assentamentos em relação ao restante do país.

O presente trabalho de dissertação aprofunda¹ outros dois (02) estudos sobre o Projeto de Assentamento Samaúma, localizado no município de Mucajaí – RR, um dos maiores dentre os atuais 50 assentamentos do Instituto de Colonização Reforma Agrária (INCRA) em Roraima.

O primeiro desses trabalhos foi realizado por mim em 2002, com objetivo de analisar os motivos que levaram o INCRA a reconhecer uma colônia agrícola espontânea como um Projeto de Assentamento sem levantamento prévio das condições de localização geofísica e política da mesma, já que a colônia localiza-se dentro da Flona Roraima de jurisdição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Neste trabalho conclui que tanto o INCRA quanto o IBAMA não tem controle efetivo sobre suas áreas de jurisdição, nem tão pouco desenvolvem suas atividades de acordo com as determinações legais para as quais foram criados, agindo de forma, no mínimo, irresponsável, as quais acarretaram grandes transtornos, nesse caso específicos, para os assentados de Samaúma.

O segundo trabalho realizado por mim em 2005, objetivou analisar de que forma as leis destinadas ao desenvolvimento da agricultura familiar brasileira contribuem para a formação da mentalidade dos trabalhadores rurais de que o governo é o grande responsável pela sua fixação e perspectiva de desenvolvimento e crescimento sócio-econômico no campo. Conclui que, a bem da verdade, a forma como essas leis são implantadas pelos governos federal (INCRA), estadual e municipais em Roraima criam e mantêm um estreito laço de dependência dos trabalhadores rurais em relação as medidas paliativas governamentais para manterem-se no campo.

Aqui, parto do princípio de que a criação desses assentamentos rurais não diz respeito somente aos aspectos econômicos e políticos, pois sua criação significa a instituição de um “novo” território, uma vez que nele incidem novas formas de relações de exploração produtiva, de trabalho, de poder, de crenças, de

¹ Em 2002 e 2005 foram produzidos dois trabalhos científicos pela mestranda, utilizando o Projeto de Assentamento Samaúma como estudo de caso. Ambos os trabalhos culminaram com publicações de capítulos nos livros: **Pensando e Preservando o Olhar Histórico, Socioeconômico e Político de Roraima** (OLIVEIRA, Indira Duarte de. Projeto de assentamento: consolidação da política agrícola brasileira. In BORGES, Heloísa da Silva (Org.). **Pensando e Preservando o Olhar Histórico, Socioeconômico e Político de Roraima**. Manaus: UEA/Editora Valer, 2008) e **O Rio Branco se enche de História** (OLIVEIRA, Indira Duarte de. Estratégias Governamentais para a Colonização Agrícola e os Trabalhadores Rurais. In VIEIRA, Jaci Guilherme (Org.). **O Rio Branco se enche de História**. Boa Vista: Editora UFRR, 2008).

perspectivas políticas, sociais e econômicas que passam a ser estabelecidas entre os alocados e aqueles que chegam.

Portanto, o assentamento rural é um lugar onde há a presença de um poder que, segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2001), coordena a vida em agrupamento e, ao mesmo tempo, é fruto dela; logo, é um poder exercido com a cumplicidade dos que lhe são submetidos.

Nesse sentido, a adoção dessa política de colonização agrícola de Roraima por meio da criação de assentamentos rurais é tida e vista por grande parte dos sem-terra que se desterritorializaram (abandonaram seu território) e para cá vieram com o propósito de se reterritorializar (construir um novo território), como uma política pública capaz de concretizar o sonho da aquisição da terra própria.

Por conseguinte, esses sem-terra vislumbram ascender socioeconomicamente na região por meio de seu trabalho árduo na terra e se constituir como médios e grandes produtores locais, corroborando com o que Bourdieu (2001) denominou de violência simbólica.

Incentivada pelo governo local, há uma crença corrente entre os sem-terra que acabam se desterritorializando, especialmente nordestinos/maranhenses, de que em Roraima há muita terra para ser apossada e, ao se apossarem, tanto o INCRA quanto os demais órgãos estaduais, Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA), Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SEAAB) e secretarias municipais de agricultura, fornecerão condições até que seja legalizada a situação de posse e passem a ter acesso às linhas de créditos do Governo Federal, destinadas ao implemento e fomento da agricultura familiar (PRONAF) e, por conseguinte, possam subsistir em e dá terra adquirida na condição de assentado.

Para se entender e analisar como esta crença se manteve quase intacta, com o passar dos tempos por meio do estímulo do governo e foi apreendida e incorporada pelos assentados roraimenses, recorreu-se mais uma vez a um conceito de Pierre Bourdieu (2001), o de *habitus*.

Na literatura que trata de questões relacionadas a assentamentos rurais inclusive por força da legislação agrária vigente do país, há uma gama de denominações destinadas a designar homens e mulheres que vivem na zona rural brasileira, tais como: “assalariados”, “parceiros”, “arrendatários”, “pequenos proprietários”, “posseiros”, “sem-terra”, “assentados”, etc. (Estatuto da Terra, 1964), unificadas com o advento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (PRONAF), que passou a designá-las genericamente de “trabalhadores rurais”.

Para melhor compreensão, aqui serão utilizadas as denominações “sem-terra”; “posseiro”, para designar homens e mulheres que possuem um pedaço de terra sem documento referente à sua posse ou que “inexistem”, tecnicamente, junto aos órgãos públicos federais, estaduais e/ou municipais que tratam das questões rurais em todo o país; “assentados”, para designar todos que habitam e produzem dentro de um lote no assentamento, independentemente de terem recebido o Crédito Instalação nos Projetos de Assentamento (Instrução Normativa INCRA nº 15, de 30/03/2004) e/ou título definitivo da terra, mas são cadastrados junto ao Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

Na realização desta dissertação, serviram de fonte de pesquisa, além da bibliografia sobre os assentamentos rurais no país, inclusive as extraídas da internet, visitas em loco ao Projeto de Assentamento Samaúma e entrevistas semi-estruturadas em três momentos distintos.

O primeiro momento ocorreu em 2002, ao realizar uma pesquisa de campo como pré-requisito de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História - UFRR, o qual culminou com um trabalho no campo da História Institucional, intitulado “Projeto de Assentamento Samaúma: uma incógnita?”.

Naquele momento, a partir de quinze perguntas abertas produzidas previamente, foram selecionados dez assentados de Samaúma, primeiros posseiros que deram início a formação da colônia espontânea “Nova Esperança”², para fornecer informações, pois de 1987 a 1996, não foi encontrado nenhum dado oficial junto ao INCRA, ITERAIMA ou SEAAB.

Portanto, essas entrevistas³ tinham por objetivo reconstituir, por meio de fontes orais, a história de Samaúma. Além disso, o período escolhido para suas realizações foi julho, melhor mês para encontrar os assentados fora da lida na roça e constatar as condições de trafegabilidade da estrada de acesso, das vicinais do PA e de escoamento produtivo, pois é o período mais intenso do inverno em Roraima.

Em 2005, num segundo momento, foi realizado um novo trabalho científico sobre Samaúma. Tratava-se de Especialização em História Regional também pela UFRR.

² Nome da colônia agrícola de 1987 a 1991, quando passou a se chamar Samaúma.

³ Essas entrevistas estão registradas em sete fitas K – 7 que compõem o acervo da autora.

As visitas⁴ se deram também no mês de julho, pelos mesmos motivos, mas apenas três dos dez assentados de 2002 foram re-entrevistados, pois o objetivo era coletar dados a partir de informações sobre suas histórias de vida enquanto assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em Roraima e a forma como percebiam as medidas do INCRA e do governo do estado no PA. O resultado dessa pesquisa foi intitulado “Estratégias Governamentais para a Colonização Agrícola e os Trabalhadores Rurais”.

Para esta dissertação, o terceiro momento, foi re-entrevistado apenas o Sr. João Francisco Sodré⁵, referência em meio aos moradores de Samaúma e que, embora não seja associado a nenhuma das cinco associações de produtores do PA e nem filiado ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mucajaí, sempre está envolvido nas discussões acerca do problema fundiário do PA.

Foram entrevistados ainda, o presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mucajaí e dois diretores da Associação de Produtores Rurais Vila Nova única associação das cinco do PA que está em plena atuação.

Para essas entrevistas foram elaboradas cerca de quinze perguntas prévias com o objetivo de se fazer um panorama sobre a relação entre os assentados e sua entidade representativa, desta com o sindicato e demais entidades dos assentados existentes e em funcionamento no Estado.

As perguntas estão divididas em três blocos: questões gerais, questões específicas referentes ao associativismo e questões referentes ao problema fundiário.

Além da pesquisa bibliográfica, das entrevistas e visitas em loco, foram analisados documentos do INCRA e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Suas interpretações e análises foram distribuídas ao longo dos três capítulos que compõem esta dissertação.

No primeiro capítulo apresento uma discussão teórica sobre o significado dos assentamentos, seus diferentes objetivos a partir de 1930 no Brasil, e as diferentes orientações político-ideológicas ao longo do tempo até ser caracterizado e entendido como uma política pública implementada pelo Estado para dar cabo das relações de poder estabelecidas entre este e os principais interessados, os assentados.

⁴ Mais três fitas K – 7 produzidas compõem o acervo da autora.

⁵ A entrevista com esse assentado não foi realizada a partir de um roteiro prévio.

Convém ressaltar que inúmeras transformações e ajustes foram sendo realizados nas políticas de ocupação agrícola da Amazônia, especialmente Roraima, se apresentasse como um dos alvos principais da criação de assentamentos dirigidos e espontâneos, destacadamente nos governos de Getúlio Dornelles Vargas e no Regime Militar.

O segundo capítulo aponta como essa situação se instaura em Roraima, ou seja, como se dá o início da criação dos assentamentos rurais e como esse processo culminou com um intenso processo de apossamento espontâneo de terras da União, como foi o caso do Projeto de Assentamento Samaúma.

Apresento o levantamento histórico da constituição do PA iniciado de forma espontânea; as transformações sócio-econômicas decorrentes da sua elevação, a qualidade do Projeto de Assentamento do INCRA e, conseqüentemente, o problema fundiário, ainda não solucionado, entre o INCRA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Finalizo o capítulo caracterizando sua atual situação infra-estrutural e de desenvolvimento sócio-econômico enquanto PA, dos assentados e demais moradores de Samaúma.

No terceiro e último capítulo, discuto como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as Federações dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETAGs) e os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) se constituíram e se consolidaram como movimentos sociais mais expressivos do país no meio rural, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), fazendo com que o Estado discutisse e implementasse políticas públicas que fizessem jus às suas demandas, mas que hoje, aparentemente, salvo as mobilizações e ações do Movimento dos Sem Terras, parecem estar num momento de distanciamento e marasmo mediante as problemáticas vividas pelos assentados brasileiros, mais especificamente os assentados roraimenses.

Distanciamento este, que se reflete nas relações dos assentados com suas entidades representativas (associações de produtores), destas com os sindicatos municipais de Roraima e, finalmente destes com a CONTAG, FETAG, Central dos Assentados (CARR), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais sindicatos tidos como urbanos, os quais se organizam e se concentram na capital, Boa Vista.

1 ASSENTAMENTOS RURAIS: INSTRUMENTO DE POLÍTICA AGRÁRIA

Historicamente, no âmbito das políticas públicas adotadas e implementadas pelos Estados capitalistas, os assentamentos rurais determinam um tipo de intervenção fundiária, unificam e encobrem uma extensa gama de ações, como compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou utilização de terras públicas (MEDEIROS; LEITE, 2004).

Políticas estas destinadas a minimizar problemas socioeconômicos nos grandes centros urbanos e industrializados, decorrentes da grande migração campo-cidade provocada pelo avanço do capitalismo no meio rural. Logo, a criação dos assentamentos rurais busca realizar o processo inverso: migração cidade-campo e, por conseguinte, de modo geral, a reforma agrária.

De forma genérica, assentamentos rurais dizem respeito à criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais para o reordenamento do uso da terra, em benefício dos sem-terra ou com pouca terra.

O termo assentamento rural surgiu no vocabulário jurídico e sociológico na década de 1960, no contexto da reforma agrária venezuelana e difundiu-se para os demais países a partir de então (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Tanto a expansão do termo quanto a relação entre assentamentos rurais e reforma agrária foi fruto da pressão dos países capitalistas desenvolvidos que, para garantirem o abastecimento de matéria-prima agropecuária para suas indústrias, lideraram e orientaram a formulação da *Carta de Punta Del Este* em 1961, na qual foram traçados os objetivos e estratégias a serem adotadas para a efetivação da Reforma Agrária pelos e nos países emergentes.

O termo *assentamento rural* passou a ser empregado no Brasil na década de 1970, concomitantemente expulsão da população rural em larga escala para os centros urbanos.

Os assentamentos podem ser classificados em: a) projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando à ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola; b) reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; c) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessórias; d) programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da Terra de 1964, parcialmente implementado a partir de 1986 sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no governo Sarney; e) a criação de reservas

extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Independentemente da classificação, os assentamentos criam novos territórios e, por isso, acabam sendo entendidos como a categoria que explicita os reflexos sintomáticos do poder da modernização conservadora, uma vez que é um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder (SILVA; ALMEIDA, 2004).

Poder este, exercido essencialmente pelo Estado em prol do interesse da classe dominante, que procura deslocar das áreas de conflitos por terra os sem-terra através da criação de colônia agrícolas em áreas tidas como despovoadas, pois se ignora a presença das populações tradicionais: indígenas, caboclas, quilombolas, ribeirinhas. Segundo Bourdieu (2001, pp. 07-08) “o poder simbólico deve ser descoberto onde é ignorado, pois é um poder invisível que pode ser exercido por meio da cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem.”

Logo, território é todo e qualquer espaço caracterizado pela presença de um poder, ou um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, uma vez que o poder é fruto da vida em agrupamento. Em síntese, toda organização social só é possível quando existe um poder capaz de coordenar todos que se encontra em um determinado espaço (NUNES, 2006).

Para que os assentamentos rurais cumpram os objetivos supracitados e instaure um novo território que atenda as demandas dos assentados cria-se e mantêm-se intenso processo de relações de poder.

É, pois, um dentre tantos desafios apresentados aos assentados rurais brasileiros viver econômica e socialmente em suas parcelas rurais com dignidade e perspectivas de melhoria de vida.

1.1 Os Assentamentos Rurais no Brasil

Na particularidade brasileira, assentamentos rurais são uma política pública freqüentemente associada a conflitos no campo entre os sem-terra e os latifundiários e agropecuaristas. É, portanto, uma das formas de intervenção adotada

pelo Estado para minimizar tensões sociais específicas, buscando certo consenso (SILVA, 2001).

Isto porque, não se programa, nem tão pouco se idealiza a reordenação da estrutura fundiária do país, que tem como principal característica o latifúndio e a monocultura.

Tal deslocamento se deu em função desses sem-terra, posseiros e agricultores familiares serem considerados verdadeiros empecilhos à expansão da grande produção agropecuária das áreas de colonização já consolidadas.

Mas, na verdade, os agricultores familiares e posseiros dessas áreas não conseguem produzir o suficiente para competir no mercado com os médios e grandes produtores, inclusive em nível interestadual e de exportação restando-lhes, muitas vezes, a tarefa de abastecer o mercado interno local. Logo, impedem que os grandes produtores adquiram cada vez mais terras para o implemento de novas atividades produtivas e a expansão das já praticadas voltadas ao mercado externo e a consolidação da agroindústria.

Muitos desses agricultores familiares e posseiros se recusam a sair de suas terras, necessitando de políticas públicas que lhes garantam o uso e a posse da terra de modo a satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, como nas palavras de Medeiros e Leite (2004, p. 17), para quem "(...) tais Intervenções visaram à regularização de áreas ocupadas, às vezes há décadas, por 'posseiros'; a fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra (...)".

Tais intervenções buscavam, e ainda hoje procura legalizar uma situação instaurada e consolidada, pois o contrário causaria inúmeros transtornos, inclusive legais, para o Estado como indenizações, longo período de briga jurídica, descontentamento e protestos sociais, em larga escala, a exemplo das atuais manifestações promovidas pelo Movimento dos Sem Terra (MST).

De qualquer forma, tal constatação remete à idéia de que é o próprio Estado que busca manter um ordenamento fundiário desigual e concentrador, que desencadeou, e continua desencadeando, inúmeros conflitos armados entre os sem-terra e latifundiários nas áreas de colonização consolidadas aqui apontadas, bem como a grande migração campo-cidade.

Nesses termos, o Estado instrumentaliza, gradativamente, seu poder simbólico, uma vez que é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer conforme Bourdieu (2001), uma ordem *gnoseológica*, um poder

subordinado, uma forma irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder e, além do mais, seu efeito não é facilmente reconhecido.

Enquanto conhecedor desse poder, o Estado, por sua vez, idealiza e implementa estratégias capazes de atender aos interesses da classe dominante do meio rural, viabilizando o avanço do capitalismo no meio rural, o qual provoca a reorganização e a dinamização das forças produtivas.

Por conseguinte, as terras devolutas são transformadas em propriedades privadas por empresas agropecuárias, latifundiários potencialmente produtivos e, em menor proporção, por sem-terras (IANNI, 2004).

Isso porque, o Estado busca gerar condições satisfatórias à superação do latifúndio improdutivo, banir a agricultura atrasada praticada pelos agricultores familiares e promover a industrialização do país.

Nessa perspectiva, aparentemente, os conflitos por terra passaram a fazer parte da discussão da pauta política brasileira a partir da década de 1930. No entanto, na sua essência, não intuía sanar os problemas vividos pelo homem do campo, tais como: as endemias de malária, o alto índice de analfabetismo, a grande distância entre o campo e os centros urbanos e, principalmente, a idéia de apagamento social que lhes foi legada (OLIVEIRA, 2008).

Diz-se apagamento social em função de que, em momento algum da História política e econômica brasileira, as administrações públicas do país idealizaram políticas agrárias que de fato e de direito buscassem sanar as problemáticas descritas acima. Porém, o Estado adotou políticas públicas que, naquele momento, atenderam às demandas dos grandes produtores capitalistas.

Por sua vez, os sem-terra, posseiros e assentados, até o advento das Ligas Camponesas Nordestinas (1955), pouco se organizaram para exigir que o governo tomasse medidas que lhes beneficiassem e/ou fizessem com que a sociedade brasileira tomasse conhecimento de suas mazelas.

Essa postura demonstra o quão era desarticulado o movimento social no meio rural, fruto da própria estrutura construída pelo Estado para beneficiar os interesses da classe dominante do país. Logo,

A realidade histórica é estruturada: grupos de homens, que ocupam lugares contraditórios no processo produtivo, entram em relação de luta – um grupo busca manter as atuais divisões de papéis, outro tenta o rompimento de tal divisão. Permanência e mudança formam uma totalidade e se explicam reciprocamente (REIS, 1982, p. 53).

Como resposta, o Estado adotou, e em certa medida continua a adotar, uma postura mediadora para sanar aquela problemática através do implemento de uma política de colonização dirigida para as regiões Centro-Oeste e Norte, viabilizada pela Marcha para o Oeste (1938), a qual instaurou um intenso processo de desterritorialização e reterritorialização, conceitos indissociáveis, pois ao se abandonar um território, busca-se construir um novo.

A decisão de abandonar o território significa gerar reais possibilidades de acesso a terra, o que não foi concretizado por parentes e demais sem-terra que ficaram nas regiões de origem. É uma tentativa de “libertar-se” da exploração capitalista que lhes fora imposta e o vislumbre de ascender socioeconomicamente, a partir do momento que se transforme em um médio produtor e/ou pecuarista.

Reterritorializar-se é, pois, a forma encontrada pelo grupo de excluídos de reconstruírem sua história, de estabelecer novamente as relações sociais, econômicas e políticas no espaço (re)conquistado, onde estabelecer-se-á os frutos dessa nova conquista (SILVA; ALMEIDA, 2004).

Nesse contexto de reterritorialização, o pioneiro, inclusive, estabelece novas relações de poder em meio aos demais assentados, pois é ele que, normalmente, organiza e toma a frente do movimento reivindicatório junto aos órgãos competentes, políticos e demais lideranças que tratam das questões rurais. O faz em busca de “melhorias” para a nova área de colonização, mesmo que o faça por conhecer tanto a estrutura quanto os funcionários destes órgãos.

Portanto, a partir de sua iniciativa e empenho passa a ser visto e reconhecido como autoridade e, por conseguinte, passa a exercer a violência simbólica, uma vez que, normalmente, será eleito para a presidência da associação, tomará a frente dos demais para tratar das mais diversas questões relacionadas à área junto aos órgãos públicos, políticos e entidades diversas.

Vale ressaltar que, muitas vezes, essas decisões serão tomadas a partir de suas experiências e necessidades pessoais, por julgar ser a melhor ação a ser feita em benefício da coletividade, logo, sem consultar previamente os representados.

Assim, a violência simbólica se expressa na imposição “legítima” e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as diversas

relações do mundo. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que considera sua situação natural e inevitável (BOURDIEU, 2001).

Além disso, o próprio posseiro e/ou assentado pioneiro estimula novas ondas migratórias espontâneas. Após seu estabelecimento contata parentes e amigos sem-terra na sua cidade natal para que também migrem. Estes, por sua vez, contam com o apoio do pioneiro até que consiga obter terra e produzir para subsistir, o que faz remeter ao conceito de capital social de Bourdieu adotado por Araújo *et al*, disposto a seguir:

Para ele o capital social é um recurso do qual, os indivíduos e os grupos sociais dispõem, tecendo um conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. Assim visto, o capital social é propriedade dos indivíduos e do grupo, e também estoque e base de um processo de acumulação que possibilita as pessoas estratégias de empoderamento, favorecendo-os na competição social (ARAÚJO et al, p. 3 – 4).

A postura mediadora do Estado instrumentalizou seus objetivos através da criação de colônias agrícolas ao longo das rodovias que iam sendo abertas nas regiões Centro-Oeste e Norte, principalmente a partir da década de 1940, haja vista que, a política adotada respaldou-se na criação de novos núcleos populacionais formados paulatinamente e, os grandes conflitos por terras e as mazelas que assolavam os sem-terra foram, aparentemente, sendo sanados.

Política esta que expressa a violência simbólica exercida pelo Estado, conceito elaborado por Bourdieu (2001) para descrever o processo pelo qual a classe que domina econômica e socialmente se impõe e reproduz seus mecanismos de ação, percepção e julgamento aos dominados.

Para Bourdieu (2001), a raiz da violência simbólica estaria presente nos símbolos e signos culturais, especialmente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certas pessoas e grupos de pessoas. Assim, ela é percebida como uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito que "naturalmente" se exerce de um para outro.

Há concordância entre o dominado e o dominador, logo, a dominação se dá pela ação das forças sociais e pela estrutura das normas internas da sociedade nas quais os indivíduos estão inseridos e que incorporam em seus *habitus* um princípio mediador e de correspondência entre as práticas individuais e as condições

sociais de existência e que no seu desajustamento se tornou explícito (BOURDIEU, 2001).

O conceito de *habitus* expressa ordem social, constitui-se através de estratégias e de práticas nas quais e pelas quais os agentes reagem, adaptam-se e contribuem no fazer da história (SETTON, 2002).

Isto porque, as intervenções adotadas pelo Estado levaram, e levam os sem-terra e/ou recém possuidores de terras, a acreditar que a política de colonização dirigida é aplicada no intuito de resolver os problemas de acesso à terra e os conflitos decorrentes deste. Ele a vêem como uma “dádiva” do Estado, para que possam obter terras e subsistir dela e nela, por conseguinte, a mobilização e a luta pela reforma agrária para segundo plano.

Segundo o Estatuto da Terra (1964), em seu art. 1º, § 1º, reforma agrária é o conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Embora o Estatuto vise tais objetivos, o que se constata ao analisar grande parte da literatura que trata dessa temática é que todas as medidas adotadas para a realização da reforma agrária no país acabam por atender os interesses dos grandes produtores em detrimento da pequena produção.

Logo, historicamente, a reforma agrária brasileira está marcada por sucessos e fracassos na implantação de assentamentos rurais e, de certa forma, está longe de ser efetivada.

Fato este que culminou com a realização de inúmeros estudos sobre a trajetória dos assentamentos rurais, a saber: caracterização do perfil dos beneficiários; seu processo de organização e atuação em movimentos sociais na luta pela terra e inserção produtiva no mercado; sobre a influência das políticas públicas; dentre outros (PEIXOTO, 2002).

Segundo Medeiros e Leite *et al.* (2004, p. 11), os assentamentos rurais são um novo e importante fato no processo de democratização do acesso à terra no país, pois sua constituição significa a abertura de novos horizontes de vida e de trabalho. São, pois, “um ponto de partida para novas demandas daqueles que tiveram acesso à terra e que procuram nela se viabilizar econômica e socialmente”, inaugurando novas formas de participação política.

Portanto, é necessário que se analisem esses processos para compreender as novas relações de poder instaladas, principalmente em meio aos novos territórios criados, fruto da implantação dos assentamentos, o que é denominado de territorialidade.

Nesse sentido, a implantação de assentamentos rurais na região Amazônica está intimamente ligada à perspectiva de ocupar áreas devolutas e expandir a fronteira agrícola, entendendo-se por fronteira um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas (BECKER, 1997).

Assim, fronteira agrícola é o lugar onde os sem-terra vislumbram a criação de melhores condições de vida por meio da aquisição da terra própria, embora, em muitos casos, não haja infra-estrutura básica, condições de produtividade e de comercialização adequadas à fixação humana.

1.2 Implantação dos Assentamentos Rurais na Região Amazônica

A questão agrária sempre esteve presente nos rumos do processo de desenvolvimento do Brasil, ocorrendo de diversas maneiras e em fases distintas. Durante o primeiro momento, predominou o setor primário, que durou até o início dos anos 1960, quando foi sendo introduzido com mais força o modelo de desenvolvimento de substituição da importação de produtos manufaturados por uma industrialização crescente, transferindo recursos da agricultura para outras áreas da economia (ALBUQUER *et al*, 2004).

Nessa fase, destaca-se o primeiro período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), momento em que a criação de colônias agrícolas planejadas iniciou-se sob sua orientação política e ideológica.

Essas colônias constituíram-se como um importante instrumento utilizado pelo governo para aumentar o povoamento da região Amazônica por não-índios e intervir nos conflitos armados entre os sem-terra e os latifundiários das regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. Conflitos decorrentes do processo de expansão do capitalismo no campo uma vez que, as divisas obtidas pela comercialização de produtos agropecuários no mercado internacional, garantiriam recursos tanto para o pagamento da dívida externa e sua negociação quanto para investimentos na

criação da indústria de base e abertura/melhoramento da rede viária para a expansão da indústria nacional.

Nesse sentido, o projeto desenvolvimentista de Vargas incentivaria o desenvolvimento do setor industrial e estimularia a diversificação da produção agrícola, através do incremento do processo de ocupação das zonas de fronteira agrícola do centro do país, por meio da chamada “Marcha para Oeste”.

Essa marcha tinha por objetivo ocupar por não-índios e explorar o potencial econômico do despovoado interior do país, fazendo com que, a migração interna que se instalou viabilizasse um relativo aumento dos pequenos proprietários, arrendatários e posseiros nessas regiões.

A “Marcha para o Oeste” também instaurou um novo momento da história da colonização oficial, vinculada a diferentes discursos governamentais e atendendo aos objetivos de ocupar as regiões tidas como “frente pioneira⁶”, estabelecer novas relações sociais e econômicas. Colonização é toda e qualquer atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra, por meio da divisão em lotes ou parcelas, visando o aproveitamento econômico, através da implantação de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais (BECKER; MIRANDA; MACHADO 1990, p. 65).

Tais colônias contavam com o fornecimento infra-estrutural viário, loteamento de terras devolutas que variavam de 20 a 50 hectares, doadas a pessoas pobres que receberiam instrumentos, casas, uma sede planejada, um prédio escolar e um da cooperativa, e incentivo financeiro. Contavam ainda com uma área de aproximadamente 25% da colônia destinada à preservação florestal (AUBERTIN; FERREIRA; SWAIN, 1988).

Essa estratégia configurou a adoção e o implemento de uma política agrícola em detrimento de uma política de reforma agrária, uma vez que, em momento algum, foi proposto desapropriar as terras não utilizadas por latifundiários das regiões de colonização consolidadas, mas apenas deslocar um contingente significativo de sem-terra e descapitalizados para as regiões menos povoadas do país.

⁶ Modalidade que estende a fronteira, incorporando novas áreas ao sistema produtivo, nas quais vão se reproduzindo as relações sociais que estão na base do mesmo, conceito desenvolvido por Ferreira.

Além do quê, esses sujeitos e seus desejos de adquirir a terra própria, apresentavam-se como um empecilho à expansão do capitalismo no meio agrário brasileiro consolidado. Fato este que, segundo Ariovaldo de U. de Oliveira, também é histórico no Brasil:

(...) a colonização no Brasil tem se constituído na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente a necessária reforma estrutural do campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira. Desta forma, a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia sempre trouxe consigo este caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira no interior da lógica do desenvolvimento capitalista. Assim, o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo (OLIVEIRA, 1997 apud CUNHA et al, 2002, p. 136).

Prova disto é que a política varguista manteve o predomínio da estrutura latifundiária e de *plantation*, que é a principal característica da história política, econômica e social brasileira. Logo, “seu material histórico, é *analisável, observável, objetivável, quantificável*” (VILAR, 1982 apud REIS, 2004, p. 51).

A primeira experiência que visou criar um novo modelo de colonização agrícola para ser implantada em todo o território nacional foi realizada no Estado do Piauí. Para tanto foi sancionado o Decreto sob Terras Públicas, de 1932 que, no artigo 6º, designou o loteamento de terras públicas do Estado para assentamento de sem-terra, sob o artifício de arrendamento e medíocre pagamento pelo usufruto da terra, além da desapropriação de terras da União para utilidade pública iniciada a partir de 1933.

Em 1941, no estado do Goiás foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), primeira, de uma série de oito, a ser construída com a implantação infra-estrutural viária e o loteamento de terras devolutas que variavam de 26 a 36 hectares, doadas a pessoas pobres que receberiam ferramentas, sementes, casa de alvenaria, assistência médica e uma sede planejada por nome Ceres. A Colônia Agrícola crescia assustadoramente e quem chegasse lá recebia gratuitamente um lote na zona urbana ou seis alqueires na zona rural. Na realidade esta foi uma experiência vitoriosa da tão comentada Reforma Agrária (AUBERTIN; FERREIRA; SWAIN, 1988).

Como essas experiências atingiram o êxito esperado, esse modelo de colônias agrícolas dirigidas foi adotado também para os Estados do Amazonas,

Pará, Maranhão, Paraná, Território de Ponta Porã (atual Mato Grosso), Piauí e Minas Gerais.

O Estado do Paraná também passou pelo mesmo processo, haja vista que o Governo Federal assumiu o papel de gerenciador da colonização agrícola e estimulador da migração através da abertura de estradas, vilarejos e cidades, além da intensificação de concessões, gratuidade e venda de terras a preços irrisórios (AUBERTIN; FERREIRA; SWAIN, 1988).

Estratégia esta que ocorrerá ao longo de o todo século, fundamentada na estrutura latifundiária e de *plantation* vigente no país. Ou seja, tinha por base um produto comercializável no mercado externo, que efetivou o povoamento de todo o estado.

A partir da década de 1970, esse povoamento entrou em franca decadência em função da migração para outras áreas de colonização agrícola e para os centros urbanos.

Esses migrantes fugiam da crescente pobreza no campo, da falta de condições de competitividade com as empresas agrícolas, da falta de créditos e de terras para serem adquiridas. Tais fatores contribuíram para que o ex-território de Rondônia assumisse o papel atrativo à migração espontânea e dirigida procedentes do Paraná.

A política de colonização agrícola de Vargas para a Amazônia objetivou: incentivar a mobilidade da fronteira econômica e incorporar amplos “espaços vazios” do País ao processo produtivo, ocupando os sertões; e povoar racionalmente o País, por meio de uma boa rede viária, assumindo a ideologia da fronteira ou do bandeirantismo, de suma importância na tática governamental (AUBERTIN; FERREIRA; SWAIN, 1988).

A 10 de outubro de 1940, em pronunciamento no que foi chamado de “Discurso do Rio Amazonas” em Manaus, Vargas divulga sua intenção de enquadrar a região ao “movimento de reconstrução nacional”, viabilizado pelo Instituto Agrônomo em Belém. O Instituto criaria grandes colônias agrícolas nos Estados do Amazonas e Pará, além de consolidar o Programa de Fomento à Pesca e utilizar postos indígenas como estratégia de estabelecimento e proteção fronteiriça (SALATI; OLIVEIRA 1983).

Nessa conjuntura, a região Norte fazia parte de um projeto estatal definido de colonização agrícola, amplamente divulgado nos meios de comunicação de

massa, criando um imaginário coletivo junto à população pobre do País, que tinha a oportunidade de concretizar o sonho da terra própria e ascender socialmente, em decorrência do trabalho árduo em suas terras (OLIVEIRA, 2008).

Imaginário esse, viabilizado devido à acumulação e disseminação do poder simbólico exercido por Vargas, uma vez que:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os 'sistemas simbólicos' cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de forças que as fundamentaram (BOURDIEU, 2001, p. 11).

A migração dirigida, fruto dessa política, também estimulou a migração espontânea para essas regiões. Logo, os objetivos de povoá-las, integrá-las ao processo produtivo e expandir a fronteira agrícola foram atingidos parcialmente, tendo em vista a garantia da expansão e consolidação da produção agrícola nos moldes capitalistas nas áreas de colonização consolidadas decorrentes da desocupação de grandes parcelas de terras pertencentes aos assentados e o não apossamento de terras devolutas pelos sem-terra provocando, conseqüentemente, a redução de conflitos por terras nessas áreas.

Além disso, garantiu a inserção de empresas agropecuárias nas regiões Centro-Oeste e Amazônica, uma vez que gerou mão-de-obra suficiente e barata para seu implemento, corroborando com a idéia de violência simbólica de Bourdieu (2001), uma vez que se impôs e legitimou o interesse da classe dominante, inclusive nessas regiões.

De acordo com Oliveira (SALATI, 1983), o campo, nesse momento, tinha um papel secundário no projeto de desenvolvimento industrial do País por ser apenas o fomentador de matéria-prima para a indústria, portanto, visto com certo desprezo pela sociedade urbana.

Buscava-se, a partir de então, desmistificar o papel social irrelevante do assentado e a idéia de que a única potencialidade do País seria a agropecuária, pois o projeto varguista intuía o desenvolvimento auto-sustentável, ou seja, o desatrelamento do capital internacional em prol de uma economia tipicamente nacional. Foi nessa conjuntura que a ruralidade brasileira assumiu um papel relevante, porém dependente do Estado.

Com a continuidade do processo de industrialização brasileira a sociedade passou a compreender e ver o campo e seu homem como uma questão e, por conseguinte, o problema fundiário das regiões Nordeste, Sudeste e Sul passou a ser amplamente debatido no seio da sociedade urbana (OLIVEIRA, 2008).

Para saná-lo, o governo continuou a incentivar o deslocamento populacional para a região Amazônica e ocupá-la através da agricultura, pois fundamentou o discurso mitificado de “espaço vazio que nega a existência das comunidades indígenas e caboclas tradicionais” (BECKER, 1997, p. 12).

Para reafirmar o papel de ferrolho geoestratégico fronteiriço⁷ da região Amazônica, deflagrado desde o século XVIII, colocou sob tutela da União, através da criação de Territórios Federais, em 1943, os municípios do Amapá, Rio Branco (que passou a se chamar Roraima em 1962) e Guaporé (atual Rondônia). Fato este, que não só garantia a subordinação administrativa dessas regiões fronteiriças ao Governo Federal, mas também a utilização de recursos da União para consolidação das fronteiras humanas (TOURNEAU, 2003).

A criação desses territórios proporcionou mecanismos infra-estruturais e econômicos para estimular a migração tanto dirigida quanto espontânea, voltada ao povoamento da região, bem como a viabilização do projeto que intuía dar continuidade à colonização e à integração nacional da região, via formação de núcleos agrícolas ao longo das rodovias que iam sendo abertas, como destacou Becker (1990, p. 30): “Os posseiros continuam chegando em levadas à fronteira, apossando-se de pequenas áreas ao longo das rodovias federais e estaduais e das estradas abertas por serrarias e empresas”.

Até a década de 1950 a ocupação e produção agropecuária da Região Amazônica caracterizou-se por uma inexpressiva atividade pecuária praticada nos campos, pastagens naturais e várzeas. Tal atividade se distribuiu, sobretudo, nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso, Amapá e Roraima.

A dimensão territorial da Amazônia, concomitante à baixíssima densidade populacional, despertava interesse internacional e delineava a necessidade política de se estabelecer uma definitiva e reconhecida soberania nacional sobre esse

⁷ A consolidação das fronteiras humanas na Amazônia impediria qualquer tentativa de invasões estrangeiras pelo Norte do País.

território, mobilizando o Governo Federal a providenciar infra-estrutura para melhorar ou viabilizar o acesso e incentivar a migração e a colonização.

Ao longo da década de 1950, os assentados insatisfeitos com a implementação de uma política de colonização ao invés da reforma agrária, começaram a se organizar nas Ligas Camponesas (1955) e a estruturar o sistema sindical no campo em torno de um projeto reivindicatório mais radical. Este último completado na década de 1960.

É também na década de 1950 que os movimentos migratórios no sentido campo-cidade se intensificaram de tal forma que surgiram nas periferias das grandes e médias cidades, enormes reservas de mão-de-obra desqualificada e subempregada, agravando os problemas sociais e o crescimento dos bolsões de pobreza e miséria.

Concomitante a tal conjuntura, as políticas governamentais priorizaram a produção agrícola para o mercado externo e para o abastecimento do setor industrial, como meio de obter superávits para o pagamento da dívida externa.

Para implementar esse modelo de produção foram dados incentivos, subsídios e isenção de impostos e a base produtiva passou a ser orientada pelos princípios da revolução verde, com a utilização massiva de insumos modernos (adubos, agrotóxicos, máquinas, implementos etc.). Além disso, a expansão da fronteira agrícola favoreceu ainda mais a penetração do capitalismo no campo (MATTEI, 1990).

A abertura das fronteiras ao capitalismo trouxe consigo a migração de um significativo contingente de sem-terra e de desempregados em busca de melhores condições de vida, de trabalho e a realização do sonho de obter a terra própria, haja vista que novas colônias agrícolas foram criadas ao longo da rede viária que ia sendo aberta na região.

Segundo Miranda (Becker, 1990, p. 33) “o intenso processo de ocupação pelo qual passou a Amazônia”, a colonização dirigida, apareceu como uma das formas significativas, justamente em função do governo federal ter reafirmado e chamado para si a responsabilidade e a incumbência de povoá-la através do estímulo à agricultura e à criação de agrovilas”.

Com a saída de Vargas do cenário político, em 1954, esta política de colonização parece ter entrado em refluxo, vindo a ser retomada a partir da instauração da Ditadura Militar (1964 – 1985), uma vez que projetos de colonização

e incentivos fiscais foram os pilares que nortearam o modelo político e econômico implantado pelos militares para o povoamento e desenvolvimento da Amazônia.

1.2.1 A Política de Colonização Agrícola dos Militares

Com a instauração da Ditadura Militar (1964 – 1985) e a conseqüente promoção da modernização do latifúndio, houve intensa migração de pessoas para os grandes centros urbanos. A conseqüência desse modelo concentrador de renda agravou ainda mais a disparidade econômica e de qualidade de vida entre a população urbana e rural, principais características da questão agrária brasileira a partir de então (ALBUQUERQUE *et al*, 2004).

Dessa forma, intensificaram-se os conflitos no campo entre trabalhadores sem-terra e latifundiários, já que os primeiros não foram contemplados por esse modelo de desenvolvimento adotado pelo governo federal para o campo brasileiro.

Assim, os governos militares mantiveram a alternativa utilizada por Vargas para sanar esses conflitos ao lançar, na região Amazônica, uma colonização agrícola em grande escala. Porém, então sob o julgo do Estatuto da Terra, Lei nº. 4.504, de 30 de outubro de 1964, que viabilizou a implantação de inúmeros projetos de colonização agrícola. Tendo como destaque, inicialmente, na Amazônia Ocidental os projetos ao longo da Transamazônica e, particularmente, o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Altamira.

A expansão dessa fronteira agrícola ocorreu de forma espontânea estimulada pela política de colonização dirigida explícita, concretizada pelo Programa de Integração Nacional (PIN), responsável pela: construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, nas quais 10 km de cada lado eram destinados à colonização e reforma agrária e a criação de agrovila, agrópole e rurópole; criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970 para promover, executar, coordenar e controlar a colonização (BECKER; MIRANDA; MACHADO, 1990).

O período compreendido entre 1971 a 1974 corresponde à *etapa de assentamento oficial*; de 1974 a 1976 a colonização espontânea foi predominante, intensificando-se a partir de 1976 (BECKER; MIRANDA; MACHADO, 1990).

Foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para instrumentalizar a iniciativa do governo federal de integrar, ocupar e

desenvolver racionalmente a agricultura e a pecuária na região. Mais uma vez a estratégia utilizada foi o assentamento de cem famílias ao longo da rodovia Transamazônica e da rodovia Cuiabá-Santarém.

Em 1971, foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) com o objetivo de facilitar o acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE.

Na Amazônia Ocidental, a área de excelência para a implantação dos PICs foi o Território Federal de Rondônia que, de acordo com Miranda (*in* Becker, 1990) foi a forma encontrada inicialmente pelo governo federal para disciplinar a tomada de posse das terras ocorrida ao longo da rodovia Porto Velho-Cuiabá, decorrente da ocupação espontânea e desordenada das terras da União.

Assim, a partir de 1970, o governo federal passou a implantar a colonização dirigida para atender produtores descapitalizados que chegavam à área num programa de formação de propriedades familiares.

Para tanto, o governo federal utilizou como estratégias para estabelecer essas famílias a colonização dirigida, o assentamento dirigido, o assentamento induzido, a ocupação espontânea e a ação combinada.

Já o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (INCRA-Polonoroeste), foi implementado devido à incapacidade governamental em antecipar-se ou acompanhar o processo de assentar e fornecer infra-estrutura, acarretando assim tensões sociais e forçando a abertura de novas fontes de colonização: Urupá e Machadinho.

Para Miranda (BECKER, 1990), de modo geral, essa política de colonização dirigida, ao mesmo tempo em que foi marcada por fracassos, em função de não serem atingidas as metas dos programas, propiciou a ocupação do espaço pelas populações de sem-terras excedentes das áreas de colonização consolidadas, instalando os pequenos produtores e equilibrando os conflitos por terras nessas regiões.

Além disso, mesmo que essa ocupação tenha se dado de forma idêntica, com objetivos comuns e tenha refletido padrões de ocupação diferenciados, complementou a expansão da fronteira sob a presença do capital monopolista e apoiada pelo Estado.

Tal política, a bem da verdade, está carregada de um simbolismo explícito pois reforça, em meio aos assentados, a idéia de que eles são o principal objeto para efetivação deste projeto governamental, por lhe ser proporcionado esse espaço à sua sobrevivência e produtividade (OLIVEIRA, 2008).

O que ocorreu de fato, segundo Philippi Léna (AUBERTIN, 1988) é que estes trabalhadores rurais foram, e continuam a ser, utilizados como um exército desbravador da mata Amazônica, preparando-a para a exploração de produtores capitalistas e pecuaristas.

Tal afirmativa se respalda no fato de que esses projetos de colonização dirigida não se efetivaram em decorrência de vários fatores técnicos e de adaptação, tais como:

a) o tipo de solo característico de floresta tropical úmida que após três (03) anos necessita de um elevado nível de adubação, o que torna o custo da produção altíssimo; b) as readaptações culturais ao cultivo mais propício ao solo por parte dos assentados, por estarem acostumados e alguns tipos de manejo do solo e de culturas típicas do nordeste que não se adéqua à região; c) a falta de assistência técnica, as dificuldades no armazenamento e escoamento do produto (OLIVEIRA *apud* SALATI, 1983, p. 273).

Logo, os lotes são abandonados e/ou vendidos a preços baixos aos grandes produtores, que encontraram a área desmatada e pronta para suas atividades agropecuárias, após a realização da correção do solo. E como a grande maioria desses produtores opta pela pecuária, os investimentos voltam-se à formação do pasto e à lida com a criação, atividades estas que não necessitam de um grande contingente de mão-de-obra.

Nessa conjuntura, os sem-terra e/ou ex-assentados reiniciam o processo de desterritorialização, pois saem em busca de novas áreas que propiciem as condições mínimas e naturais para a produção de subsistência para, conseqüentemente, reterritorializarem-se.

Esse processo, de modo geral, parece ser ininterrupto tanto em relação aos assentados quanto aos grandes produtores, uma vez que, novas áreas da região Amazônica foram sendo ocupadas, originando novos núcleos populacionais de baixa densidade e garantindo o avanço da fronteira agrícola na região.

Nem mesmo a criação do INCRA, em 1970, foi capaz de impedir o fracasso da agricultura familiar nesse período. Pois se manteve o descaso que o governo brasileiro tem com o dinheiro público e com os sem-terra, elaborando

projetos agrários desenvolvimentistas que na maioria das vezes não se efetivam, em decorrência da falta de gerenciamento eficiente e ordenado, culminando com o beneficiamento da grande produção.

Para tentar sanar tal problemática, foi criado o POLAMAZÔNIA: “Em 25.09.74 foi criado o programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia pelo Decreto nº. 74.607, que relacionou quinze áreas que seriam objetivo de Planos de Desenvolvimento Integrado” (BARBOSA, 1993, p. 179).

Essas áreas, supostamente, contariam com toda a infra-estrutura já descrita para a consolidação de áreas de colonização agrícola, além de que os colonos que para lá se dirigissem, teriam acesso aos recursos destinados ao fomento da agricultura na região.

E, cada vez mais, projetos e mais projetos foram implantados de forma utópica, como foi o caso do novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de outubro de 1985 que pretendia assentar 1,4 milhões de famílias em 43 milhões de hectares até 1989 e teve um resultado insignificante.

A partir de 1989, o INCRA passa a contar com mais recursos financeiros, além de novas legislações e metodologias para a realização da Reforma Agrária, mas principalmente para a colonização agrícola do Brasil.

A Constituição Federal de 1988 alterou o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO/1985) para dar atenção especial aos recursos financeiros destinados à atividade agrícola do País, com objetivo de promover e desenvolver a economia e a sociedade local, através de programas de financiamento aos setores produtivos de baixo impacto ambiental (FNO 2004/2006).

Já em 28 de junho de 1996, foi criado o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com o objetivo de financiar a agricultura familiar e suas organizações de custeio e investimento, associados ao desenvolvimento de atividades agropecuárias em todas as regiões do País. Este programa ainda é, no dias atuais, a política pública utilizada pelo Estado para o fomento e desenvolvimento da agricultura familiar no país.

A partir do momento em que os posseiros têm sua posse reconhecida e incorporada pelo INCRA como Projeto de Assentamento, inicia-se o processo de fornecimento infra-estrutural à colônia de acordo com os aspectos metodológicos regulamentados por lei.

Dentre os aspectos metodológicos, destacam-se o fornecimento de infraestrutura básica ao implemento de colônias agrícolas: escola, loteamento, Licença de Ocupação (LO), rede de eletrificação, posto médico e de telefonia, abertura e manutenção de vicinais e assistência técnica.

Com a posterior organização em seus órgãos representativos de classe (Associação de Produtores), passam a ter as garantias de acesso ao Financiamento da Produção Familiar, por serem agricultores familiares, sendo necessário para isso que eles:

- a) Produzam na terra, na condição de proprietário (a), posseiro (a), arrendatário (a), parceiro (a) ou assentados (as) do Programa Nacional de Reforma Agrária e Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- b) Residam na propriedade ou em local próximo e tenham no trabalho familiar a base da produção;
- c) Possuam no máximo 4 módulos fiscais (ou 6 módulos, no caso de atividade pecuária);
- d) Tenham parte da renda gerada na propriedade familiar, sendo pelo menos 30% para o grupo “B”, 60% para o grupo “C”, 70% para o grupo “D” e 80% para o grupo “E”;
- e) Tenham renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo do PRONAF (MDA/PRONAF, 2008).

Isso porque a agricultura familiar absorve um contingente de mão-de-obra expressivo e retira do poder público a necessidade de abrir inúmeras frentes de trabalho. Além disso, garante o abastecimento alimentício interno e, conseqüentemente, garante o fortalecimento da agroindústria para o fomento do comércio internacional.

Bertha Becker (1997) afirma que foi nesse contexto que a região centro-norte do atual Estado de Roraima passa a ser área prioritária dos pólos de desenvolvimento agrícola, pois tanto o governo federal quanto o do ex-Território iniciam nesse momento programas de distribuição de terras, com o objetivo de atender aos interesses diversos, porém, principalmente, cooptar a população rural em prol do projeto colonizador.

Foram justamente esses fatores que culminaram com um estímulo indireto, no entanto, decisivo à migração tanto espontânea quanto dirigida para Roraima, pois essa massa de sem-terra, que para cá veio, fez com o desejo de adquirir terra própria para dela tirar seu sustento e criar as perspectivas de ascensão econômica e social.

1.2.2 Roraima: Região Estratégica para a Colonização Agrícola Estatal

Logo no início da década de 1940, concomitantemente ao projeto varguista de integrar a Amazônia ao “movimento de reconstrução nacional”, o então município amazonense do Rio Branco, foi elevado à categoria de Território Federal em 1943, passando a se chamar Roraima, em 1962, em função da capital do Acre também se chamar Rio Branco.

A esse respeito, convém ressaltar que a criação do Território foi “uma das primeiras tentativas de promover a ocupação efetiva da região, pois garantiu a injeção de verbas públicas específicas ao implemento da colonização agrícola dirigida” (OLIVEIRA, 2008, p. 166). Além de envolver vários atores sociais direta e indiretamente nessa ocupação decorrente de dois fatores determinantes: a desterritorialização e a reterritorialização, fato comprovado por Barbosa (1993), ao analisar a implantação das primeiras colônias agrícolas dirigidas de Fernando Costa, Coronel Mota e Braz Aguiar.

A primeira tentativa de criar a colônia agrícola Fernando Costa (atual Mucajaí), em 1944, localizada a 54 km ao sul de Boa Vista, às margens do rio de mesmo nome, não se consolidou, pois quando os assentados perceberam que não seria implementada a infra-estrutura mínima para a fixação humana e não teriam acesso aos incentivos financeiros, a abandonaram e deslocaram-se para Boa Vista. Entre 1947 e 1949, houve uma segunda tentativa, mas que pelos mesmos motivos não deu certo.

Somente em 1951, com a abertura da estrada principal (atual BR – 174) na colônia de Mucajaí, estradas-vicinais, fornecimentos de insumos, equipamentos agrícolas e incentivos financeiros, fizeram com que os assentados permanecessem na colônia.

A partir do modelo de sucesso da implantação da colônia agrícola de Mucajaí, foram criadas, ainda na década de 1950, as colônias Coronel Mota em 1953 (atual Taiano) e Braz de Aguiar em 1957 (atual Cantá), originando assim, novos núcleos populacionais no Território (Barbosa, 1993).

Essas colônias agrícolas foram criadas seguindo o modelo tradicional para colônias agrícolas conhecido por “espinha de peixe”⁸.

⁸ É aberta uma estrada principal que normalmente dá continuidade à rodovia ou estrada estadual de acesso à localidade, chamada comumente pelos trabalhadores rurais assentados de

Ressalte-se que a tentativa de fundar a colônia agrícola de Santa Maria do Boiaçú em 1955, não teve êxito porque esse modelo não foi implantado, além das constantes endemias de doenças tropicais, principalmente de malária que ainda hoje são muito comuns na região. Ambos fatores fizeram com que as famílias de trabalhadores rurais a abandonassem (OLIVEIRA, 2008).

No entanto, a partir da década de 1990, esse quadro vem se revertendo em função das freqüentes campanhas de controle endêmico desenvolvidas pelas Secretarias Municipal, Estadual e Fundação Nacional de Saúde.

Do final década de 1950 até a instauração do Regime Militar, em 1964, pelo que se sabe, não há registros de criação de novas colônias agrícolas no Território de Roraima. Fato este que acompanhou as circunstâncias nacionais, pois nesse período a política de colonização agrícola, aparentemente, perdeu espaço para os grandes projetos do governo federal de industrialização e de urbanização viabilizados pela integração da agricultura com a indústria.

Durante os governos militares (1964 – 1985), foi lançada na região, uma colonização agrícola em grande escala, através da instalação de algumas centenas de famílias e o estabelecimento de relações clientelistas entre o governo e os assentados, fruto da grande distribuição de lotes (TOURNEAU, 2003).

Em 1973, para reafirmar seu papel geopolítico, o Território de Roraima foi designado como uma das áreas do POLAMAZÔNIA:

O Pólo Roraima foi uma dessas áreas selecionadas, abrangendo um total de 122.550 km, ou 53,2% da superfície do Território, e os seus objetivos iniciais foram: “a) apoio à implantação da BR-174; b) desenvolvimento da pecuária; c) pesquisa de recursos minerais; d) expansão do comércio com a República Cooperativista da Guiana” (BARBOSA, 1993, p. 179).

Essa medida foi adotada no intuito de continuar a estimular os sem-terra a migrar para o Território de Roraima, uma vez que os governos militares continuaram a implantar assentamentos rurais na região Amazônica, mais especificamente em Roraima.

Exemplo disso é o depoimento, de um provável assentado em Roraima, retirado de Souza e Bergamasco (2008):

vicinal tronco, e, perpendicular a esta, são abertas as demais estradas-vicinais. Visto do alto, o desenho formado pela disposição lembra a espinha dorsal de um peixe.

Depois das muitas correspondências encaminhadas à Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e ao INCRA, o Sr. J.R.F. obteve uma resposta, via ofício do INCRA, no qual o chefe da divisão técnica o informava da disponibilidade de terras em Roraima para o assentamento de famílias.

Porém, apesar da pouca instrução escolar, esse senhor percebia as intenções dos governantes em realizar uma colonização e não uma reforma agrária:

“Me fizeram de besta lá de Brasília, me fizeram de besta, porque tavam me mandando lá pra Roraima, falando que eu ia ganhar sessenta hectares de terra. Era pra lá da capital de Boa Vista, setecentos e vinte e dois quilômetros. Sendo que do Jardim Olinda (Paraná) era assim, quatro mil e quinhentos quilômetros. Agora, pra andar mais setecentos e vinte e dois quilômetros por água. Ficava com a fronteira com a Venezuela, de maneira que aonde eles iam me colocar era numa mata” (SOUZA; BERGAMASCO, 2008, p. 5).

Este fato deixa claro que os sem-terra, principalmente das áreas de colonização consolidada, perceberam que esses assentamentos rurais criados em Roraima não são fruto de uma proposta de Reforma Agrária, mas uma política agrária adotada pelo Estado brasileiro para viabilizar a colonização agrícola na região.

Com a implantação do POLORORAIMA intensificou-se a criação de assentamentos rurais, isto porque o programa previa a instalação de pequenos agricultores nas zonas florestais, tal qual ocorreu em Rondônia e ao longo da Transamazônica. Processo este iniciado pelo governo do Território e, a partir de 1982, revezado com o INCRA (TOURNEAU, 2003).

Para que essas colônias fossem criadas e prosperassem, o governo do Território trouxe do Maranhão muitos colonos, para quem era fornecido: passagem, hospedagem no período de adaptação, 25 hectares de terras, ferramentas agrícolas, mosquiteiros, remédios, assistência médica e assistência técnica permanente, sementes e mudas (HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO...).

Ressalta-se aqui, que a adoção dessa estratégia, com o passar do tempo, caracterizou e reforçou as relações clientelistas comumente utilizadas, principalmente pelo governo local a partir da década de 1990, para estimular a migração espontânea e ocupar a zona rural roraimense através da implantação de assentamentos rurais.

Conseqüentemente, criou-se entre esses migrantes um *habitus* de que ao migrar para Roraima não enfrentariam dificuldades materiais para se estabelecer, comum no seu estado natal, onde se quer havia terra quanto mais condições materiais. E, ao contrário, em Roraima já encontrariam todas as condições mínimas

para não só obter a terra própria, bem como fixar-se, subsistir da produção agrícola e crescer sócio e economicamente em sua parcela rural.

Assim, imbuído desse ideário de ascensão social, um grande número de migrantes, principalmente nordestinos/maranhenses, chegou a Roraima nas décadas de 1970 e 1980, em decorrência da conclusão da abertura dos trechos Boa Vista-Manaus da estrada de rodagem BR-174 (1976), e, posteriormente, Boa Vista-Venezuela (1998) e da Perimetral Norte (1983). Essas BR's permitiram que vastas áreas fossem exploradas em diversos projetos de colonização construídos ao longo do seu trajeto. Prova disto é que, em 1960, havia pouco mais de 28.000 habitantes em Roraima; em 1970, 40.885 e, em 1980, 75.159 habitantes (DINIZ; SANTOS, 2005).

Portanto, o fornecimento de infra-estrutura, atendimento à saúde, educação, tanto nas sedes dos municípios, principalmente em Boa Vista, quanto na zona rural, através da criação prévia de assentamentos rurais, não acompanhou o crescimento populacional.

Conseqüentemente, vários sem-terra migrantes não obtiveram a terra própria, pelo menos *a priori* e de acordo com as promessas que os fizeram migrar. E, além disso,

as transformações estruturais desencadeadas pelo avanço da fronteira agrícola, por um lado, marcadas pelo avanço do latifúndio em detrimento do minifúndio, expulsam agentes pioneiros. Esses indivíduos são forçados a migrar para os incipientes centros urbanos, agravando os seus problemas infra-estruturais, ou buscar, em outras áreas virgens, lugar onde estabelecer seu modo de vida. Ambos os caminhos redundam em sérios impactos ambientais (DINIZ; SANTOS, 2005, P. 39).

Conseqüentemente, as condições de vida dos sem-terra no estado são agravadas, uma vez que o trabalho nas fazendas de agropecuaristas é sazonal. Nas cidades, não há frente de emprego decorrente da inexistência de indústrias e o comércio local não consegue absorver um contingente significativo de mão-de-obra, ainda mais mão-de-obra desqualificada e sem instrução formal.

Com o término do período da colheita nas fazendas, os sem-terra se submetem a qualquer tipo de trabalho informal para sobreviverem ou se apossam de terras de forma indiscriminada. Isto porque “28% (64.470 km²) já pertencem ao INCRA; 39,4% (90.670 km²) à FUNAI, 2,85% (6.560 km²) ao Exército, 2,11% (4.870

km²) ao IBAMA e, 5,41% (12.170 km²) ao Governo Federal” (TOURNEAU, 1993, p. 18).

Logo, as áreas que estão disponíveis para ocupação humana normalmente são áreas muito próximas às florestas e/ou são áreas de proteção do IBAMA e reservas indígenas, o que culmina com um intenso processo de desmatamento e degradação do meio ambiente, pois a queimada é a técnica utilizada para a formação da roça. Essas áreas são pouco produtivas, o que demanda um grande investimento de trabalho e capital, que aquelas pessoas não possuem, são de difícil acesso, pois a rede viária estadual é precária.

A criação e a implantação de assentamentos em Roraima têm como objetivo ocupar áreas devolutas e expandir as fronteiras agrícolas para a região, através do estímulo à migração de sujeitos sociais empobrecidos e sem-terras de outras regiões do país: As ‘promessas’ de acesso à propriedade da terra nas regiões de fronteira, como Roraima, foram embutidas numa ideologia migratória ilusória de ascensão social que muitas vezes possui uma correspondência real (LIMA; VALE, 2001).

Aqueles que obtiveram terra e criaram as condições mínimas de subsistência passaram a estimular, *a priori*, a migração de familiares, pois “assegurados terra e/ou trabalho, tais indivíduos promovem a chegada de seus familiares, dando origem a uma nova onda migratória, compostas por pais, esposas, irmãs e irmãos mais novos” (DINIZ; SANTOS, 2005, p. 33).

Nessa perspectiva, a própria idéia de que a migração na fronteira é fruto de uma complexa rede social que transcende o tempo e o espaço, faz crer que mudanças são inerentes, haja vista que os canais informais de informação e migrações por “corrente” conectam comunidades distantes:

Neste processo, um determinado colono (inovador) chega à fronteira em busca de terra. Durante toda a sua estadia, este indivíduo mantém contato direto com o local de origem e tão logo obtenha acesso a um pedaço de terra e alguma estabilidade, deflagra-se a segunda onda de migrantes (seguidores), que chegam à fronteira bafejados pelo sucesso e pelo apoio do “inovador”. Esta invasão de áreas de assentamento por indivíduos de mesma origem geográfica se intensifica, uma vez que, tão logo a primeira onda de “seguidores” ganha acesso à terra, sucessivas ondas de “migrantes seguidores”, com algum grau de relação, chegam ao destino (DINIZ ; SANTOS, 2005, p. 06 – 07).

Tais canais de informação e as migrações por “correntes” são dois aspectos importantes para compreender a especificidade existente no estabelecimento das relações clientelistas entre os assentados e o Estado, nas relações sociais internas nos assentamentos rurais e na formação de *habitus* na zona rural roraimense.

No final da década de 1970, o então governador indicado do Território, Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto (1979 – 1983), passou a desenvolver uma prática de cunho eleitoreiro e clientelista, muito comum durante o Regime Militar, de estímulo à migração de nordestinos, principalmente de maranhenses para povoar Roraima (TOURNEAU, 2003).

Tal estratégia foi adotada e mantida por atingir resultados positivos, pois garantiria a consolidação da política de integração e de desenvolvimento, deflagrada pelo Governo Federal, pautada no estímulo à ocupação humana da fronteira norte do País através da implantação de assentamentos rurais, mas agora, sob a iniciativa do governo local. Embora os assentamentos pressupusessem a promoção da função social da terra e a formação de um capital social, em Roraima, a predominância da política de caráter clientelista se apresentou como um obstáculo à constituição de ambos os aspectos.

A relação de dependência dos assentados em relação às ações paliativas utilizadas pelo governo federal, principalmente pelo governo local, para amenizar os problemas na zona rural roraimense, garantiu ao então governador, Ottomar de Souza Pinto, e membros de sua família uma sólida carreira política em Roraima a partir da criação do Estado em 1988, efetivada pela sua posse como primeiro governador eleito em 1991.

Ao longo de toda a década de 1990, houve a continuidade dessa política de estímulo à migração e, conseqüentemente, áreas de colonização agrícola se expandiram e/ou surgiram novas áreas, mas agora de forma espontânea, ou seja, sem infra-estrutura, sem incentivo financeiro, sem apoio técnico, etc..

Os sem-terra que vem para Roraima sabem e acreditam que, tão logo o INCRA tome conhecimento dessa nova área de colonização espontânea, fornecerá todos os “benefícios” destinados à implantação do Projeto de Assentamento, de certa forma, rapidamente, fruto da influência do governo local, de políticos e de outros sujeitos sociais ligados diretamente às questões no campo roraimense, uma vez que:

Os assentamentos estão apoiados por uma política de crédito própria, através do INCRA, que financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção da moradia, da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências (ALBUQUERQUE; COELHO; VASCONCELOS, 2004, p. 82).

Na especificidade roraimense, no que tangem as questões de acesso e obtenção da terra, ainda hoje, há muita terra para ser ocupada e, mesmo dentro dos assentamentos já implantados, há lotes abandonados.

Assim, o que orienta, de certa forma a ação dos movimentos sociais rurais é a luta pela obtenção dos recursos e a regularização da posse da terra, pois para acessá-los é preciso ter um documento que comprove que a terra lhe pertence e, como grande parte dos assentados em Roraima não possui o título definitivo da terra, são poucos que conseguem ter acesso a eles.

No entanto, tanto o governo federal, através do INCRA, quanto o governo local criam mecanismos e estratégias que viabilizam o acesso a esses recursos. Por conseguinte, os sujeitos sociais que implementam tais mecanismos e estratégias, têm sua autoridade reconhecida pelos assentados beneficiados e, a partir de então, se estabelece uma relação recíproca de “favores”.

Dessa forma, a implantação dos assentamentos rurais assume um caráter de ação isolada de sujeitos políticos, de órgão governamental, tanto federal (INCRA) quanto estaduais (Instituto de terras de Roraima – ITERAIMA e Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Estado de Roraima – SEAAB) e não de uma política agrária do governo federal fundamentada na implantação de assentamentos em todo o território Nacional.

Caráter este incorporado aos *habitus* desses sujeitos sociais e dos sem-terra que migram e, de certa forma, continuam a migrar para Roraima e iniciam a colonização espontânea de determinada área supostamente devoluta, para que no futuro seja implantado o assentamento e possam ter acesso as linhas de créditos destinadas ao desenvolvimento da agricultura familiar no país.

Como o Governo Estadual, até hoje, não implementou uma política agrícola no Estado, quando os sem-terra se apossam de um pedaço de terra, só contam com a ajuda de outros posseiros da mesma área.

Sendo, na maioria das vezes, destituídos de bens materiais, esquecidos pelo poder público, e excluídos social e economicamente, esses indivíduos contam uns com os outros para sobrevivência e adaptação na fronteira.

Nesse contexto, a formação de grupos de ajuda informal é uma importante estratégia empregada pelos colonos e, de acordo com este estratagema, os colonos revezam o trabalho entre os lotes dos membros desses grupos informais de trabalho, materializando cada fase do árduo processo de produção agrícola, alternadamente: aceiro de derrubada, broca, derrubada, queimada, coivara, aceiro, plantio e colheita (DINIZ).

De qualquer forma, nenhum dos aspectos supracitados impediu que novas áreas de colonização espontânea surgissem em Roraima, já que, com o passar do tempo e com a pressão dos posseiros, seria implantado o Projeto de Assentamento pelo INCRA, previsto pela Instrução Normativa nº. 2, de 20 de março de 2001⁹, como foi o caso do Projeto de Assentamento Samaúma, estudo de caso da presente dissertação.

⁹ Em linhas gerais, estabelece: a seleção e loteamento da área para a criação do PA, inclusive com o estudo da potencialidade do solo; cadastramento e seleção prévia das famílias a serem assentadas; criação e fornecimento de infra-estrutura, da sede da vila (prédios escolares, da associação, administrador, etc.); emissão da Licença de Ocupação e, posteriormente, do Título Definitivo da Terra; assistência técnica, projeto de cultivo, créditos rurais, dentre outros critérios regulamentados por lei.

2 O ALVORECER DE UMA NOVA COLÔNIA AGRÍCOLA ESPONTÂNEA EM RORAIMA

Historicamente, a partir da segunda metade de 1850 até 1980, o atual Estado de Roraima teve como princípio norteador do seu processo de ocupação humana por não-índios, a colonização via pecuária, em decorrência da grande área de pastagem natural, lavrado, localizada na parte centro-norte do Estado.

Embora em 1950 tenham sido implantadas as primeiras colônias agrícolas dirigidas pelo governo federal, somente a partir de 1980 a agricultura foi estimulada e intensificada tanto pelo governo federal quanto local por meio da criação, de colônias agrícolas, fundamentada na pequena e média produção agrícola.

Nesse contexto, a partir de 1950, o governo federal criou os quatro primeiros assentamentos rurais em Roraima – Mucajaí, Cantá, Taiano e Santa Maria do Boiaçu - mas somente os três primeiros obtiveram o êxito esperado.

Êxito esse fruto da abertura das estradas principais e vicinais, loteamento das áreas a serem ocupadas (em média 50 hectares), fornecimento de insumos, equipamentos agrícolas e incentivos financeiros.

Ou seja, o modelo adotado de assentamentos rurais foi um importante instrumento da política utilizada pelo governo federal tanto para povoar as regiões Centro-Oeste e Norte quanto para atenuar os conflitos entre os sem-terra e latifundiários das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, por meio da colonização dirigida, além de ter viabilizado o processo de industrialização do país.

Essa colonização dirigida também deflagrou a colonização espontânea, pois os processos de desterritorialização e reterritorialização são frutos não só de agentes externos, nesse caso específico, o estímulo do governo federal em prol desse projeto político, bem como do desejo dos sem-terra de gerar reais perspectivas de obter a terra própria e dela subsistir através da criação de novos territórios, agora como importantes atores sociais destes.

Isto porque, embora tragam consigo e busquem manter seu *habitus*, no novo território são criados e recriados outros *habitus*, frutos das novas relações sociais estabelecidas, do novo status de proprietário e do poder adquiridos e construídos em meio aos demais assentados, das próprias condições naturais encontradas e econômicas criadas.

A colonização espontânea deflagrada, principalmente a partir da década de 1980 teve, então, um novo elemento estimulador: a descoberta das jazidas de ouro e diamante a Noroeste de Roraima.

Assim, grande parte dos então garimpeiros, que não conseguiu sobreviver ou “bamburrar”¹⁰ com essa atividade, foi trabalhar como vaqueiro nas fazendas de gado e/ou iniciou a ocupação espontânea de áreas supostamente devolutas para o desenvolvimento da atividade agrícola. Pois, originalmente, eram colonos em seus estados natais e vieram para as áreas de mineração roraimense imbuídos do sonho de enriquecimento, e como o objetivo não foi atingido, acabaram por retornar a essa atividade em Roraima:

O período de 1980 e 1985 foi o que apresentou a maior produção física e também as mais significativas ampliações de áreas colhidas. Isso reflete, certamente, o apoio a assistência do governo na implantação das colônias agrícolas como parte da Política de Colonização e Assentamento em Roraima (RODRIGUES *in* BORGES, 2008, p. 62)

Aqueles que chegavam com alguma capital ou mesmo o adquiriam aqui, procuravam se estabelecer rapidamente na zona urbana, principalmente na capital, Boa Vista, ou mesmo, no campo. Ressalta-se aqui que as antigas áreas de colonização de Roraima, há muito foram consolidadas via pecuária e, por isso, havia poucas terras para ser apossadas ou mesmo compradas a baixo custo por esses migrantes.

Nessa conjuntura, o município de Mucajaí, localizado na parte centro leste do Estado de Roraima e um dos mais antigos núcleos populacionais, pois em seus 5.711,9 km², nos quais predominam o relevo e o clima típico do lavrado, médias e grandes propriedades rurais e a pecuária seja a principal atividade rural praticada em toda sua extensão territorial, as poucas terras desocupadas passou a ser alvo dessa colonização espontânea a partir da segunda metade da década de 1980.

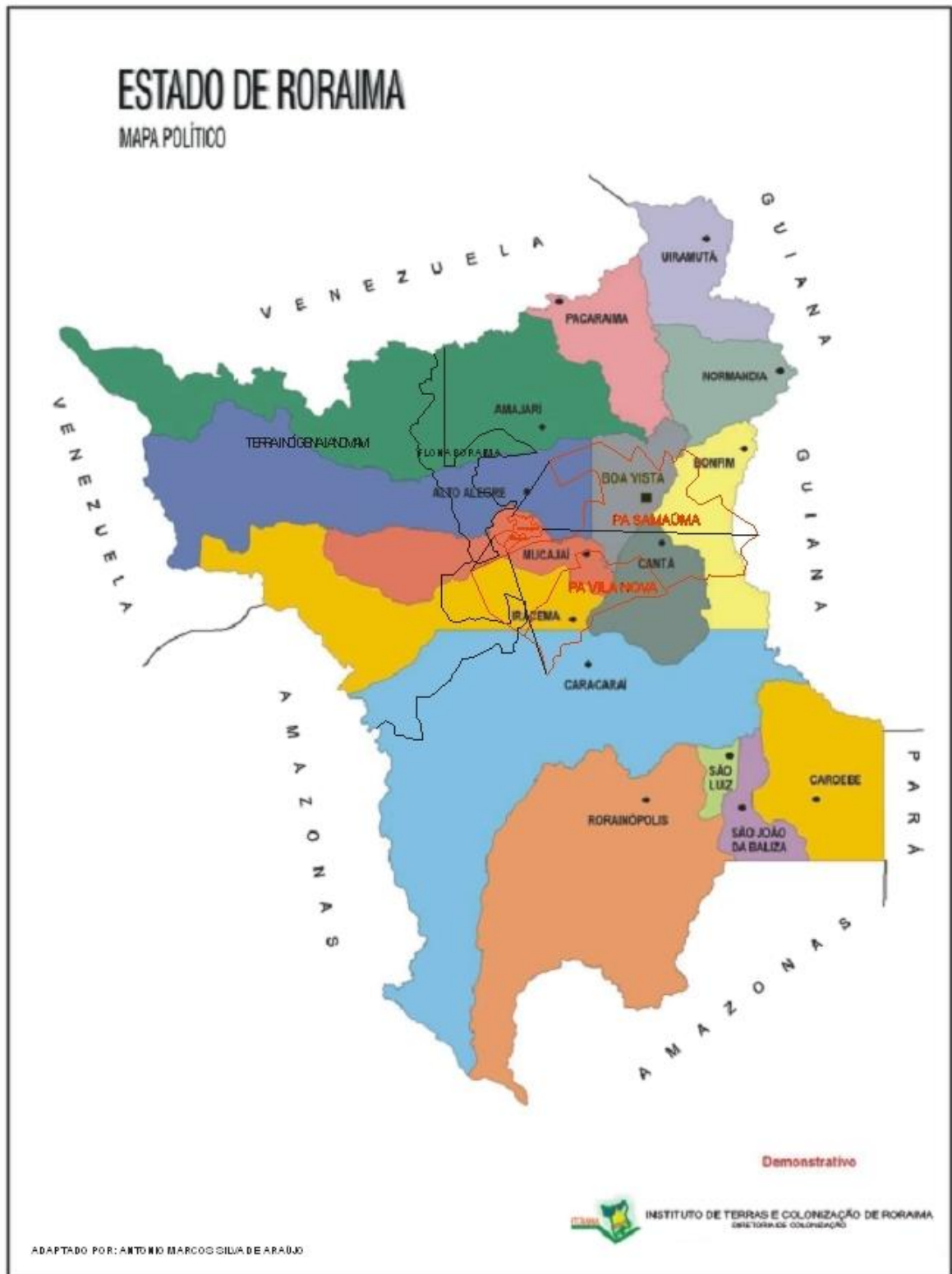
Tais fatores demonstram que a Política de Colonização e Assentamento surtiu o efeito esperado, pois, a partir de 1987, foram formadas duas colônias agrícolas espontâneas, posteriormente elevadas à qualidade de Projeto de Assentamento do IINCRA: Vila Nova e Samaúma. Este último, chamado inicialmente de colônia agrícola Nova Esperança.

¹⁰ Termo comumente usado pelos garimpeiros que significa achar uma jazida e/ou enriquecer rapidamente.

2.1 O Nascimento da Colônia Agrícola Nova Esperança

A região centro-norte do Estado de Roraima, a 120 km da capital Boa Vista via RR-205, à margem esquerda do rio Apiaú e à direita do rio Mucajaí, fronteira natural entre os municípios de mesmo nome e o de Alto Alegre, conforme entrevista concedida pelo Sr. José Clepiteriano Nascimento em 14/07/2005, Boa Vista, foi alvo, em 1977, das ações governamentais do então Território Federal de Roraima para o fomento da atividade pecuária. Vide localização geográfica destacada de vermelho no mapa abaixo que segue.

Mapa 1



Mapa Localização Geográfica da Colônia Agrícola

De acordo com análises realizadas pelo técnico agrícola Antonio Marcos da Silva Araújo, para uma pesquisa realizada em agosto de 2002 pela autora, essa área possuía condição geofísica propícia à prática agrícola, principalmente fruticultura e cultivo de culturas permanentes:

O relevo é classificado como levemente e suavemente ondulado, com altitudes variando entre 150 a 300m acima do nível do mar, a cobertura vegetal é composta por uma floresta exuberante, tropical úmida, do tipo ombrófila densa de baixa e média altitude. O clima é do tipo Ami, com períodos de chuvas e secos bem definidos, com precipitação pluviométrica variando entre 1700 a 2000 mm anuais, sendo o período mais chuvoso entre maio e agosto. O solo é pobre quimicamente, com uma demanda muito grande de fertilizante, sendo que a exuberante floresta o utiliza basicamente como substrato, pois os nutrientes são oriundos da reciclagem da matéria orgânica, ou seja, a floresta se auto-sustenta.

Independente do governo do Território ter conhecimento ou não desse tipo de informação, naquele momento, buscou estimular a criação de fazendas de gado para ocupar as possessões territoriais desocupadas e reafirmar a pecuária como a principal atividade econômica da região. Nesse período foram demarcados lotes que tinham em média 2.000ha a 8.000ha, para a implantação de grandes fazendas de gado, no entanto, não deu certo isto porque, os lotes tinham que ser comprados pelos fazendeiros e, muitos dos quais havia adquirido terras, não efetuaram o pagamento, por conseguinte o governo do Território extinguiu este programa (OLIVEIRAa, 2006, pp. 90 – 93).

Essa tentativa do governo local de fortalecer a pecuária nessa região no final da década de 1970 e início de 1980 objetivava manter o predomínio das relações latifundiárias. De acordo com o Sr. José Clepiteriano Nascimento em entrevista concedida em 14/07/2005, em Boa Vista, esta tentativa não deu certo em função de que, até mesmos os possuidores de capital, fazendeiros, estavam habituados a obter terras sem ter que pagar pela aquisição das mesmas.

Pois, se apropriavam de extensas áreas, demarcavam-nas com cercas, derrubavam a mata por meio da coivara¹¹ para a formação do pasto e iniciavam a criação extensiva de gado e a produção de produtos agrícolas para consumo de subsistência, o que não era produzido poderia ser comprado nas feiras agropecuárias de Mucajaí e Boa Vista. Posteriormente, procuravam os órgãos competentes para regularização da posse, facilitada pela intervenção do próprio governo.

Portanto, não havia necessidade de pagar para obter mais e novas terras, ampliando as fazendas e o poder político e econômico exercido em meio à zona

¹¹ Derrubada de mata nativa, seguida pela queima da vegetação.

rural e centros urbanos. Inclusive, assumindo cargos públicos estratégicos e eletivos, o que é comum ainda hoje no Estado de Roraima.

Com a manutenção de terras desocupadas nessa região nos últimos anos da década de 1980, a região voltou a ser alvo da ocupação humana, mas agora de forma espontânea, o que decorreu do intenso fluxo migratório pelo qual passava Roraima desde o início dessa década.

Esse adensamento populacional não foi acompanhado pelas ações do governo, uma vez que, num primeiro momento, essa migração havia sido estimulada justamente pelas facilidades de se obter terras para a criação de gado ou mesmo para a prática agrícola de subsistência. No entanto, o objetivo de povoar Roraima estava se concretizando, porém de forma desordenada.

Embora a região supracitada pertença ao município de Mucajaí, sua proximidade com a sede do município de Alto Alegre, inclusive o acesso mais rápido e fácil, fez com que os sem-terra deste e de outros municípios roraimenses iniciassem a ocupação espontânea da mesma, após a frustração de não terem obtidos lotes no Projeto de Assentamento Paredão, no município de Alto Alegre. Fato este corroborado pelo Sr. Cléo Pereira de Brito em entrevista concedida em 06/07/2002, no PA Samaúma, tendo o mesmo migrado primeiramente da Serra da Lua, localizada no município do Cantá, onde morava com sua família, em uma comunidade de índios Macuxi, para o município de Alto Alegre.

O processo de desterritorialização do Sr. Cléo ocorreu após rumores de que no município de Alto Alegre havia um novo Projeto de Assentamento se formando, o Paredão. No entanto quando lá chegou para “tirar”¹² sua terra, foi informado pelo Sr. Chicão que o PA já havia sido encerrado pelo INCRA, portanto, não poderia adquirir nenhum lote ali.

Mediante tal informação, retornou para a sede do município de Alto Alegre e lá permaneceu trabalhando. Sem perspectivas de realizar o desejo da terra própria no PA Paredão, ao constatar a existência de terras do outro lado do rio Mucajaí sem nenhum tipo de ação humana, o Sr. Cléo e o amigo João Boroça, acreditando tratar-se de terras devolutas, por isso, propícias à ocupação, no início do ano de 1987 embarcaram em uma canoa e atravessaram o rio Mucajaí para demarcar seus lotes.

¹² Palavra utilizada pelos trabalhadores rurais que significa demarcar um lote.

Mas quando chegaram à área e iam começar a derrubada da mata e a demarcação dos seus lotes, um senhor conhecido pelo pseudônimo de Arigó, segundo o próprio depoente, Sr. Cléo, impediu-os de iniciarem o “pique”¹³.

Isso porque Arigó disse a eles que a demarcação da área dependia primeiro da permissão do INCRA e, logo foi mostrando um papel para os dois pretensos posseiros, que dizia ser o seu título da terra, dando a entender, para o entrevistado, que o mesmo era o representante do INCRA naquela região e dono de toda a área. Logo, exerceu seu poder simbólico sobre a mesma e mediante os posseiros.

Impedidos de iniciar o processo de reterritorialização por aquele homem, tanto o Sr. Cléo quanto o Sr. João Boroca construíram um barraco na margem do rio Mucajaí e passaram habitá-lo.

Com o passar do tempo, foram orientados por Dona Benta, moradora e fazendeira de Alto Alegre, a procurarem o INCRA, que os acompanhou até a sede deste órgão em Boa Vista-RR, para falarem com o Sr. Ribamar, então responsável pelo PA Paredão. As ações e medidas tomadas por essa senhora demonstram como se dão as relações de tráfico de influência de particulares junto a servidores e órgãos públicos no Estado que tratam e estão ligadas diretamente às questões na zona rural roraimense.

A presença e a intervenção de Dona Benta quando Cléo e João Boroca relataram ao Sr. Ribamar que acreditavam ter uma área devoluta do outro lado do rio e sobre a atitude do Sr. Arigó, fez com que o então representante do INCRA pegasse um mapa, localizasse a área e tecesse o comentário afirmando a veracidade da história acerca da titulação.

Na entrevista concedida em 2002, o Sr. Brito afirmou que mesmo sem entrar em maiores detalhes sobre o fato, o Sr. Ribamar estimulou ambos a se apossarem de terras na área que acabava de ter confirmado ter dono: “Vamos fazer o seguinte, o INCRA não autoriza vocês a invadir, agora vocês vão fazer sua picadinha, faz a sua abertura, depois é que o INCRA legaliza!”.

Mediante tal orientação, aos dias 27 de fevereiro de 1987, os senhores Agenor, João Boroca, Raimundo Alzias, Brasilino, Maurício, Mineiro, Manoel

¹³ Abrir o ramal e/ou vicinal para iniciar o loteamento de uma determina área.

Bochecha, Raimundo e Cléo, o entrevistado, iniciaram o corte do primeiro “pique” para posterior loteamento da área.

Destes, somente o Sr. Raimundo já possuía lote no PA Paredão, portanto, demarcou seu lote ali e retornou para suas atividades neste PA. Fato este que reforça a idéia de que não são apenas os grandes produtores que sentem a necessidade de obter cada vez mais terras, seja para produzir mais, seja para obter o *status* de latifundiários e possuidores de poder social e econômico. Os assentados também já interiorizaram a cultura dominante e buscam produzi-la em meio às suas relações com seus iguais. Além é claro de cultivarem o sonho de se tornarem fazendeiros de gado.

Ainda de acordo com os relatos do Sr. Brito, após esse apossamento inicial, um segundo grupo, oriundo de Santa Rita – Alto Alegre, deu continuidade ao “pique” até a entrada da vicinal conhecida por “Chapéu de Couro”, porque souberam que havia um grupo de sem-terra iniciando uma nova área de colonização na região.

Os lotes tinham em média 60 hectares, em função da experiência prévia que possuíam com o trabalho no campo, pois a grande maioria desses homens, antes de ocupar a região, já teve algum tipo de contato com a estrutura legal de um PA.

Ressalte-se que nem sempre a metragem era rigorosamente acertada, uma vez que “a forma de medir era rudimentar, pois o morador do lote antecessor media o seu à sua maneira e fincava as “estacas marcos” - pequeno pedaço de madeiras fincadas ao chão para determinar o perímetro dos lotes (OLIVEIRAb, 2008, p. 25)”. O seguinte iniciava a medida do seu lote a partir dessas marcas e, assim sucessivamente, formando a estrutura comumente conhecida em meios aos assentados por espinha de peixe¹⁴.

Esse modo rústico de demarcação fez com que alguns lotes possuíssem um pouco mais de 60 hectares, outros um pouco menos, mas no geral, dentro dos padrões pré-estabelecidos pelo INCRA.

O desenho do mapa dessa colônia (apresentado logo a seguir) distinguiu-se do processo de territorialização dos assentamentos planejados pelo INCRA, comprovando que a mesma foi fruto do apossamento espontâneo da área.

¹⁴ Abre-se a estrada principal, comumente chamada de tronco, e perpendicular a esta as demais vicinais lembrando o desenho da espinha dorsal de peixe.

Prova disto é que ao se visualizar a figura abaixo, percebe-se a estrutura conhecida por “espinha de peixe” que é projetada pelo INCRA ao implantar um assentamento de acordo com a legislação vigente¹⁵, enquanto que o mapa do PA Samaúma, apresenta contornos bem diferenciados, o que por si só comprova que foi fruto da colonização espontânea da região, passando, posteriormente, a ser incorporado como um PA pelo INCRA.

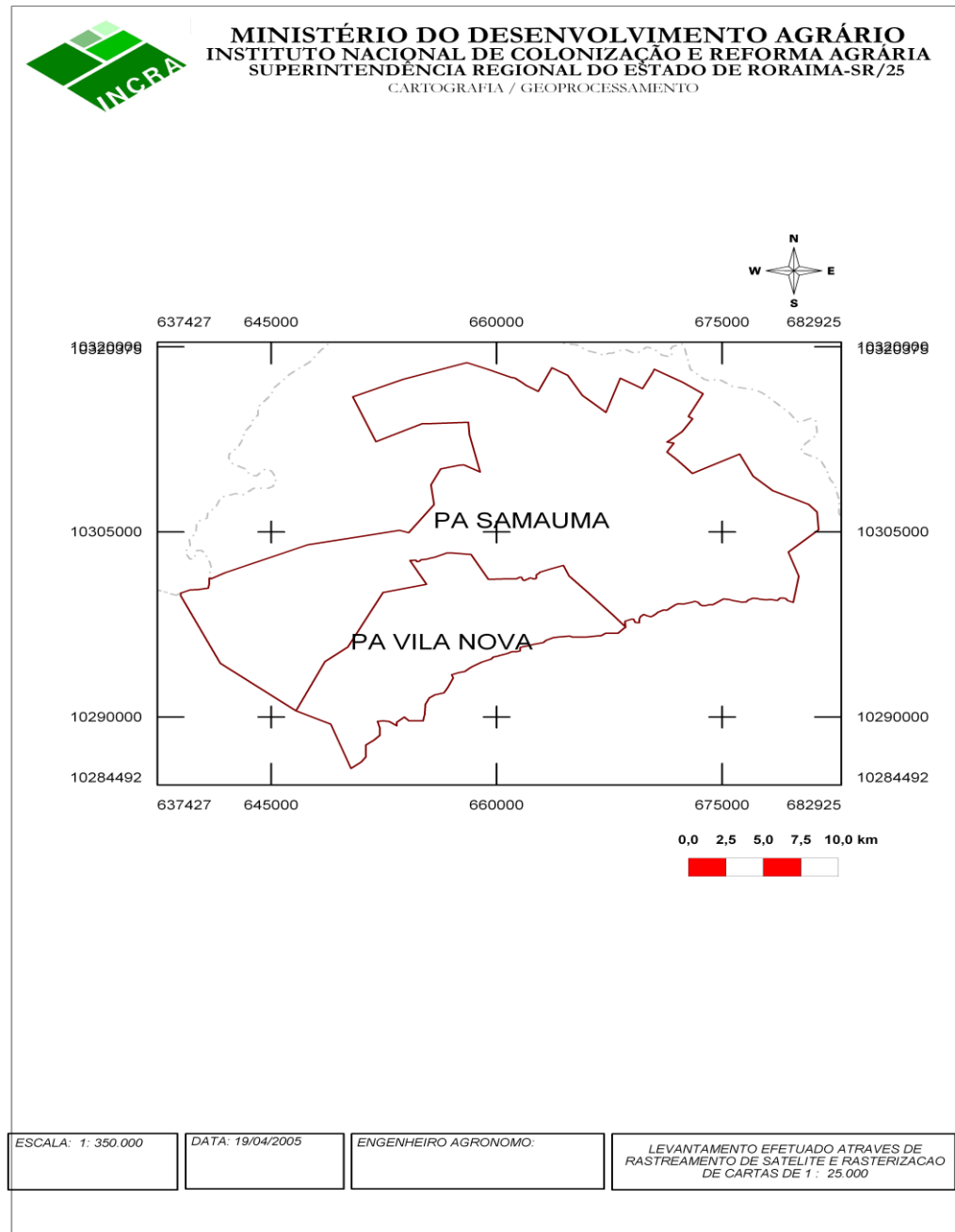
Figura 1



¹⁵

Instrução Normativa nº. 2, de 20 de março de 2001.

Mapa 2



Mapa do PA Samaúma

Mesmo que o resultado final de sua ocupação tenha criado um contorno diferenciado dos PAs do INCRA, a estrutura legal dos lotes já eram de conhecimentos desses atores sociais, uma vez que, se o lote fosse bem maior que 60ha, sabiam que o INCRA não implantaria o Projeto, por conseguinte, não seriam assentados por não se encaixarem dentro dos padrões para assentamentos rurais de Reforma Agrária. Não obteriam a Licença de Ocupação, nem tão pouco o Título

Definitivo expedidos pelo INCRA, além dos recursos destinados ao Crédito Instalação nos Projetos de Assentamentos (Norma de Execução n°. 67, de 29 de novembro de 2007), tais como: apoio inicial, aquisição de materiais de construção e fomento, e, posteriormente, acesso às linhas de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Lotes demarcados iniciavam a prática da coivara para a formação da roça, *a priori* de subsistência, que também era realizada de acordo com as determinações dos órgãos competentes e, posteriormente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 1989).

Ainda durante essa preparação, retiravam a madeira e o cavaco¹⁶ para a construção do barraco, para só então transferirem os demais membros de sua família para “suas terras” para ajudar na lida da roça. Toda essa empreitada era realizada coletivamente, ou pelo menos, podia contar com a ajuda dos vizinhos mais próximos que também procuravam reterritorializar-se.

Era comum, à maioria dos que ali se fixava, o cultivo de banana, macaxeira, arroz, feijão e milho, o que lhes garantia uma alimentação relativamente balanceada de nutrientes necessários à sobrevivência, além da comercialização do excedente nas feiras agropecuárias dos municípios de Alto Alegre e Boa Vista.

Dessa forma, a notícia de que uma nova colônia havia se formado na região, deflagrou um processo migratório extensivo e veloz, fruto da divulgação da existência de muita terra devoluta a ser ocupada por todos aqueles que estivessem dispostos a realizar a empreitada.

Como a grande maioria desses futuros assentados era migrante do estado do Maranhão, assim que criavam as condições mínimas de sobrevivência nos seus lotes, entravam em contato com parentes e conhecidos do Estado natal, ou mesmo, com aqueles, que já se encontravam em Roraima, para que eles tirassem lotes na recém formada área de colonização, estimulando e instaurando o início de novos processos de desterritorialização e reterritorialização de sem-terra (OLIVEIRAb, 2008, p. 25 – 26).

Quando estes chegavam à região, tinham certo apoio até que constituíssem as condições propícias à produção e fixação na colônia. Foi neste contexto que mais uma nova colônia agrícola surgiu no Território de Roraima.

¹⁶ Pequena prancha de madeira utilizada para a cobertura da casa.

2.1.2 Nova Esperança: Uma Colônia Agrícola Invisível ao INCRA (1987/1995)

De 1987, data de início da formação da colônia agrícola Nova Esperança até 1995, o INCRA, enquanto órgão responsável pela implantação de assentamentos rurais da Reforma Agrária, aparentemente, desconhecia a existência da colônia agrícola.

E durante longos oito anos, funcionários do INCRA sequer foram à região, ou pelo menos não há registros neste órgão sobre esse período e, nem tão pouco, há relatos de assentados de Nova Esperança sobre isso.

As famílias de posseiros que ali se encontravam só podiam contar com seu desejo de reterritorializar-se e ser proprietários de terras para se manter na colônia. E como o INCRA ou o Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA) não conheciam a existência dessa colônia, não havia nenhuma infra-estrutura, acarretando um grande transtorno a todos que ali se encontravam, principalmente no período que em não havia sido aberta a “estrada tronco”¹⁷.

Portanto, para poderem retirar dos lotes o excedente de arroz, banana, milho, mandioca e farinha, produtos para serem comercializados nas feiras das sedes municipais vizinhas à colônia e na capital, conforme entrevista concedida em 06/07/2008, pelo Sr. Cléo, no PA Samaúma, eram utilizados os burros e os três cavalos pertencentes aos tropeiros Azulão, João do Porto e do próprio entrevistado.

De acordo com o Sr. Pedro Teófilo Lima, em entrevista no dia 06/07/2008 no PA Samaúma, a maioria dos posseiros retirava os produtos dos lotes utilizando o jamanxim¹⁸ nas costas. Levavam-no até a vicinal principal onde os tropeiros esperavam para levar a carga até à margem do rio. Aqueles que tinham mais recursos pagavam para tirar a produção ou contratavam os serviços de um jericó que circulava na colônia.

Conforme o relato de Pedro Lima, embarcavam a carga na canoa do Sr. Agenor e remavam ou conduziam-na a nado até a outra margem do rio, onde teriam maior facilidade de transladar seus produtos às feiras agropecuárias dos municípios de Alto Alegre e de Boa Vista.

Em decorrência dessa proximidade geográfica entre o município de Alto Alegre e a colônia Nova Esperança, grande parte dos moradores eram cadastrados

¹⁷ Designação dada à estrada-vicinal principal da colônia.

¹⁸ Cesto de palha fabricado pelas comunidades indígenas para o transporte de produtos alimentícios.

no cartório eleitoral deste município, o que viabilizou a instauração de uma relação, tanto de violência, quanto de poder simbólico entre a administração municipal, os membros do poder legislativo e os posseiros desta colônia.

A ocupação espontânea dessa colônia agrícola continuou ocorrendo sem qualquer auxílio dos governos federal, estadual ou mesmo pela prefeitura de Mucajaí, município ao qual a colônia pertence. Esses posseiros sequer existiam oficialmente para as instituições envolvidas diretamente com as questões do campo, nessas três esferas administrativas do estado brasileiro e, nem tão pouco, a sociedade roraimense tinha conhecimento dessa colônia e das dificuldades enfrentadas por todos que ali habitavam (OLIVEIRA, 2008, p. 27). Logo, esses homens e mulheres estavam à mercê de sua própria sorte e ao desejo de terem sua terra própria.

Conforme entrevista concedida pelo Sr. João Francisco Sodré, em 06/07/2008, no PA Samaúma, chegaram à colônia em 20 de janeiro de 1989, agentes da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), com objetivo de cumprir as determinações da campanha de combate e erradicação da malária e de outras doenças tropicais em toda a região Amazônica. Ao desenvolverem as atividades no PA Paredão, foram informados de que, na área do outro lado do rio, havia uma nova colônia agrícola sendo formada e deslocaram-se para lá para iniciar suas atividades ali também.

Foram esses agentes da SUCAM que deram o nome à nova colônia, pois ao preencherem as fichas cadastrais das áreas atendidas pela campanha, necessitavam denominá-la e, como não havia um nome oficial, eles a chamaram de Nova Esperança, por ser este o nome do sítio do Sr. Cléo Brito, no qual ficavam alojados durante o desenvolvimento de suas atividades.

Em 1990 o ITERAIMA, órgão subordinado à Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Roraima (SEAAB) e responsável pelos projetos de colonização, deu início ao cadastramento e expedição das Licenças de Ocupação (LO) para alguns moradores da Colônia Nova Esperança.

No entanto, conforme depoimentos coletados em 2002, pela autora, o ITERAIMA não desenvolveu nenhuma medida que favorecesse esses posseiros para produzirem em maior escala e escoarem a produção excedente para a comercialização. Até mesmo a LO expedida por esse órgão, não tinha validade junto

ao Banco da Amazônia (BASA), instituição bancária responsável pela liberação dos recursos federais destinados ao fomento da agricultura familiar.

Durante o primeiro pleito eleitoral, em 1990, para o governo do recém criado Estado de Roraima (Constituição Federal de 1988), o então candidato Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto foi à região fazer propaganda política e deparou-se com uma enorme sumaumeira na entrada da vicinal II, mais conhecida por “Chapéu de Couro”. Sua surpresa foi tamanha com o tamanho da árvore, que determinou, sem nenhuma consulta prévia, a mudança do nome da Colônia Nova Esperança para Samaúma demonstrando, desta forma, uma prática de mando e desmando muito comum aos representantes do alto escalão das forças armadas, principalmente dessa figura “ilustre” na política roraimense.

Eleito governador mandou que fosse aberta a “vicinal-tronco” da colônia e a estrada que liga as margens do rio Mucajaí à sede do município de Alto Alegre, cumprindo uma das promessas de campanha. Tal medida agilizou parcialmente o escoamento da produção, porém durante o período de inverno fica intrafegável, pois ainda hoje, é um trecho não asfaltado.

Esse fato não é peculiar à Sumaúma, pois todos os PAs do Estado não possuem asfaltamento de nenhuma vicinal e, em muitos casos, nem mesmo das estradas estaduais (RR) que lhes dão acesso, causando grandes transtornos aos moradores das várias áreas de colonização agrícola do Estado durante o inverno.

Os moradores enfrentam, então, grandes dificuldades para escoar a produção agrícola até os centros urbanos para a comercialização, seja por falta de estradas trafegáveis, seja por falta de veículos adequados ao transporte dos produtos.

Percebe-se com isso, que os representantes do poder executivo do Estado e dos órgãos públicos federais e estaduais, têm consciência de que é necessário desenvolver ações efetivas que viabilizem as condições necessárias à sobrevivência e auxiliem na obtenção de recursos financeiros para esses assentados.

A verdade é que, mesmo assim, nada fazem para reversão desse quadro e a população rural do Estado fica à mercê de ações isoladas do poder público. Quando ocorrem, ou de parlamentares e candidatos que aparecem para prestar algum tipo de auxílio, tão somente quando se aproximam os pleitos eleitorais, demonstrando e fortalecendo as relações de violência e poder simbólico.

Esse fato também corrobora, até certo ponto, com a dissociação entre as leis e ações do Governo Federal para o desenvolvimento da agricultura familiar no País e as dos governos estaduais, mas principalmente, os municipais que se omitem de realizar medidas que efetivem o desenvolvimento agrícola local seguindo as determinações idealizadas para a Reforma Agrária.

Tal postura acarreta uma avaliação negativa por parte dos assentados acerca do assunto, como pode ser constatado no depoimento do Sr. Edivan Pereira de Souza (em entrevista concedida em 06/07/2002, no PA Samaúma): “Nem o de Mucajaí tá nessa briga, um quer fazer uma coisa o outro não faz porque diz: Não, a de lá é de Mucajaí. O outro diz: Não é de Alto Alegre. Aí a gente fica sofrendo aqui dentro”.

Essa avaliação é porque quando os posseiros de Samaúma necessitavam de algum tipo apoio, ou mesmo esclarecimentos acerca da situação infra-estrutural e produtiva da colônia, procuravam a prefeitura de Alto Alegre por ser mais próximo e mais viável o acesso (apenas 36 km separam a sede deste município da localização atual da sede da colônia). Ao chegarem à prefeitura eram informados de que a mesma não poderia fazer nada em prol deles, uma vez que a colônia se encontra dentro dos limites territoriais e administrativos do município de Mucajaí.

Mediante essa informação, procuravam a prefeitura de Mucajaí, que por sua vez afirmava que a colônia pertencia a Alto Alegre, justamente porque a maioria dos posseiros aptos a votar era cadastrada no cartório eleitoral deste município e, portanto, a prefeitura de Mucajaí não poderia fazer nada pelos moradores de Samaúma.

Verifica-se com isso que o voto desses homens e mulheres só servia como “moeda de troca de favores” durante o período de campanha eleitoral, principalmente municipal. Nos demais períodos, esses assentados corriam de uma prefeitura à outra sem obter informação, auxílio, prestação de serviços, etc.. Mas, mesmo diante de tais dificuldades, a grande maioria dos posseiros permaneceu na colônia afinal, foi ali que puderam concretizar o sonho da terra própria.

Com o passar do tempo e com a manutenção das reivindicações dos posseiros de Samaúma, a prefeitura de Alto Alegre começou a prestar-lhes os primeiros auxílios quanto ao fornecimento de transporte para o escoamento

produtivo e aos serviços e assistências de órgãos públicos, justamente pela facilidade do acesso.

A partir de então, quando os posseiros atravessavam o rio para comercializar nas feiras, um caminhão era cedido pela prefeitura de Alto Alegre para o transporte de seus produtos, aproveitando a oportunidade para fazer compras daqueles produtos não produzidos nos lotes.

Com o estreitamento cada vez maior das relações econômicas, políticas e sociais entre os posseiros de Samaúma e Alto Alegre, na campanha eleitoral para o mandato de 1996 e 2000, a colônia de Samaúma conseguiu eleger para vereador o Sr. Raimundo, um dos primeiros moradores da colônia. Sua eleição deveu-se ao fato de ter se destacado durante o processo reivindicatório junto à prefeitura de Alto Alegre por melhores condições e assistência àquela comunidade, que a partir dali teria um detentor de poder.

Nos primeiros anos da década de 1990, a Companhia do Desenvolvimento de Roraima (CODESAIMA) passou a propiciar destino certo a parte da produção da maioria dos posseiros da colônia Samaúma, com a compra da produção de milho e de arroz. Foi também nesse período que a CODESAIMA passou a fornecer trilhadeira, sacos, barbantes, caminhão e mão-de-obra para o traslado produtivo, além da construção e o funcionamento das casas de farinha em Samaúma.

Essas medidas eram prática comum do então governador Ottomar de Souza Pinto (1991 a 1994) na zona rural roraimense, garantindo para si e demais membros de sua família uma sólida carreira política, por ser a principal característica da sua política clientelista e paternalista para o meio rural em Roraima.

De qualquer forma, essa política não garantiu o desenvolvimento socioeconômico da região, mas corroborou para a manutenção do poder e da violência simbólica exercida por Ottomar junto aos posseiros, não só de Samaúma, mas junto aos demais assentados roraimenses.

Essa política fomentou a idéia entre os assentados de que Ottomar Pinto foi o único governador de Roraima a realmente se preocupar com eles, sendo comum ouvir de assentados e membros da classe baixa de Roraima esse tipo de elogio decorrente das distribuições de cestas básicas, redes, materiais de construção, etc., realizadas durante seus mandatos enquanto governador (de 1991 a

1994; de 2004 a 2006; e, reeleito em 2006 morre em dezembro de 2007) e prefeito do município de Boa Vista (de 1996 a 2000).

Em 1994, os posseiros da colônia Samaúma passaram a contar com uma balsa com capacidade para transportar um carro de médio porte por travessia e que durante o inverno, devido à correnteza, precisava ser amarrada a uma corda estendida, de uma margem à outra para não descer rio abaixo. Posteriormente, foi substituída por uma maior, com capacidade de comportar um caminhão e dois carros, a qual funcionou até a inauguração da ponte de mão única, em 2006.

Com a chegada dessa balsa, a travessia do rio Mucajaí foi agilizada e tornou-se menos perigosa, pois a mesma entrava em funcionamento logo que a luminosidade solar fosse suficiente para visualização do trajeto e encerrava suas atividades quando esta luminosidade se esgotava.

Em 2004, foi fundada a primeira Associação de Produtores Rurais de Samaúma, pois os posseiros sabiam que para obter a liberação de qualquer linha de crédito do Governo Federal, destinada à agricultura familiar, era necessário ter um órgão representativo da categoria.

Conforme foi demonstrado, o órgão federal que trata diretamente da Reforma Agrária no País, o INCRA, em momento algum ao longo desses oito anos, realizou qualquer ação que propiciasse a esses posseiros sua fixação e aumento produtivo dentro dos seus lotes, cumprindo com as determinações do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) vigente.

Pelo contrário, oficialmente, a colônia Samaúma se quer existia para esse órgão e os posseiros ali alocados tiveram que contar apenas com seu desejo de reterritorializar-se e com as ações isoladas e esporádicas de representantes da administração pública do Estado, do município de Alto Alegre e políticos, até que o INCRA tomasse pé da situação e implantasse o Assentamento.

2.2 O INCRA Entra em Cena

No final da década de 1980, mesmo antes da elevação da colônia agrícola Samaúma à qualidade de Projeto de Assentamento (PA) do INCRA, os trabalhadores rurais passaram a contar com a assistência técnica do Projeto LUMIAR, projeto idealizado pelo Governo Federal para os PA de todo o território nacional.

Os técnicos do Lumiar tinham que realizar o levantamento diagnóstico das potencialidades produtivas regionais, elaborar os projetos e dar assistência técnica especializada aos colonos assentados. Durante sua atuação em Samaúma, constataram que as culturas mais propícias à região eram de hortaliças e de frutos nativos, que teriam bons resultados e não degradariam extensivamente o meio ambiente.

Ressalte-se que parte desses assentados não via com bons olhos as ações desse projeto, uma vez que esses técnicos estavam lhes propondo uma nova forma de trabalhar com a terra além de dar orientações que implicavam no abandono dos hábitos de cultivo aplicados ao longo de suas vidas no campo:

Botaram o Projeto da LUMIAR aqui, mas não foi nada pra frente, era só correndo pra cima e pra baixo, prum lado e outro e não fizeram nada, apenas só atrapalhava a gente, porque quando chegavam no serviço distraiam a gente pra conversar mais eles e nunca foi nada pra frente, aí foi desistiram e se acabou” (Entrevista concedida pelo Sr. Benedito da Silva Vitor, em 06/07/2002, no PA Samaúma).

O conhecimento dessas novas técnicas e diferentes culturas, não só causou certa repulsa em alguns assentados de Samaúma, como gerou e alimentou certa desconfiança acerca dos reais objetivos desse projeto, uma vez que os técnicos não visitaram todos os que ali estavam assentados, mas apenas os lotes sorteados para a análise e amostragem do solo.

Aqueles assentados que foram receptivos e seguiram as orientações dadas pelos técnicos do Lumiar para o cultivo de tomate tiveram bom êxito produtivo, entretanto, mais tarde abandonaram o cultivo desse produto¹⁹ em um curto intervalo de tempo.

A desistência de cultivar produtos diferentes à sua prática rotineira no campo – principalmente macaxeira, milho e arroz – é fruto da manutenção de elementos de sua cultura, pois de acordo com os depoimentos coletados, esses assentados desde a sua terra natal, já trabalhavam ou cultivavam esses produtos nas suas roças.

Aprenderam com os pais a trabalhar com essas culturas e seus irmãos, seus amigos também passaram pelo mesmo processo. Assim, grande parte dos

¹⁹ Análise dos dados do índice produtivo contidos nos relatórios do Projeto LUMIAR que se encontram nos arquivos da Cooperativa de Trabalho Assistência Técnica e Extensão Rural da Região Norte do Brasil – COTERRA.

assentados de Samaúma produz esses produtos, salvo os que criam gado e, portanto, o rompimento desses laços culturais é um processo longo e demorado.

Prova disto é que, tanto em julho de 2002 e agosto de 2005, período de visita, para realização das entrevistas com os assentados de Samaúma, conforme já mencionado anteriormente, não foi constatado e, nem foi mencionada, por nenhum dos entrevistados, a existência de roças que continuassem a produzir tomate na região.

No entanto, não se pode desconsiderar os fatores externos, também influenciadores da lentidão dessas mudanças. E, nesse caso específico, destaca-se a descontinuidade da assistência técnica realizada pelos técnicos desse Projeto em Samaúma.

Na metade de 1990, quando, finalmente, a primeira parcela do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) seria liberada aos trabalhadores de Samaúma o LUMIAR foi extinto, em decorrência de problemas ocorridos no estado do Rio Grande do Sul. A partir de então, o Banco da Amazônia (BASA), responsável pela contratação da empresa fornecedora dos insumos e das sementes, da prestadora de assistência técnica, administração e aplicação desses recursos federais, aprovou o projeto que seria destinado à produção de laranja.

Para fornecer as matrizes das sementes de laranja, o BASA contratou uma firma de Manaus, a qual teria que fazer a entrega destas sementes antes do período de inverno em Roraima, justamente para que fossem plantadas antes do início das chuvas. Ou seja, no período certo para iniciar a roça. No entanto, a firma veio entregar as mudas em pleno inverno, o que por si só já gerou grandes transtornos aos assentados de Samaúma.

Segundo relatos do Sr. Pedro Elias Chaves (em entrevista concedida em 06/07/2002, no PA Samaúma), a situação se agravou mais ainda em função de que nesse período, a BR – 174 não era asfaltada e, por isso, a dificuldade de tráfego nesta rodovia era imensa durante o inverno, culminando com o atraso ainda maior da entrega. E, conseqüentemente, o enxerto das mudas não agüentou a demora, e quando foram plantadas produziram apenas limão.

Ressalte-se que esses assentados estavam acostumados a produzir milho, arroz e macaxeira. Diante dos fatos, alguns até se dispuseram a apreender e a cultivar tomate; mas de uma hora para outra tiveram que cultivar laranja mais no final de tudo acabaram cultivando limão. Isso fez com que, esses

assentados contraíssem dívidas para cultivar esse produto, e no final, não tiveram laranja para comercializar e, nem tão pouco o dinheiro para quitar seus débitos.

Como foi comprovado pela própria autora no mês de abril de 2002, em reunião organizada pela Central dos Assentados de Roraima (CARR) em Samaúma, o ex-gerente da agência do BASA de Boa Vista, Sr. Francisco Carlos Fonseca de Oliveira, acompanhado pelo técnico agrícola e dono da empresa “Êxito Consultoria e Planejamento”, questionado sobre o fato pelos assentados que obtiveram a liberação de uma parcela do PROCERA anteriormente e, que não tiveram condições de honrar seu compromisso junto à instituição bancária, respondeu que o não pagamento das parcelas do empréstimo feito anteriormente não seria empecilho para a aquisição do PRONAF.

Ao contrário, o novo empréstimo serviria para fomentar a lavoura típica (arroz, mandioca, milho, banana) aumentando, inclusive, a produtividade já que, a partir de então, contariam com a assessoria técnica, havendo aumento produtivo e a conseqüente geração de lucros suficientes garantindo-lhes condições financeiras de pagar ambas as parcelas²⁰.

A orientação do ex-gerente do BASA exemplifica a ingerência típica dos órgãos que administram o dinheiro público no país e, nesse contexto, percebe-se que fatores externos são grandes empecilhos às mudanças culturais no campo, mesmo que esses homens e mulheres se esforcem para reterritorializar-se.

Em 1995, pelo menos oficialmente, o INCRA tomou ciência da existência da colônia agrícola Samaúma e a partir de então, realizou o levantamento topográfico dos lotes pertencentes às quinhentas e vinte unidades agrícolas familiares que se encontravam ali alocadas, mas o trabalho levou cerca de um ano para ser concluído.

Na seqüência, teve início a abertura das vicinais, que seguiu os mesmos trajetos dos “picadões” previamente abertos pelos posseiros de Samaúma e contou com a ajuda do Sr. Pedro Elias Chaves, então presidente da Associação de Produtores Rurais de Samaúma.

Na ocasião, o Sr. Pedro Elias fornecia dados ao INCRA sobre o número de famílias que se encontrava alocado ao longo dos “picadões”, com o objetivo de

²⁰ Presenciada pela própria autora durante visita a Samaúma em abril de 2002, para esta reunião enquanto representante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

que as estradas-vicinais abertas e as pontes construídas pudessem beneficiar um maior número de pessoas

Isso, de acordo com a avaliação do Sr. Pedro Elias (em entrevista aqui já mencionada), foi uma tentativa realizada pelo INCRA de consertar o erro decorrente do não-planejamento para a constituição e formação desse Projeto de Assentamento (PA) e por ter ignorado a existência da colônia durante oito anos.

Esse foi apenas um dentre tantos problemas que assolam os assentados não só de Samaúma, mas de todo o País, pois quando o INCRA assume responsabilidade de gerenciamento e administração das áreas de colonização espontânea, também inicia o processo de pressão para que os assentados permaneçam no lote, mesmo tendo que enfrentar inúmeras dificuldades para se fixarem e sobreviverem no local.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) normalmente demora a expedir a licença de desmatamento e queimada para a formação da roça, obrigando o assentado a queimar mesmo 'ilegalmente' para não perder o período mais adequado para a formação roça, gerando a aplicação de multas, que desestimula o assentado a manter-se no lote.

João Francisco Sodré, em entrevista concedida em 06/07/2002, no PA Samaúma, deixa claro tais fatores quando afirma: "o INCRA era brigando com nós pra vim pro lote e o IBAMA querendo multar nós porque tava desmatando".

Tal situação caracteriza tanto a disputa quanto a falta de articulação existentes entre estes dois órgãos federais que tratam da regulamentação fundiária no País, uma vez que, enquanto o INCRA impele os assentados a se manter nos lotes sob pena de o perderem, o IBAMA os impele a sair, com a proibição da coivara para a preparação do solo.

Na colônia Samaúma, em nenhum momento, os dois órgãos se propuseram a prestar auxílio ou mesmo informações esclarecedoras para sanar o problema de fixação desses assentados na região. Nem tampouco propuseram a utilização de outras técnicas de manuseio do solo à agricultura sem acarretar grandes danos ao meio ambiente, o que acaba se refletindo no aspecto econômico:

Convém aqui salientar que esse desestímulo à permanência na região e o sentimento de perda do capital e trabalho investidos, aliados à falta de infraestrutura, contribuíram para o abandono dos lotes durante algum tempo.

Entretanto, com a conclusão do levantamento topográfico da colônia agrícola Samaúma, pôde ser oficializada sua elevação à qualidade de PA do INCRA, o que foi concretizado pela Portaria INCRA/SR-25/Nº. 14, de 29 de fevereiro de 1996.

E, em contrapartida a tanto desestímulo e abandono, com o início do fornecimento de infra-estrutura mínima para Samaúma, a colônia passou por um acelerado processo de crescimento, fruto da migração espontânea e hoje é um dos maiores PA do Estado com quatorze vicinais, com 12 km, em média, de extensão.

Assim, no ano da elevação à qualidade de PA, em 1996, tanto o INCRA quanto o ITERAIMA começaram a emissão de documentos dos lotes. O primeiro com o cadastro da terra e o segundo, com a Licença de Ocupação (LO), muito embora não tivessem muita serventia para esses posseiros. Na pior das hipóteses, era um documento que comprovaria a posse da terra, mas nada de título definitivo.

Posteriormente, o INCRA passou a expedir a LO, isso porque a colônia agrícola Samaúma foi reconhecida legalmente como Projeto de Assentamento do INCRA. E com a legitimidade do PA e como anteriormente já havia sido criada a Associação de Produtores do Samaúma, em meados de 1996, foi liberada a primeira linha do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

O Fundo atendeu uma faixa de oitenta famílias com um montante que variava de R\$ 6.000,00 a R\$ 12.000,00. Posteriormente o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) contemplou mais cinquenta famílias e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um pouco mais de oitenta

Conforme relatos adquiridos nas entrevistas (já mencionadas) com os antigos moradores, em decorrência do crescimento populacional acelerado do PA Samaúma e da necessidade de instruir os filhos dos posseiros da colônia, os próprios moradores do PA construíram um pequeno prédio de madeira na entrada da vicinal conhecida por “Chapéu de Couro”, para que ali funcionasse uma escola, com apenas uma sala de aula e uma professora cedida pela prefeitura de Alto Alegre, sendo iniciada, posteriormente, em 1997 a construção da escola estadual, com duas salas de aulas para atender os alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental.

Ainda em 1997, em torno desse prédio público, teve início o processo de urbanização da Vila de Samaúma e, a partir de então, o INCRA passou a designar um administrador para a vila, o Sr. Vicentão, que ainda hoje é mantido no cargo.

Sua nomeação para o cargo foi em função de ter doado parte do seu lote para a construção da Vila, além da indicação do então prefeito de Alto Alegre, Sr. Francisco das Chagas Pereira, o Tuxaua Pereira, que utilizou sua influência pessoal e política para indicar para esse cargo alguém de sua confiança e apreço.

Tudo isso reafirma o poder simbólico exercido pelos representantes do Poder Executivo de Roraima junto aos órgãos públicos federais, pois, teoricamente, a nomeação desse administrador deveria ser responsabilidade do INCRA. De qualquer forma, tal atitude consolidou e estreitou a relação dos moradores desse PA com a Prefeitura Municipal de Alto Alegre. Afinal, até então, a prefeitura municipal de Mucajaí mantinha o distanciamento administrativo de Samaúma, pois continuava a ser alegado que o PA pertencia a Alto Alegre.

Em 2002, a Vila contava com um posto médico e um posto telefônico, todas as residências da Vila e os lotes circundantes tinham o fornecimento garantido de água encanada e de energia elétrica. A energia era fornecida por um motor movido a diesel que entrava em funcionamento às 08h e era desligado às 22h, pois apesar da rede de eletrificação rural estar concluída, até então, não havia sido ligada com a rede de Guri.

No início do ano de 2001, os assentados do PA Samaúma foram surpreendidos por um problema legal entre o IBAMA e o INCRA. O IBAMA chegou à região reivindicando-a e atestando pertencer à Flona Roraima, uma das unidades de proteção permanente do IBAMA no Estado²¹. Por conseguinte, várias famílias estariam desrespeitando a Constituição Brasileira e, portanto, teriam que ser retiradas da região sem nenhum tipo de indenização.

O “*frisson*” causado pela notícia foi generalizado, as inúmeras informações incertas acerca da questão corriam por todo o PA, “ninguém sabia ao

²¹ A Flona Roraima (Floresta Nacional de Roraima) foi criada pelo Decreto N°. 97.545, de 01 de março de 1989, com um total de 2.664.685ha, uma das maiores flonas do país. Com a criação da Terra Indígena Yanomami (9.664.975ha), Decreto presidencial de 25 de maio de 1992, em torno de 2.522.685ha (95%) sobrepueram a Flona Roraima, reduzindo-a a 142.000ha, dos quais 91.000ha encontram-se antropizados pelos Projetos de Assentamento Samaúma e Vila Nova do INCRA.

certo se todos ali teriam que sair da região, nem tão pouco, que medidas seriam tomadas pelos órgãos públicos para sanar o problema²² (OLIVEIRAb, 2008, p. 37).

A primeira medida tomada por muitos dos assentados de Samaúma foi abandonar seu lotes e deixar pra trás anos de muito serviço, principalmente aqueles que davam continuidade à picada da vicinal 10. Outros com um pouco mais de sorte, conseguiram vender seus lotes. Outros pararam de produzir aguardando o desenrolar dos acontecimentos.

Com isso, não só os assentados do PA Samaúma passaram a conviver com essas incertezas, mas também os do PA Vila Nova, vizinho de Samaúma.

Posteriormente, as informações divulgadas no PA foram que as vicinais 02, 05, 07, 08, 09, 10, 12 e 13 estariam dentro da área pertencentes à Flona. Ou seja, oito das quatorze vicinais que compõem Samaúma foram ilegalmente reconhecidas e incorporadas pelo INCRA a um dos seus PA.

É surpreendente tal atitude do INCRA, uma vez que este órgão deveria ter controle sobre as áreas de sua jurisdição destinadas a PNRA do Governo Federal em Roraima.

É mais surpreendente ainda que o IBAMA, ao longo de aproximadamente dez anos tenha expedido autorizações de queimada para o roçado desses assentados e, que só então, tenha percebido estar contribuindo para degradação de uma área sob sua proteção. No entanto, essa prática não é exclusividade da sessão regional do INCRA e do IBAMA no Estado de Roraima, uma vez que esse fato também ocorreu, tal qual, no assentamento de Taquari - RJ²³.

Mediante esses acontecimentos, os assentados de Samaúma começaram a se organizar e procuraram os representantes do Poder Legislativo e Executivo do município de Mucajaí, para intervirem junto ao IBAMA e INCRA na solução desse problema, de forma satisfatória, aos moradores tanto do PA Samaúma quanto do PA Vila Nova.

Tal atitude dos assentados corrobora com as idéias de Bourdieu (2001) sobre a violência e o poder simbólico, os quais criam, recriam e reforçam o *habitus* entre homens e mulheres do campo de que esses representantes dos poderes executivo e legislativo locais podem resolver tudo e qualquer coisa junto às diversas

²² Idéia percebida durante as entrevistas realizadas em julho de 2002.

²³ MOREIRA, José Roberto; GAVIRIA, Margarita Rosa. Territorialidade, ruralidade e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. Clección CPDA, Estudos Sociedade e Agricultura, 18 de abril de 2002: 74-72.

instâncias políticas e administrativas federais. Inclusive, sobrepondo-se à legislação brasileira que trata dessas questões e às políticas do governo federal voltada às questões do campo no país.

Essa aproximação dos assentados de Samaúma com a prefeitura de Mucajaí ocorreu a partir da construção da ponte sobre o rio Apiaú em 2002, que viabilizou a linha de acesso entre a sede deste município e o PA Samaúma. Além disso, a instauração do processo de transferência de títulos para as zonas eleitorais de Mucajaí de um número expressivo de assentados de Samaúma levou as autoridades locais a mudarem de atitude em relação à Samaúma, uma vez que se estabeleceu um interesse eleitoral satisfatório nos pleitos eleitorais.

A partir do reconhecimento de Samaúma por Mucajaí, associado ao conjunto de ações políticas, uma nova proposta começou a ser discutida. O IBAMA entregaria a área já ocupada pelos assentados e, em troca, o INCRA lhe concederia outra nas mediações da região²⁴.

O problema é que a suposta área de reposição, que está localizada ao noroeste do PA Samaúma, também já conta com um contingente humano assentado, portanto, torna-se inviável a negociação uma vez que o IBAMA pretende uma área de reposição, a Flona. Logo, as negociações em torno dessa área específica estão condenadas ao fracasso.

Como pode ser percebido, conforme vão aparecendo problemas sócio-econômicos também vão surgindo medidas paliativas, as quais decorrem de uma prática paternalista aplicada pelo Estado brasileiro desde o período colonial e, em Roraima, é detectada de forma mais contundente por ser um Estado novo.

Além disso, a questão fundiária do Estado perpassa por uma série de condições conjunturais obscuras, das quais a sociedade roraimense não tem maiores esclarecimentos e os próprios órgãos públicos tratam em nível de “Segredo de Estado”, esquivando-se de fornecer informações e esclarecimento a cerca destes.

Enquanto a solução não é definida, ao final das vicinias citadas, foram fincados marcos limites e identificados com o nome IBAMA para que aqueles que derem continuidade à abertura e loteamento da vicinal tenham consciência que

²⁴ Tanto em 2005 quanto ainda hoje essa questão está indefinida, conforme será apresentado posteriormente.

estão infringindo a lei e, como consequência, podem ser removidos sem direito à indenização²⁵.

Nem mesmo essa situação impediu que em Samaúma ocorresse a “grilagem”²⁶ e, de má fé, alguns assentados comercializam lotes de Assentamento beneficiados por algum dos recursos destinados ao fomento da agricultura familiar e com o título definitivo ou a LO falsificados.

Com isso, o enganado adquirente, com a documentação em mãos, obtém nova liberação de créditos junto ao INCRA e ao BASA e, o vendedor, grileiro, se desloca para uma nova área de colonização e inicia todo o processo, ou seja, capitaliza o assentamento.

Em outros casos, o beneficiado simplesmente abandona o lote após receber o benefício e ruma para outra área, colocando a documentação do lote no nome da esposa, filhos e/ou parentes, ou ainda, obtém o recurso, o financiamento, mas não investe no lote, tirando a oportunidade e os recursos que poderiam ser investidos àqueles que realmente precisam da terra para o sustento.

Nessa perspectiva, em entrevista concedida em 14/10/2004, em Boa Vista o Sr. Nilton Pires da Silva Rodrigues expõe que, “por um lado, o INCRA afirma não poder ter controle sobre tal prática devido a questões estruturais e por outro lado, o BASA parece ignorar a existência de tal procedimento.

Esse fato comprova contundentemente a ineficiência das ações do poder público federal e do Estado sobre as questões rurais. A falta de políticas públicas sérias e eficientes é hoje o maior entrave ao desenvolvimento social, político e econômico do Estado, uma vez que este, comumente, utiliza-se do discurso de potencial agropecuário da região, para propiciar o crescimento econômico e social da sociedade roraimense.

2.3 Samaúma na Atualidade

De acordo com o Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) – INCRA, a capacidade total do PA Samaúma é de 1.020 beneficiários e, existem atualmente 759 assentados. Destes, 30 receberam o Crédito Apoio Inicial e 69, o PRONAF. Mas, não há informações precisas no documento sobre quantos

²⁵ Fato comprovado pessoalmente pela autora, inclusive com registros fotográficos.

²⁶ Falsifica-se o documento e o coloca em uma caixa sem luminosidade por um determinado período de tempo.

assentados teriam recebido o Crédito Aquisição de Materiais de Construção, o Crédito Habitação, mas apresenta 418 beneficiários.

Isso indica que cerca de 242 assentados de Samaúma, ainda hoje, depois de treze anos da implantação do Assentamento, não receberam nenhum recurso do Governo Federal para a consolidação e fomento da agricultura familiar. Entretanto, mesmo assim, tanto o Governo Estadual quanto os municipais, afirmam ser a agricultura familiar a base econômica de Roraima.

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos/SR (25), que trata diretamente de toda a documentação dos assentados pelo INCRA, em sua Relação de Beneficiários com Título de Domínio (TD), constata a emissão de 239 títulos aos respectivos assentados de Samaúma, significando dizer que, de acordo com esse documento, 520 samaumenses não possuem sua situação de posse regularizada e, mesmo assim, cerca de 418 têm reconhecido oficialmente por esse órgão, sua condição de assentado, uma vez que já tiveram acesso a alguma linha de créditos tanto de Instalação quanto do próprio PRONAF. Os 242 samaumenses restantes, ainda hoje permanecem no PA Samaúma aguardando que o INCRA regulamente de uma forma ou outra sua situação.

Ressalta-se aqui, que o número total de assentados e beneficiários de Samaúma, quando contrastado com informações oficiais e extra-oficiais fornecidas pelos próprios e fornecidas pelas associações de produtores se divergem.

Independentemente do número exato de trabalhadores rurais reconhecidamente assentados e os não-reconhecidos, mas aqui referenciados como tal, é preciso salientar que o problema fundiário existente em torno do Assentamento Samaúma e a Flona Roraima, entre o INCRA e o IBAMA, ainda não foi resolvido. Mas, tanto os funcionários desses órgãos quanto os próprios assentados crêem que tudo será solucionado de forma a beneficiá-los, pois há vários interesses particulares e coletivos em torno dessa questão.

Prova disto é que em 2005, em Samaúma mantiveram-se o número de quatorze (14) vicinais, a mesma quantidade do período em que a colônia espontânea foi elevada a qualidade de PA do INCRA, em 1996. Já na última visita realizada pela autora em 2008, constatou-se a criação de mais quatro (04) vicinais, totalizando o número de dezoito (18) que compõem o PA.

Convém ressaltar, ainda, que se constatou *in loco* que, de 2002 até 2008, a Vila Samaúma vem passando por intenso processo de crescimento e fornecimento

de infra-estrutura, isto porque, parte dos assentados possui casa residencial e comercial na Vila.

O crescimento de estabelecimentos comerciais decorreu do funcionamento da rede de eletrificação rural ligada diretamente à Linha de Guri, sendo que, todos os lotes localizados entre os 15 e 20 primeiros quilômetros das vicinais, possuem energia elétrica.

Servem como mão-de-obra no período de colheita e/ou com a lida do gado, os samaumenses que não possuem lote e os adolescentes, pois o que se constata atualmente em Samaúma é que aqueles assentados que obtiveram êxito econômico com suas atividades no lote e/ou obtiveram recursos com o desenvolvimento de outras atividades econômicas, investem na criação de gado, continuando a cultura nativa de seus estados, na maioria proveniente do Maranhão.

Embora se saiba que os tamanhos dos lotes em assentamentos sejam pequenos (60 ha) para o desenvolvimento da atividade pecuária, é muito comum a compra de lotes vizinhos ou que uma mesma família possua três ou quatro lotes, um ao lado do outro, em nome do pai e filhos maiores de idade e, assim, quando os recursos destinados aos assentamentos e as parcelas do PRONAF são obtidas, estes são investidos no aumento da criação.

Atualmente, na Vila Samaúma existe uma creche municipal com duas professoras e toda a estrutura física e administrativa. No mesmo prédio funciona uma turma de alfabetização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Já a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nova Esperança, possui toda a estrutura física das escolas da rede pública estadual e atende todas as séries do Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). É também a gestão desta escola que controla toda a distribuição de merenda escolar e as freqüências dos professores das cinco escolas estaduais localizadas em cinco das quatorze vicinais do PA.

A incidência desse aumento de instituições educacionais em Samaúma é outro indicador do crescimento no PA, pois tanto cresce a população local, quanto de pessoas migram e se alocam na região para exercerem cargos públicos, instaurando, assim, outra face do processo desterritorialização e reterritorialização.

Com isso, fomenta-se o comércio de gêneros alimentícios, construção civil, eletroeletrônicos, prestação de serviços, etc., embora não haja muitos postos de trabalho para absorver a mão-de-obra extra lida na roça e na criação.

O INCRA cedeu o prédio de sua sede para o funcionamento de um hospital, o qual conta com dois técnicos de enfermagem para atendimentos emergenciais, distribuição de medicamentos e marcação de consultas médicas, realizadas duas vezes por mês, quando um médico de Mucajaí se desloca para atender aos samaumenses.

Os casos mais graves de enfermidades são deslocados para atendimentos no Hospital Geral localizado em Boa Vista, como é comum não só em Samaúma, mas em todo interior do Estado.

Com a realização do último pleito municipal, a estrada de acesso à Samaúma via Alto Alegre e Mucajaí e as vicinais foram recuperadas, embora continuem sem asfaltamento e sinalização, sendo que algumas vicinais estão sendo abertas, como é o caso da vicinal 5.

Ressalte-se aqui que, adversamente aos dois pleitos municipais realizados nos anos de 2000 e 2004 para a Câmara Municipal de Alto Alegre, quando grande parte dos assentados de Samaúma aptos a votarem era cadastrada no cartório eleitoral deste município, em 2008 nenhum candidato do PA a vereança foi eleito. O que possivelmente, à primeira vista, decorreu da transferência dos títulos eleitorais para o município de Mucajaí, como foi apontado na seção anterior.

De qualquer forma, tal fato merece uma análise posterior e bem mais detalhada, já que, atualmente, os assentados de um dos maiores dentre os 50 PAs do INCRA em Roraima não possuem representantes no poder legislativo municipal nem de Alto Alegre e nem de Mucajaí.

Em 2006, foi inaugurada a ponte sobre o rio Mucajaí, que liga o PA Samaúma ao município de Alto Alegre. E a balsa de pequeno porte, comporta apenas um carro de médio ou grande porte por vez e caiu em desuso. Mas, independentemente de sua capacidade, agilizou o escoamento produtivo dos assentados de Samaúma às feiras livres dos municípios de Alto Alegre e Boa Vista, além de ter viabilizado o transporte intermunicipal diário da colônia aos municípios de Mucajaí, Alto Alegre e Boa Vista. A construção dessa ponte, mesmo que pequena, é visto de forma positiva pelos assentados no PA, mesmo que não haja asfaltamento sequer da estrada de acesso.

Em Samaúma, das cinco associações de produtores rurais existentes, apenas a Associação de Produtores Rurais Nova Esperança (2004), a primeira

criada no PA e que agrega o maior número de associados da maioria das vicinais, está em plena atividade.

Esse fato demonstra o quão é frágil a organização e a mobilização dos assentados em torno de suas entidades representativas, mesmo que seja uma exigência dos programas de fomento à agricultura familiar no país, o que também não é exclusividade do PA Samaúma, conforme será apontado no próximo capítulo.

3 MOVIMENTO SOCIAL RURAL: ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES, SINDICALISMO E MST EM RORAIMA.

As associações de produtores e sindicatos rurais são duas dentre as três maiores expressões dos movimentos sociais na zona rural brasileira, pois é inegável a atuação do Movimento dos Sem Terras (MST) na organização e liderança das mobilizações dos sem-terra e dos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), principalmente, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país.

Na especificidade roraimense, tanto as associações de produtores quanto os sindicatos são os grandes responsáveis pela organização e reivindicações dos assentados por melhores condições de vida e de sobrevivência nos projetos de assentamentos implantados pelo INCRA.

São, assim, estas entidades que mediam diretamente as relações de poder estabelecidas entre os assentados e os diversos segmentos estatais que tratam das questões rurais no país, haja vista que, no Estado de Roraima, não existe uma tradição de ações do MST em meio à zona rural regional.

Na verdade, o primeiro grupo a chegar a Roraima foi por volta do ano de 2007 e, ao deparar-se com uma realidade avessa à das demais regiões do país onde habitualmente atuam, tiveram que adotar estratégias diferenciadas à organização e liderança do movimento social rural local.

Nesse sentido, as invasões de terras, pedidos de desapropriações, confrontos armados com os poderes públicos, fazendeiros, etc., foram substituídos por mobilizações que reivindicam junto ao INCRA a implantação dos assentamentos de acordo com a legislação vigente, o que se deve em grande parte à existência de muitos lotes desocupados dentro dos atuais 50 projetos de assentamento em Roraima.

Diante do exposto, percebe-se que o Estado e os órgãos governamentais e não-governamentais que tratam das questões no campo roraimense, exercem uma relação de poder direto junto aos assentados e, mais especificamente, junto às lideranças dos sindicatos rurais e das associações de produtores rurais, o que caracteriza o poder simbólico exercido sobre estes.

Saliente-se que esse poder não é facilmente reconhecido por essas lideranças, pelos assentados que, mesmo não sendo lideranças instituídas²⁷ se destacam entre os demais por sua condição socioeconômica mais favorável e nem pelos demais assentados. E por isso, o Estado passa a ser visto como o grande responsável por toda e qualquer “melhoria” de vida dentro do assentamento, inviabilizando-se, portanto, a mobilização e a organização dos mesmos em suas entidades representativas em torno de qualquer movimento reivindicatório em prol do assentamento.

Dessa forma, quando essas lideranças instituídas e “natas”²⁸ se apercebem da existência e dos processos pelos quais se constitui esse poder, o incorporam e recriam seus *habitus* afinal, esses assentados passam a se ver e a serem reconhecidos pelos os demais como figuras ilustres que exercem “influência” junto aos funcionários de órgãos como o INCRA, ITERAIMA, SEAAB e políticos em geral para que realizem “benefícios” ao assentamento, o que, segundo Bourdieu decorre:

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campo, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies –, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 2001, p. 134 – 135).

Logo, para os assentados em geral, não é a mobilização e reivindicação dos sindicatos e/ou das associações de produtores que instrumentalizam a implantação das prerrogativas legais destinadas aos assentamentos, mas as ações individuais dos presidentes dessas entidades representativas de classe e das lideranças “natas”.

Essa mesma idéia perdura entre os assentados em relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pois não concebem que, para se obter qualquer uma das linhas de crédito desse programa, necessitam estar organizados, filiados e manter em pleno e efetivo funcionamento as

²⁷ Membros das associações e/ou sindicato.

²⁸ Líderes locais que não são membros das direções das associações e/ou do sindicato, nem tão pouco associados.

associações de produtores - uma das principais prerrogativas de acessibilidade ao Programa.

Acreditam, pois, que os assentados dirigentes das associações e aqueles mais próximos a eles obtêm o PRONAF em função de sua influência e conhecimento individual junto aos setores do INCRA e da agência bancária que lidam diretamente com o Programa.

3.1 Breve Trajeto Histórico do Sindicalismo Rural Brasileiro

O sindicalismo tem sua gênese nas sociedades de socorro, criadas em 1858, com a principal finalidade de realizar obras assistenciais e de ajuda recíproca aos problemas de saúde, de acidentes no trabalho, etc. (RIBEIRO, 2008).

Como os trabalhadores e artesãos não possuíam nenhuma entidade e/ou legislação governamental que os amparasse contra esses contratemplos, reuniam-se nessas sociedades para prestar auxílio aos que necessitassem.

É, pois, na nessa mesma perspectiva que emerge o sindicalismo rural brasileiro, uma vez que seu trajeto histórico está intimamente associado ao implemento e desenvolvimento do sindicalismo urbano.

As primeiras tentativas, no plano legal, de organização sindical dos assentados ocorreram em 1903, através do Decreto 979, que autorizava a criação de sindicatos rurais. Em função de não ter produzido o efeito esperado pelo governo, tornou-se letra morta e, por conseguinte, os assentados da época ficaram sem meios e recursos para se organizar em entidades representativas de classe. As normas fixadas pelo decreto congregavam, numa mesma entidade, patrões, empregados e cooperativas agrícolas, independentemente da autorização do governo (THOMAZ JÚNIOR, 1998).

Dessa forma, a presença dos patrões nesses sindicatos, de uma forma ou de outra, significava que, tanto a organização quanto as reivindicações empreendidas pelos sindicatos, passava pelo crivo da oligarquia rural (patrões). Isso porque, historicamente, as oligarquias agrárias mantiveram-se à frente do governo e das diretrizes políticas e econômicas do país. Por conseguinte, detinham, e ainda hoje em certa medida detêm o poder político, econômico e social não só na zona rural propriamente dita, mas em nível municipal e estadual de forma a estabelecer relações que caracterizam tanto o poder quanto a violência simbólica.

Tal fato demonstra claramente a problemática vivida ainda hoje pelo sindicalismo rural, o qual se vê impelido, tanto por forças externas (governamentais) quanto internas (instituições representativas) a congregar e unificar interesses e categorias diferentes e, muitas vezes, até mesmo antagônicas, no seio de sua organização: “assalariados”, “parceiros”, “arrendatários”, “pequenos proprietários”, “posseiros”, “assentados”, etc., imposta à organização sindical legalmente.

Em 1906, foi realizado o primeiro congresso de trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro, culminando com a criação da Confederação Operária Brasileira (COB). O próprio nome desta entidade indica que seus objetivos estavam voltados às reivindicações de melhorias das condições de trabalho dos trabalhadores das incipientes fábricas que se instalavam no país (RIBEIRO, 2008).

Conseqüentemente, pouco ou quase nada influiu no redirecionamento das reivindicações dos assentados e na questão específica da sua organização (THOMAS JÚNIOR, 1998). Ou seja, os assentados e seus sindicatos ficaram à mercê das medidas adotadas e implementadas pelo governo de então, para regulamentar suas organizações e suas demandas trabalhistas e sociais.

Por outro lado, o surgimento da Confederação deflagrou o surgimento de diversos sindicatos representantes de diferentes categorias, seja nos centros urbanos e/, ou no campo, os quais, na medida do possível, garantiram junto ao governo avanços e conquistas aos assentados.

De 1913 a 1920, parte do movimento sindical era controlada diretamente pelo governo, provocando muitos problemas, principalmente com as lideranças que muitas vezes deixaram de representar o interesse da coletividade em detrimento de interesses próprios, ou seja, obtenção de prestígio, reputação e fama. Isto porque, estas lideranças percebiam a complexidade da luta na defesa da categoria e optavam em ficar ao lado do governo recebendo ordens que muitas vezes prejudicavam a classe (RIBEIRO, 2008).

De certa forma, tal fato ainda é comum, pois quando o Estado se sente pressionado pelo movimento sindical, através de greves, movimentos reivindicatórios organizados, panfletagem, mobilizações, para que implemente medidas trabalhistas, salariais, dentre outras coisas consideradas inviáveis, o Estado, coopta as lideranças em seu favor.

Em contrapartida, essas lideranças recebem privilégios do governo, principalmente assumindo cargos de confiança na administração pública e/ou a

viabilização de mecanismos que lhes garantam a permanência à frente das entidades representativas da classe.

Ainda hoje, tanto a estrutura sindical rural quanto urbana é de forma piramidal. No caso do sindicalismo rural, sua configuração se dá da seguinte forma: na base da pirâmide estão as associações de produtores rurais; acima destas, os sindicatos rurais; na seqüência, as federações; e no ápice da pirâmide, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com o objetivo maior de defender os direitos e reivindicações da classe independentemente do ramo da atividade, desde que sejam filiados a ela. Estrutura esta que vigora desde o início do século XX.

Com o avanço do processo de industrialização brasileiro a partir de 1930, sob o comando de Getúlio Vargas, iniciou-se também um novo momento do sindicalismo no país, uma vez que nos centros urbanos, trabalhadores/operários iniciaram um intenso processo reivindicatório por melhores condições de trabalho que, segundo Thomaz Júnior (1998), levou Vargas a regulamentar o sindicalismo urbano em 1932 e em 1934 instituiu o modelo federativo.

A partir da regulamentação do sindicalismo, cada categoria de trabalhadores passou a ter sua entidade representativa, regulamentada pela legislação específica de cada estado e município acontecendo ainda a unificação das demandas e bandeiras de lutas.

Segundo Ribeiro (2008), o governo instituiu a unicidade sindical e o atrelamento da sua estrutura ao Estado e com o Decreto 1.402 em 1939, homologado por Vargas, além da criação do enquadramento sindical, aconteceu a condição de reconhecimento dos sindicatos junto ao Ministério do Trabalho, bem como a criação do imposto sindical e a contribuição dos trabalhadores para manter serviços assistenciais do governo para a categoria sob administração do sindicato.

Essa medida significou um retrocesso para os assentados, haja vista que, unificaram-se diferentes categorias em um mesmo sindicato que só existiria se estivesse de acordo com os parâmetros determinados pelo Ministério. Além do mais, o imposto sindical não só retirou a responsabilidade do Estado e dos empregadores em aplicar recursos próprios aos serviços sociais destinados aos assentados, mas também instituiu o sindicato assistencialista, que deixava de cumprir suas funções enquanto entidade representativa e organizadora das lutas por direito do trabalho para fazer assistência social para o assentado.

Tais medidas viabilizaram um maior controle do movimento sindical e operário, uma vez que os trouxe para dentro do governo e, por conseguinte, o Estado passou a ter meios e condições viáveis a atender os anseios dos empregadores, inclusive o das oligarquias rurais, pois segundo Ricardo Antunes:

O getulismo foi um pacto com as classes dominantes, com a burguesia industrial nascente e com setores agrários, o que permitiu certa entrada da legislação sindical e trabalhista no mundo urbano. Para não ferir os interesses do latifúndio e dos setores agrários que apoiavam Getúlio, a legislação trabalhista não chegava ao campo (CORREIO POPULAR, Abril/2008).

Além disso, o Estado passa não só a regular diretamente a estrutura organizativa sindical, mas também a controlar e determinar os problemas a serem tomados como bandeira de luta do movimento, as formas de encaminhar as reivindicações e negociações privilegiando, de certa forma, os patrões, como expressão do exercício de poder e violência simbólica.

No final da década de 1940, surgiram as primeiras organizações de trabalhadores no campo divididas em quatro categorias: “trabalhadores na lavoura, trabalhadores na pecuária e similares, trabalhadores na produção extrativa e produtores autônomos” (MEDEIROS, 1990, p. 2 *apud* THOMAZ JÚNIOR, 1998).

Se por um lado, a emergência dessas categorias distintas de trabalhadores no campo se apresentou como uma possibilidade de retirar a oligarquia rural dos sindicatos de trabalhadores agrícolas, por outro, apontou suas demandas como principais reivindicações sindicais, mesmo que tenha fragmentado a categoria de assentados, suas formas de lutas e diversificado suas entidades representativas.

Além do mais, segundo Ricardo Antunes (Correio Popular, 2008), não se deve esquecer que, historicamente, sempre houve um esboço do sindicalismo rural no Brasil. Essa nova conjuntura organizacional dos assentados, viabilizou o implemento do modelo federativo, a unicidade sindical e o seu atrelamento ao Estado em 1941, tal qual ocorrera com o sindicalismo urbano.

Isto porque, as pressões das lutas presentes nas cidades e no campo fizeram com que Getúlio Vargas, com objetivo de recriar uma relação de forças a seu favor, instituisse o decreto 7.038, que autorizava a organização sindical rural,

além de estabelecer que cinco sindicatos formariam uma federação, três federações e uma confederação (THOMAZ JÚNIOR, 1998).

Tais medidas deixam claro que o governo, mesmo regulamentando o sindicalismo rural, o manteria sob seu controle, sob seu poder, pois organizava sua micro e macroestrutura de forma a atender seus interesses sob o movimento social rural.

Na década de 1950, decorrentes da luta de resistência na terra e pela terra, novas categorias emergiram no cenário político brasileiro, a saber: meeiros, foreiros, colonos, camaradas, posseiros, etc., nomeações estas decorrentes do processo organizativo em curso e da ação de diferentes mediadores que buscavam traduzir demandas pontuais locais em uma linguagem mais geral que as unificasse. Tanto o Partido Comunista Brasileiro (PCB) quanto as Ligas Camponesas e, posteriormente a Igreja Católica (1960), foram imprescindíveis na organização e no direcionamento da luta destes assentados.

É, a partir de então, que se constitui a categoria política “trabalhadores rurais” para designar todas as diferentes categorias de trabalhadores do campo brasileiro, os quais empreendiam a luta pela resistência na terra e passaram a se organizar mais solidamente em sindicatos (MEDEIROS, 2005).

Esses sindicatos rurais deram continuidade às inúmeras manifestações dos assentados, as quais, embora válidas, constituíram-se isoladamente e a maioria delas não teve continuidade.

No entanto, a luta pela terra, principalmente no Nordeste brasileiro, assumiu a conotação de "*um movimento radical de contestação ao sistema de monocultura, à mecanização e à estrutura fundiária*", transformando o latifúndio em sinônimo da grande propriedade e das formas de dominação e opressão nela existentes (RICCI, 1992 *apud* MEDEIROS, 2005, p. 104).

A partir de então, deflagraram-se inúmeros conflitos armados entre os latifundiários e os assentados, estes últimos unificados sob a bandeira da reforma agrária e organizados nas Ligas Camponesas de 1955.

A luta por reforma agrária também reuniu os grupos vulgarmente chamados de comunistas e setores importantes da Igreja Católica em prol da formação e orientação de lideranças sindicais rurais, nos diversos estados no final dos anos 1950, conforme demonstrado a seguir:

Além da Igreja, ironicamente, o próprio Partido Comunista Brasileiro, que nunca chegou a aceitar por completo as alternativas de "revolução camponesa" propaladas no processo de expansão das Ligas, passou a investir na sindicalização rural como uma das formas de fazer penetrar sua política no campo brasileiro (ROSA, 2004, p. 474).

Os sindicatos eram tidos como um importante instrumento de abrangência e organização da classe trabalhadora e a corrente político-ideológica do presidente estaria, efetivamente, disseminando seu ideário político e agregando um número significativo de sujeitos à sua proposta e/ou projeto político e social e, à certa medida, à violência simbólica nos moldes preconizados pelo Estado.

É nessa conjuntura que as Ligas Camponesas se apresentaram como uma das primeiras formas mais autônomas de organização dos trabalhadores rurais, as quais fizeram com que o homem do campo percebesse que é preciso lutar para conquistar seus direitos, pois, esta era a única forma de pressionar o Estado para implementar e garantir seus direitos trabalhistas e sociais, como já vinha ocorrendo no meio urbano e entre seus trabalhadores.

Além disso, as Ligas passaram a dar o toque de caixa das relações de poder estabelecidas entre o Estado e os assentados, ao ponto destes últimos surgirem como uma categoria política que passaram a ser identificados e a se organizarem em sindicatos de lavradores, trabalhadores agrícolas.

Em 1955, a União dos Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB) e as Ligas eram as principais entidades que participavam e organizavam os movimentos sociais em defesa dos assentados. A partir de então, foram surgindo várias organizações trabalhistas sindicais rurais com o objetivo de conquistar o direito ao trabalho e o acesso à terra (RIBEIRO, 2008).

Por ser um movimento de reivindicações e oposição a desigualdade no campo, as Ligas estiveram sempre relacionadas à repressão e violência. Porque a ideologia das Ligas preconizava a revolução camponesa, tornando-se alvo, portanto, da repressão não apenas do Estado, mas também das elites rurais (RIBEIRO, 2008).

Ricci (2005) afirma que o sindicalismo urbano reivindicava garantia de emprego, regulamentação da carga horária, seguro para acidentes de trabalho, férias remuneradas, entre outras garantias trabalhistas. O movimento sindical dos assentados utiliza-se desta experiência urbana e as adaptam as suas crescentes necessidades, como por exemplo, a falta ou insuficiência de terra, o baixo poder

aquisitivo, os problemas da política agrícola afetando, sobretudo, os pequenos proprietários, parceiros e arrendatários, a assistência técnica, o crédito, os preços mínimos, o cooperativismo, a dificuldade de acesso aos tratamentos de saúde e a previdência social, dentre outras.

Nesse âmbito, a Igreja, que de longa data vinha se preocupando com a questão social no Brasil, procurou se readaptar, aproximando-se dos assentados (RICCI, 2005).

Nos primeiros anos da década de 1960, pressões dos partidos políticos, de setores da Igreja Católica e das organizações sindicais criaram as condições favoráveis à regulamentação da atividade sindical no campo em todo o país. A partir de então, o número de sindicatos aumentou significativamente.

Depois da regulamentação do sindicalismo rural e da criação de uma estrutura estatal para apoiar a sua formação, as Ligas perderam seu papel de principais protagonistas das reivindicações camponesas, ocupando um lugar secundário, que lhes dava um diminuto poder de barganha política (ROSA, 2004, p 474 - 475).

Tal regulamentação fez com o movimento sindical rural com base revolucionária se desarticulasse, pois para garantir sua existência, tinham que se “enquadrar” nas normas ditadas pelo Estado, por conseguinte, a reorientar suas bandeiras de lutas.

Nessa conjuntura, segundo Thomaz Júnior (1998), em 1962, durante o governo populista de João Goulart, o sindicalismo rural foi regulamentado sob novas características, a saber: o aparelhismo, o corporativismo e a referência de "ação" limitada à base territorial de abrangência. Características estas que se tornaram a marca registrada do movimento sindical rural brasileiro, por se opor aos acordos com a oligarquia rural, vigentes até então.

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT - 1961 a 1964) manteve a falta de enraizamento na base, a falta de representatividade, o atrelamento à estrutura oficial e a dependência ideológica da burguesia, o que precisava ser revisto sob pena de sucumbir e não responder às demandas reivindicadas pelos assentados que se identificavam com projetos de construção de um sindicato livre, autônomo, democrático e com princípios socialistas.

Esse debate influenciou indiretamente os assentados que passaram a questionar as desigualdades sociais referenciadas na estrutura fundiária, que tinha

nas alianças sustentadas dentro do Estado, ardorosos defensores do latifúndio (THOMAZ JÚNIOR, 1998).

Essa oposição aos interesses dos latifundiários culminou com intensas discussões e disputas políticas no seio das novas organizações dos assentados, que buscavam mais autonomia tanto em relação ao Estado quanto entre si, mas sob a bandeira de luta por reforma agrária.

A regulamentação do sindicalismo rural pelo Estado brasileiro, a conseqüente criação e/ou transformação das entidades organizativas pré-existentes em Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) e o gradativo fim das Ligas Camponesas culminaram com a constituição, no final de 1963, da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Por ter nascido das disputas e negociações de cúpula entre lideranças do PCB, lideranças conservadoras da igreja católica e Ação Popular, o que se esperava da CONTAG era o reconhecimento e a criação de mecanismos que atendessem às demandas específicas das diferentes categorias de trabalhadores do campo que eram genericamente classificados de trabalhadores rurais, mas o esperado não ocorreu. Pelo contrário, fortaleceu a reunificação dos diversos segmentos do campo e centralizou as organizações sindicais vigentes, uma vez que passou a ser o único órgão nacional de representação dos assentados.

Essa reunificação foi um retrocesso na organização e articulação dos assentados em suas entidades representativas, já que os pequenos produtores, arrendatários, parceiros e assalariados não chegavam à direção das entidades (STR's, FETAG's e da própria CONTAG). A CONTAG, até os dias de hoje, parece ter esquecido a questão da terra e da reforma agrária, passando a exigí-la conforme definida pelo Estatuto da Terra (1964).

Com a instauração da Ditadura Militar (1964 – 1985), o sindicalismo tanto rural quanto urbano sofreu um grande golpe, decorrente do fechamento e/ou intervenção de vários sindicatos, perseguições, prisões, exílio e assassinatos de lideranças sindicais.

Após o golpe militar de 1964, a CONTAG passou a ser orientada política e ideologicamente pelo que Ricci (2005), denominou de “culto aos dirigentes”, pois somente eles saberiam e poderiam administrar, representar e liderar as demandas sociais do meio rural por meio do exercício de seu poder simbólico, o que de certa

forma foi incorporado ao *habitus* desses dirigentes e se faz presente até os dias atuais.

Nesse mesmo período, as Ligas Camponesas perderam seu poder agregador decorrente da prisão, assassinato e exílio de seus principais dirigentes, sendo extintas no final da década de 1960.

Como os sindicatos oriundos da ação da Igreja Católica foram relativamente poupados do processo de intervenção, tornaram-se a base da ação da CONTAG no final dos anos de 1960 e ao longo dos anos de 1970, unificados pelas demandas de direitos trabalhistas e por reforma agrária, previstos no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e no Estatuto da Terra de 1964.

As demandas por reforma agrária, apesar de presentes nas principais resoluções da Confederação, como pano de fundo de todos os seus manifestos e publicações deixaram, gradativamente, de ser uma prioridade prática dos sindicalistas rurais. Essa postura não eximiu a intervenção e o afastamento das diretorias eleitas da CONTAG e de sindicatos por todo o país, durante a Ditadura (ROSA, 2004).

A partir de então, a CONTAG passou a localizar as lutas na Confederação e não nos sindicatos (STR's) e Federações (FETAG's), o que favoreceu a dependência dos sindicatos em relação às iniciativas das demais instâncias, com é apontado por Medeiros:

Em meados dos anos 70 começaram a se esboçar críticas à prática sindical “contaguiana” e à ação levada a efeito no cotidiano pelos sindicatos: a ação da Contag era apontada como ineficaz, por ser voltada principalmente para a denúncia de situações concretas aos poderes públicos, mas pouco efetiva no sentido de estimular a organização e mobilização dos trabalhadores para pressões. Muitos dos sindicatos eram considerados como eminentemente assistencialistas e, portanto, incapazes de dar consistência à luta por direitos pregada pela própria confederação sindical (MEDEIROS, 2005, p. 105).

Percebe-se a adoção de uma “política conciliatória” da CONTAG em relação à política governamental destinada ao campo brasileiro, à medida que não se propõe a adotar uma política agrária e/ou agrícola destinada a sanar os reais problemas vividos por uma gama de assentados brasileiros.

Em 1975, a ala progressista da Igreja, muito ligada ao movimento social e sindical no campo, criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), cujo caráter institucional legitimava teologicamente as demandas emergentes, as ações de

resistência, a formação de quadros através da ação das pastorais e a viabilização de espaços e infra-estrutura para encontros e gestão de organizações sociais e sindicais durante o período em que o próprio ato de reunir, além de ser posto sob suspeita pelo regime militar muito contribuiu para a criação da oposição à estrutura sindical vigente (NOVAES, 1997 *apud* MEDEIROS, 2005).

Nessa conjuntura, a política agrícola dos governos militares desencadeou importantes processos de transformação, destacando-se a pauperização dos “pequenos produtores”, sujeitos sociais nas áreas de colonização agrícola consolidadas do país, que acabaram por arriscar a sorte nos projetos de colonização públicos ou particulares na Região Norte ou Centro-Oeste do país.

Em meados dos anos de 1980, o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), sacramentado pela "Nova República", ganha *status* de política social, com o intuito de atenuar os custos sociais do próprio desenvolvimento econômico do país.

Thomaz Júnior (1998) assinala que os atores que emergiram do novo quadro de confronto, explicitaram as contradições contidas no processo de valorização do capital e expressaram demandas específicas e vêm, ao lado das críticas às práticas sindicais contaguanas, colocando na cena sindical, novos elementos no tocante à representação.

Polemizando a hegemonia do "modelo" sindical oficial e acirrando as disputas políticas em torno da estrutura organizativa e das bases representativas, estava em "xeque" o monopólio do sindicalismo na condução das lutas no campo (THOMAZ JÚNIOR, 1998).

Assim, entram em cena novos atores sociais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB); dos posseiros do Pará, os quais determinam seus próprios rumos em busca das suas demandas, opondo-se à representação e formas de organização sindical no meio rural brasileiro. Tais “oposições” se articularam a novas redes, entrelaçando-se com o “novo sindicalismo” urbano com as lutas políticas nacionais (liberdade e autonomia sindical, redemocratização, eleições diretas, etc.).

Os movimentos sociais rurais dos anos 1980 são um campo de dupla resistência política contra a ordem social que os exclui e contra as organizações formais de representação social que não os acolhe. Marta Arretche (2000; 2001; 1999; 1996), em suas pesquisas sobre movimentos sociais brasileiros, tem

demonstrado que persiste na cultura da política nacional a dependência das ações públicas em relação aos órgãos centrais de gestão.

Em 1983, com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), criou-se um novo campo de disputa com a CONTAG que se alinhara à Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). Essas “oposições sindicais” no meio rural não podem ser dissociadas do processo de intensificação dos conflitos que marcaram o final da década de 1970 e os anos 1980, momento em que a modernização da agricultura brasileira, fortemente estimulada pelo Estado, começou a evidenciar seus efeitos sobre os trabalhadores do campo (MEDEIROS, 2005).

A emergência de novos atores, novas identidades e novas demandas deram maior visibilidade política a essa categoria e, ao mesmo tempo, acentuaram a percepção social de sua diversidade. Inauguraram novas iniciativas de enfrentamento estranhas às práticas sindicais até então vigentes no sindicalismo “contaguiano” e “também buscaram alternativas organizativas, de caráter local (em especial “associações”) para tentar enfrentar alguns de seus problemas imediatos, principalmente os relacionados à produção e comercialização” (MEDEIROS, 2005, p. 108).

Além disso, novos temas se impuseram ao sindicalismo, entre eles os das demandas envolvendo questões relacionadas a gênero e idade. No que se refere a gênero, a crescente organização e mobilização dos movimentos de mulheres assentadas traduziu-se em preocupações em trazer ao sindicato questões como reconhecimento legal da mulher enquanto assentada, envolvendo a demanda pelos direitos daí decorrentes; garantia da presença da mulher nas direções sindicais, através de um sistema de cotas; criação de programas de saúde voltados para a mulher, etc.

Já no que diz respeito ao tema geração, destaca-se a crescente preocupação com os jovens (formação, possibilidades profissionais) e aposentados, através do reconhecimento de sua especificidade no interior do sindicalismo.

As dificuldades para a superação do caráter reivindicatório estiveram vinculadas à cultura ou ideário político dos movimentos sociais e vários movimentos sociais rurais se institucionalizaram e assumiram nítidos sistemas de controle e hierarquia no seu interior, transformando-os em organizações auto-referenciadas (RICCI, 2005).

Foi nessa conjuntura que, de 1993 a 1995, eclodiram intensas lutas pela terra, por créditos, pela Reforma Agrária e surgiu um movimento social rural capaz de não só organizar e mobilizar a massa de assentados bem como levar o governo federal a criar mecanismos creditícios destinados aos assentados, os “Gritos da Terra”.

Logo na sua primeira edição, o “I Grito da Terra (1994)”, conquistou o PROVAP (Programa de Valorização do Pequeno Agricultor). A partir de então, novas políticas públicas de crédito rural oficial “reconheceram” a Agricultura Familiar como principal objeto das políticas governamentais para o campo, decorrentes das relações de poder instauradas entre esse movimento e o governo.

Em 1995, com o “II Grito da Terra Brasil” veio a conquista do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), mas apenas o custeio foi implementado; em 1996, com o “III Grito da Terra”, a redução das taxas de juros de 12% para 9%; em 1997, com o “IV Grito da Terra”, conquista-se a redução das taxas de juros para 6,5% e a conquista do PRONAF ESPECIAL (Pronafinho) (HISTÓRIA DO CRÉDITO...).

Toda essa mobilização contou com o apoio do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas Federações dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), que objetivava organizar todos os assentados do país em torno de propostas consistentes para atender suas demandas por créditos rurais específicos e de pressionar o governo para a elaboração e implementação de políticas públicas rurais voltadas ao fomento da agricultura familiar.

Como resposta ao jogo de poder e violência simbólica entre os assentados e o Estado, deflagrados por esses movimentos, em 1995 o PRONAF (Resolução CMN/BACEN nº. 2.191 de 24/08/95) foi criado para prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que, até então, eram excluídos das políticas públicas existentes e com dificuldades de se manter no campo. Posteriormente, incorporou as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO (ROSA, 1989).

Em 1996, o Decreto nº. 1.946 de 28/06/96, apresentou mudanças no PRONAF : redução da taxa de juros que não chegava a 10%, com limite de crédito

de custeio, de investimento por beneficiário individual crédito coletivo. Sua criação foi a resposta dada pelo Estado às relações de poder e violência simbólica deflagradas pelo movimento social rural, uma vez que, o Programa surge como um mecanismo capaz de atenuar tais mobilizações, embora mantenha um caráter de política compensatória às demandas financeiras dos assentados e, à certa medida, tido por eles como política voltada ao desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos.

Vale ressaltar que, mesmo que o PRONAF seja fruto dessas relações, ele também é um marco histórico das políticas públicas para a zona rural, pois significa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de todos os assentados brasileiros enquanto agricultores familiares, os quais, até então, eram desprovidos de qualquer política especial às suas demandas.

A atualização MCR 500, de 16/07/2008 do PRONAF, apresentadas abaixo, decorreu dessas articulações e reivindicações dos movimentos sociais rurais a partir de discussões regionais para a constituição de uma pauta nacional para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar no país a contendo das demandas dos assentados:

- No que diz respeito aos beneficiários:
 - a) Grupo A: agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), não contemplados pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e com o limite de crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF; os reassentados devido às construções de barragens (possuidores de um módulo fiscal; com renda bruta anual familiar de R\$ 14.000,00; DAP emitida pela Secretaria de Agricultura Familiar do MDA e do INCRA);
 - b) Grupo B: agricultores familiares que explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; possuam até três módulos fiscais; residam nele ou próximo; com 30% da renda familiar proveniente da exploração do estabelecimento; o trabalho familiar seja a base de exploração do estabelecimento; com renda bruta familiar 12

meses antecedentes a solicitação do DAP de até R\$ 5.000,00.

- c) Agricultores familiares que explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; possuam até três módulos fiscais; residam nele ou próximo; com 70% da renda familiar proveniente da exploração do estabelecimento; o trabalho familiar predomine na exploração do estabelecimento, utilizando eventualmente o trabalho assalariado, podendo manter dois empregados permanentes; com renda bruta familiar 12 meses antecedentes à solicitação do DAP entre R\$ 5.000,00 e R\$ 110.000,00;
 - d) Grupo A/C: agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF; tenham DAP deste grupo expedido pelo INCRA como beneficiários do PNRA ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR); já tenham obtido a primeira operação no grupo “A”; não tenham contraído financiamento de custeio, exceto deste grupo.
- No que diz respeito às finalidades dos créditos:
 - a) Crédito custeio: financia atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto os dos grupos “A” e “B”, com projetos específicos ou propostas de financiamento;
 - b) Crédito investimento: financia a implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e de serviços agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, com projetos específicos;
 - c) Créditos individuais: financia o desenvolvimento do estabelecimento rural como um todo de todo os beneficiários enquadrados no PRONAF (grupos “A”, “B” e “A/C”);

- d) Crédito de custeio para agroindústrias familiares: financia as necessidades de custeio e beneficiamento e da industrialização da produção própria e/ou de terceiro;
 - e) Crédito para integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de produtores rurais.
- No que diz respeito às linhas de crédito: Custeio; Investimento; Agroindústria; Semi-Árido; Mulher; Jovem; Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; Cotas-Partes; Microcrédito Produtivo Rural; Agroecologia; Eco.

De modo geral, o PRONAF acaba beneficiando aqueles assentados que, de uma forma ou outra, já conseguiram se consolidar enquanto agricultores familiares de médio e grande porte, pois quanto maior a comprovação da capacidade de pagamento, maiores facilidades de acessar as linhas de crédito.

Ressalta-se aqui que, segundo a Norma de Execução n°. 67, de 29/11/2007, para ser enquadrado como beneficiário do PRONAF, precisa ter sido assentado pelo INCRA, ou seja, já ter recebido o Crédito Instalação, que se divide em três modalidades: a) Apoio Inicial, b) Aquisição de Materiais de Construção e, c) Fomento.

Na verdade, mesmo que haja entraves legais para o beneficiamento, o Programa, de modo geral, é visto com bons olhos pelos assentados, principalmente os do PA Samaúma, como se pode verificar em entrevista concedida por Raimundo Costa de Araújo em 09/09/2008, no PA Samaúma.

Para o produtor rural foi o melhor projeto que o governo federal, na minha opinião, que fez foi esse. Se vier outro, não vi ainda não! Porque esse tem três anos de carência, você tem sete pra pagar e se você pagar as suas parcelas todas em dia, o'cê vai pagar só a metade e o juro é um ponto e meio cinco por ano, é juro baixinho, baixinho. (..). Eu falo que esse financiamento do governo federal, ele não é de pai pra filho, ele é de pai pra neto. De banco é o melhor que tem, eu falo assim: só não paga quem não quiser! Se pegar o dinheiro e jogar no mato.

Portanto, o PRONAF é hoje a mais importante política pública voltada aos assentados de todo o território nacional, embora não tenha conseguido superar o

caráter de política compensatória de combate à pobreza na zona rural, mesmo sendo fruto da relação de violência simbólica imposta pelo Estado aos assentados e ainda que não consiga fazer com que os assentados se organizem e mantenham suas associações de produtores em franco funcionamento.

3.2 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mucajaí X Associações de Produtores Rurais em Samaúma

O Sindicato Rural de Mucajaí, um dos mais antigos no Estado de Roraima, foi fundado ano de 1977 sob a influência do caráter assistencialista predominante desse período no sindicalismo rural.

É certo que o assistencialismo foi a forma encontrada pelo Estado de levar os assentados a se sentirem amparados, alvo de sua política agrária e agrícola, mas na realidade, era uma política destinada ao desenvolvimento e consolidação da agropecuária e da exportação. Congregavam numa mesma entidade, grandes, médios e pequenos produtores, garantindo que as demandas do primeiro grupo fossem atendidas e reivindicadas pelos dois últimos como suas necessidades socioeconômicas.

Durante os primeiros anos de existência, suas ações e posicionamentos fizeram jus ao processo histórico da política adotada pela CONTAG, já que estabelecia claramente uma relação de dependência em todos os âmbitos das ações do governo federal e, particularmente, estadual garantindo, de modo geral, a implantação da política agrária voltada ao implemento e intensificação da agropecuária no município.

Nessa perspectiva, a entidade apenas barganhava algumas “benfeitorias” junto às forças políticas do então Território Federal de Roraima, uma vez que seus sindicalizados não contavam com o peso do voto, além do pequeno grau de influência e prestígio dos seus presidentes junto aos poderes públicos e políticos roraimenses, pois, no jogo de poder simbólico com o governo, não tinham peso algum.

Portanto, não havia a necessidade de se institucionalizar. Apenas servia como ponte entre as reivindicações dos assentados, principalmente dos agropecuaristas e o governo do Território, além de instrumentalizar, por meio do

exercício da violência simbólica, o projeto condizente com as diretrizes do Estado nacional.

A verdade é que os agropecuaristas de Mucajaí utilizavam o sindicato como instrumento de poder e de pressão para que o governo fornecesse, de modo satisfatório aos seus interesses, infra-estrutura e condições viáveis ao fomento da atividade pecuária na região.

Essa situação mudou a partir da Constituição de 1988, quando foi aprovada pelo Congresso brasileiro a elevação do Território à qualidade de Estado, pois, a partir de então, além de serem assentados eram também eleitores e, por conseguinte, alvo de pseudo-interesses dos políticos e das políticas de desenvolvimento socioeconômico local e estadual.

Prova disso é que, em 14 de dezembro de 1990, o sindicato se credenciou ao Ministério do Trabalho passando a intermediar, diretamente, junto a esse órgão a aposentadoria dos assentados e, mais recentemente, passou a garantir o acesso ao auxílio maternidade das assentadas.

Além disso, vêm viabilizando o acesso às linhas de crédito do PRONAF, cuja determinação legal é que para os assentados terem acesso a qualquer uma de suas onze linhas de crédito, estejam filiados a um sindicato ou associação de produtores locais. Nesse sentido, o sindicato cumpre seus principais objetivos institucionais, ainda que idealizados pelo Estado e não pelos assentados fruto do exercício do poder simbólico do Estado sobre estes.

Atualmente, o Sindicato é presidido por Domingos Braz da Silva (responsável pelas informações aqui apresentadas, fornecidas em entrevista em 06/12/ 2007) e possui cerca de dois mil sindicalizados, que contribuem financeiramente, sem caráter obrigatório, em torno de R\$ 10,00 e R\$ 15,00, de acordo com as possibilidades financeiras de cada sindicalizado.

Percebe-se quanto ao aspecto contribuição/arrecadação, uma linha tênue de relacionamento e mobilização entre o sindicato e seus sindicalizados, principalmente em relação às associações de produtores que, por força legal, deveriam estar vinculadas a ele, mesmo que suas ações independam do reconhecimento e acompanhamento direto do sindicato.

No entanto, com a contribuição é mantido o funcionamento estrutural da sede, a participação de representantes em eventos locais e nacionais de outras entidades, a divulgação de suas ações e a realização de reuniões com os

sindicalizados, realizadas de acordo com a necessidade em discutir problemas específicos de cada comunidade agrícola pertencente ao município.

Ressalte-se ainda que a discussão é dificultada pela falta de comunicação constante entre o sindicato e as comunidades e, além disso, depende da relação interpessoal dos presidentes das associações com o presidente do sindicato, justamente por não haver um interesse de ações e diretrizes que congreguem e estreitem tais relações havendo, apenas situações pontuais e/ou circunstanciais.

A diretoria reúne-se mensalmente para avaliar as ações já implantadas pelo sindicato e debater ações futuras, inclusive conjuntas com outros sindicatos rurais ou urbanos, além de discutir o próprio funcionamento interno e o desempenho da gestão, cujo mandato é de dois anos.

Saliente-se que não há a participação de presidentes de associações nessas reuniões, o que culmina com a determinação dos problemas a serem alvo de estratégias e medidas adotadas pelo sindicato do um grupo que se concentra em torno da sede do município.

De acordo com o Sr. Domingos, a filosofia que norteia a atual gestão está pautada na melhoria da participação de todos os sindicalizados, no aumento do número de sindicalizados e na garantia do maior número possível de assentados do município nas ações e eventos promovidos pelo sindicato, inclusive no debate acerca dos problemas que os afligem, a fim de propor possíveis soluções no jogo de relações de poder e barganha com os órgãos públicos e políticos locais que tratam da questão rural em Roraima.

O que se percebe, porém, é que a busca por essa maior participação gira em torno dos assentados que estão alocados próximos à sede do município e não dos assentados filiados às associações de produtores rurais dos dois PAs existentes no município, pois, segundo a Sra. Dinalva Paula Pinheiro (secretária da Associação de Produtores Nova Esperança), em entrevista concedida em 10 de setembro de 2008, no PA Samaúma, a associação tem registro próprio no cartório e não possui vínculo algum com o sindicato. Assim, o assentado que desejar se sindicalizar procura o sindicato em Mucajaí e se filia diretamente.

De qualquer forma, essa nova filosofia destaca-se por estar mais a contento das aspirações dos assentados, uma vez não se perdem de vista as questões relacionadas à produtividade, à necessidade de participação nas discussões entre INCRA, IBAMA e Governo do Estado no que diz respeito à

regularização das terras destinadas à consolidação e ao fomento da agricultura familiar no município, além de discutir a reforma agrária democrática que atenda os interesses da maioria dos assentados.

Isso porque, o Sr. Domingos considera as ações governamentais e do INCRA mais voltadas à regulamentação fundiária e ao aumento da produção pecuária em detrimento da agricultura familiar, o que é um fato corrente em todo o Estado de Roraima.

Embasada nessa nova filosofia, em dezembro de 2007, aconteceu o primeiro encontro com os sindicalizados da “terceira idade” para discutir ações mais específicas às suas demandas, buscando fortalecer esse segmento expressivo que compõe os quadros do sindicato.

Atualmente, o sindicato em parceria com o Grupo de Trabalho na Amazônia (GTA), tem realizado inúmeros cursos que visam à geração de renda complementar para as famílias de assentados do município.

Exemplo disso está no curso de informática que 80 adolescentes concluíram e estão aptos para trabalhar nessa área, mas o município não tem capacidade para absorver a mão-de-obra e a prefeitura não tem nenhum projeto nesse sentido. Também, em fevereiro de 2008, cinquenta assentados concluíram o curso de técnico agrícola, realizado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e poderão atuar nas suas localidades como extensionistas, o que, teoricamente, ampliará e dinamizará a assistência técnica dentro dos assentamentos, tal qual é preconizada pelo próprio PRONAF.

Ressalte-se, no entanto, a preocupação do sindicato com a situação de ociosidade e o alto índice de alcoolismo entre a juventude do município, principalmente, nos assentamentos, já que as únicas diversões desses jovens são as poucas festas que acontecem no município, a televisão e os bares em funcionamento.

Outro exemplo de ações voltadas à capacitação é o curso de doces e salgados, em 2008, do qual sessenta mulheres participaram e foram certificadas. Atualmente procura-se parceria de caráter financeiro para ofertar um curso de confeitaria.

A esse respeito, um grupo de mulheres sindicalizadas acredita que a criação de uma associação de mulheres traria maior liberdade e facilidade em

buscar “apoio” financeiro de políticos para a realização de cursos que atendam suas necessidades.

Em outras palavras, este grupo não valoriza ou acredita que a autonomia que o sindicato busca manter em relação às “benesses” proporcionadas por políticos locais seja positivo não só ao sindicato, bem como aos próprios assentados que passam a ver e sentir a necessidade de se organizar e fortalecer suas entidades representativas para reivindicar que a legislação destinada aos assentamentos seja cumprida de forma satisfatória a todos.

Ao contrário, acreditam que essa postura de “autonomia” assumida pelo sindicato se constitui como entrave às suas perspectivas de geração de renda, pois deixam de barganhar o voto com os políticos e candidatos nos pleitos eleitorais em troca desses tipos de “favores”, ou seja, é mantido um ciclo vicioso de venda de voto e pseudo-benfeitorias.

Atualmente, a principal bandeira de luta do sindicato gira em torno das negociações entre o INCRA, IBAMA e o governo estadual acerca da regulamentação da situação fundiária dos Projetos de Assentamentos Samaúma e Vila Nova, os quais possuem grandes parte de suas vicinais localizadas dentro da Flona Roraima e este órgão volta e meia ameaça retirar todos os assentados dali sem nenhum tipo de indenização, ou mesmo cogita negociar outra área inexplorada pertencente ao INCRA para repor a área ocupada da Flona pelos assentados desses projetos.

Essa relação de força demonstra expressamente o poder simbólico exercido por cada uma desses agentes sociais e instituições envolvidas diretamente nesse fato.

O sindicato é filiado à FETAG/CONTAG e à CUT e participa, na medida do possível, dos eventos realizados por essas entidades e demais afiladas. Mas, segundo o presidente do Sindicato, não há “solidariedade” dos sindicatos urbanos com as causas específicas dos sindicatos rurais, especialmente o de Mucajaí, o que se justifica pelo próprio distanciamento existente, historicamente, entre o meio rural e o urbano e pelo sindicalismo urbano roraimense ser eminentemente formado pelo funcionalismo público, portanto, com lutas bem diferenciadas.

Isso deixa clara a dificuldade que o sindicalismo e as entidades representativas de classes, principalmente as rurais, enfrentam hoje em articular teias que possibilitem as organizações sociais a avançarem na superação do

isolamento dos trabalhadores do campo em relação aos espaços das decisões políticas e a reivindicar políticas públicas agrárias viáveis às suas demandas.

Distanciamento esses também percebido entre o sindicato e as associações de produtores dos PAs, uma vez que mesmo sendo sua atual bandeira de luta, a regulamentação fundiária de Samaúma e Vila Nova, o sindicato está distante física, política e ideologicamente das associações de produtores desses PAs, pois em momento algum do depoimento do Sr. Domingos e dos representantes da Associação de Produtores Nova Esperança, constatou-se qualquer iniciativa de mobilização, articulação e/ou ações conjuntas que buscassem sanar tal problemática ou qualquer outra questão existentes nesses PAs.

3.3 Associação de Produtores Rurais Nova Esperança

Em 25 de fevereiro de 1994 foi criada a primeira associação de produtores do Projeto de Assentamento Samaúma: a Associação de Produtores Rurais Nova Esperança. Naquele momento sua criação se deu como forma de garantir o acesso às linhas do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), recurso advindo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que tinha como um dos requisitos básicos, que todo pretense beneficiário fosse filiado à associação de produtores e/ou sindicato rural da sua localidade.

Nesses termos, tanto as lideranças que buscavam criar as associações quanto os futuros assentados associados, objetivavam apenas garantir a obtenção desses recursos, portanto, ambos se submetiam aos preceitos políticos e ideológicos do Estado, expressos pelo exercício da violência simbólica, como se pode perceber na entrevista de 06/07/2002 do Sr. Pedro Elias Chaves:

O associado que não estava apto para receber um financiamento porque surgia uma coisa e outra, tinha algum problema, o nome dele não era aprovado, então essas pessoas abandonavam essa associação, ficando só aqueles que foram beneficiados. Outra parte, beneficiado, o objetivo era só o benefício, conseguia o financiamento aí abandonava a associação.

A imposição desse artifício jurídico para se acessar não só o crédito específico, mas todos os demais até os dias de hoje, de certa forma, desestimula diretamente a organização e a participação dos assentados em suas entidades representativas, pois, se de um lado o assentado que não consegue obter o crédito,

naturalmente, responsabiliza a associação, mais precisamente a falta de interesse do presidente em resolver a questão, por outro lado, aquele assentado que consegue obtê-lo acaba por desvincular-se da associação ou do sindicato, pois já não tem mais motivos para se manter filiado:

De qualquer forma, o Sr. Pedro Elias, então presidente da associação, buscou se articular e mobilizar outros assentados para o desenvolvimento de atividades em prol da comunidade, sem perder de vista, é claro, o acesso a outros financiamentos que poderiam ser firmados por meio da associação com o INCRA e demais órgãos e programas governamentais que tratam do desenvolvimento e consolidação da agricultura familiar brasileira:

Há, no entanto, por parte de alguns associados certo questionamento acerca da prestação de contas, como é possível verificar nas palavras do Sr. Benedito da Silva Vitor, em 07/07/2002, no PA Samaúma, referindo-se a situação que aconteceu com seu pai, que naquele momento era associado, apresentada a seguir:

(...) Aí ele pagou parece que uma parcela só, aí a associação bagunça, tem vez que quando uma máquina está trabalhando, aí um certo... da associação come o dinheiro. Rapaz cadê a renda da máquina? Cadê o capital da associação? Já acabou, tem nada não!

A esse respeito, a gestão do Sr. Pedro Elias adotou a estratégia de prestar contas semestralmente de como e onde os recursos oriundos das taxas de filiação eram aplicados, assim, se materializava uma tentativa de consolidar a associação enquanto entidade representativa e manter seus filiados no quadro.

Tal estratégia, de certa forma acabou surtindo o efeito esperado, pois o Sr. Pedro Elias se manteve à frente da Associação por dois mandatos consecutivos.

O estatuto da Associação de Produtores Nova Esperança, ao contrário do que é permitido pelo estatuto interno do Sindicato de Mucajaí, roga que cada diretoria tem direito a uma reeleição, embora os membros, individualmente, possam se candidatar a diferentes cargos infinitamente, desde que em chapas diferentes.

Isso demonstra que há certo distanciamento, inclusive organizacional e legal, entre as associações e o sindicato. Mas, de qualquer forma, a possibilidade de determinado assentado poder concorrer e ser eleito a algum cargo da associação infinitamente, propicia a instauração e utilização de mecanismos tanto de poder

quanto de violência simbólica dessas lideranças não só em meio ao assentamento como um todo, bem como com outras entidades representativas e funcionários de órgãos públicos que tratam das questões rurais no estado:

Em menção à sua relação interpessoal estabelecida com funcionários do INCRA, que em 1996, se encontravam em Samaúma para realizar o levantamento topográfico da colônia para que pudesse ser implantado o assentamento pelo INCRA, passando de colônia agrícola espontânea à qualidade de PA deste órgão, o Sr. Pedro Elias, afirmou que:

A gente orientou indicando que era os produtores rurais, que era os picaretas na verdade, e conseguimos fazer um trabalho, andou bem no início porque 360 famílias foram assentadas, todas eram produtores rurais. Aí entrou questões políticas e aí contaminou já totalmente o órgão, o INCRA, aí dificulta o nosso trabalho porque pessoas que estavam morando aqui, que eram colonos, passaram a ficar fora e aí pessoas de outras cidades vinham só pra fazer assentamento, e houve um grande número de pessoas assentadas que não bate com a verdade.

Na fala acima, fica explicitado que ele é sabedor do seu significado enquanto assentado e liderança em Samaúma, reconhecendo e se fazendo reconhecer pelos funcionários desse órgão como pessoa apta não só para fornecer informações e auxiliá-los nesse trabalho, mas também determinar qual posseiro era merecedor de ser assentado ou não e quais áreas seriam beneficiadas pela abertura das vicinais.

A liderança e influência de Pedro ficam claros também na fala apresentada a seguir:

Hoje, o Projeto Samaúma tem aproximadamente 650 famílias que trabalham, mas umas 200 que exploram temporariamente e o resto, estes não se encontram em lugar nenhum, nem pra os dados do próprio INCRA. Pra te encontrar essas pessoas, existem várias vicinais que ainda nem estrada tem, porque aquelas estradas foram construídas todas de acordo com a que tem mais gente, então vão fazendo outras estradas; tinham 03 famílias morando, 04 famílias, 05, então não se fazia estrada, isso foi até... *eu mesmo ajudei o INCRA nessa parte* (grifo da autora). Quando o INCRA tentou consertar as coisas, *eu ajudei ao INCRA com isso* (grifo da autora), então a gente via a quilometragem para uma vicinal, a gente procurou uma parceria e dividir para fazer tantos quilômetros em tantas vicinais para atender ao mesmo tempo o projeto, pra não deixar uma vicinal com 20 e tantos km feitos e outras com 2,3, ou com 0, então a gente ousou fazer este trabalho.

Ressalte-se, no entanto que seu posicionamento (“juízo”) e “auxílio” a essa atividade realizada pelo INCRA, foram adotados sem consulta prévia junto aos demais posseiros associados ou não, fruto do seu auto-reconhecimento e por estar numa posição privilegiada enquanto presidente da associação e, ainda, por ser “sabedor” das demandas mais imediatas do Assentamento, reforçadas pelos funcionários do INCRA que seguiram suas orientações e pela não contestação dos posseiros, principalmente por parte daqueles que não foram beneficiados com a abertura das vicinais.

A necessidade de se ter uma associação em funcionamento dentro do PA, ser associado à mesma para se obter o acesso às linhas de crédito rural, que tem o PRONAF como principal fomentador, e estabelecer relações de “barganha” por “benesses” com o governo do Estado e órgãos públicos que lidam com a questão rural local, leva os assentados a organizarem e a procurar as mesmas. Prova disto é que tanto o Sr. Raimundo da Costa Araújo (vulgo Maurício) que foi presidente desta entidade por cinco mandatos e a Sra. Dinalva Paula Pinheiro, atual secretária da associação, re-afirmam essa necessidade em trechos de suas entrevistas claramente.

Em entrevista no dia 09/09/2008, no PA Samaúma, o Sr. Maurício afirma ter se inserido no movimento social rural em 1994, enquanto sócio fundador desta associação, porque percebeu que para se conseguir alguma coisa junto ao governo local e órgãos públicos, teria que ser associado. E durante muito tempo tentou, por esforço próprio, manter a associação em funcionamento:

Agora só que é muito difícil, nós não somos, nós não temos muita coisa numa colônia dessa, aqui no assentamento, porque nós somos desunidos, nós produtor rural daqui da minha região é desunido. Aí pra fora a associação funciona, aí pra fora a associação muito lá em cima. (...) Se juntasse 20 produtores, nós se juntava e comprava uma máquina de resfriar leite, nós vinha com um projeto com uma casinha, com tudo.

Mas ele, não só tem clareza que o que congrega os assentados em torno da associação é a viabilidade às linhas de crédito rural, bem como que alguns assentados, principalmente aqueles que não conseguem acessá-las, obter assistência técnica, etc., vêem os diretores, os presidentes com desconfiança: “Quando um colono vê a gente da associação com alguma coisa nova, uma sandália, por exemplo, comenta: Ei associação boa!!!

Quanto a isso, ele mesmo reconhece, na mesma entrevista, a existência de diferentes tipos de presidentes, classificando-os:

Tem todos os tipos de presidente de associação. Tem o presidente de associação que vai pra associação pra beneficiar a si próprio, tem aquele que vai porque os outro acredita nele e tem o besta falado que é meu caso! Porque esse dia mesmo eu paguei a diária pra esse menino bem aqui pra ir cuidar da vida dos outros. Quer dizer que, além de eu sair daqui, ainda tenho prejuízo!

O que demonstra que nem todos os assentados reconhecem tacitamente o exercício e estabelecimento de relações do poder e da violência simbólica dessas lideranças instituídas.

Já a Sra. Dinalva se sentiu imbuída a filiar-se à associação, inclusive a compor a chapa para concorrer ao cargo de secretária, porque foi a uma reunião da associação e notou que não havia nenhuma mulher. Como alguns primos seus eram associados pediram-lhe que se inserisse no movimento, pois legalmente é exigido um percentual de participação feminina nessas entidades (4% do quadro de filiados). Atualmente, além do exercício de suas atividades na associação busca estimular a participação de um maior número de mulheres nele.

Como se vem procurando demonstrar até o momento, ao mesmo tempo em que o Estado procura “estimular” a mobilização e organização dos assentados em entidades representativas, cria mecanismos para se atingir objetivos contrários, pois assim, pode garantir o implemento de sua política agrícola em detrimento de uma política agrária sem a discussão e a participação dos assentados na sua elaboração e implantação, por meio do exercício da violência simbólica. O que fica claro na avaliação feita pelo Sr. Maurício (em fala extraída de entrevista já mencionada) em relação à atuação do INCRA no assentamento:

A situação hoje do assentado aqui no Samaúma que ta matando ele chama-se INCRA, que não tem uma boa administração. É o INCRA que mata isso aqui, é o INCRA que arrebenta o assentado. Eu to com 10 projetos dentro do banco não conseguiu porque esse problema da “Frona” e o INCRA. (...) O Inkra é que é a maldição aqui desse Projeto.

Salvo servir de garantia de acesso aos créditos rurais, essas associações de produtores funcionam como um grêmio recreativo, na promoção de campeonatos de futebol, bingos e festividades locais. Quase sempre a sede funciona de forma

provisória na residência do presidente, o que dificulta a manutenção de arquivos e documentos. E mesmo quando existe uma sede, grande parte da documentação fica na responsabilidade do presidente e/ou de algum diretor, até mesmo equipamentos agrícolas doados por órgãos governamentais para a colônia.

No caso específico da Associação de Produtores Nova Esperança, atualmente essas atividades “recreativas” estão sendo substituídas pela realização de uma vaquejada, já que, de acordo com a visita *in loco*, percebe-se que o assentamento como um todo está passando por um processo de “pecuarização”, processo fruto do desejo do assentado ao se reterritorializar em Roraima, de se tornar um médio e/ou grande produtor ou pecuarista, embora tenha consciência que a própria estrutura da agricultura familiar brasileira não lhe dá condições para tanto, como bem aponta a fala de Raimundo da Costa Araújo (Maurício) na entrevista do dia 09/09/2008:

O gado é um bom negócio, pra gente é um bom negócio. Só não é um bom negócio para gente que moramos numa agricultura familiar e a agricultura familiar não tem espaço pra gente criar muito gado, você tem, você passou daquele lugarzinho você não pode aumentar mais porque você não tem terra. Você não tem espaço e se tivesse uma política pro cabra, de você mexer em vez de roça, se era daquilo que tava falando pra você, se era da terra, mexendo com esse pessoal política mexendo que mudasse isso, aí a gente tinha como viver melhor.

Mesmo sabendo que assentamentos da Reforma Agrária não estão voltados ao implemento da atividade pecuária, mas à produção agrícola de base familiar, tanto os assentados quanto a Associação acabam por estimular a criação de gado na região, uma vez que se pensa em institucionalizar um calendário fixo e anual para sua realização em uma área pertencente ao Sr. Maurício, provavelmente no mês de dezembro.

Saliente-se ainda que é no lote/residência desse assentado/associado, localizado na vicinal principal e próximo à sede da vila, que todo o equipamento para o beneficiamento dos lotes e da produção dos assentados obtidos junto ao governo do estado, tais como: trilhadeira, arador, trator, máquinas de quebrar arroz, etc., ficam guardados em um balcão construído por ele mesmo. Quando algum assentado necessita dos serviços dessas máquinas, cobra-se uma taxa para auxiliar na manutenção e no combustível.

Tal qual o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mucajaí, essa Associação tem como principal bandeira de luta a resolução da questão fundiária do assentamento em relação à Flona Roraima, mas pelo que se sabe, as discussões que ocorrem com a participação dos assentados, com representantes dos poderes e órgãos públicos federais, estaduais e municipais (INCRA, IBAMA, Audiências Públicas estaduais e federais, SEAAB, secretaria de agricultura municipal) não são organizadas por ela. Essas ocorrem frequentemente por conta da iniciativa de algum político, que no ano de 2008, foram estimuladas pelo Deputado Federal Édio Lopes, liderança política do município de Mucajaí.

Essa interferência, normalmente, se dá quando se aproximam os pleitos eleitorais. Prova disso é que seu filho Elton Lopes, vulgo Gordo Lopes é o atual prefeito eleito no pleito de 2008, o que se deve, em parte, à atuação do Deputado Édio Lopes na regularização dos assentamentos Vila Nova e Samaúma.

Além disso, essa interferência de políticos também interfere diretamente na organização e consolidação das associações em Samaúma, pois, em função dos seus projetos políticos particulares, utilizam as lideranças “natas” do PA, como fica claro na entrevista concedida por João Francisco Sodré em 10/09/2008, no PA Samaúma:

(..) eu estava aqui um dia o deputado federal Édio Lopes chegou aqui e me fez o convite: Seu Sodré eu quero que o Sr. participe comigo numa viagem daqui   Brasília pro Sr. representas o projeto Samaúma, aqui na sua região, o Sr. como pioneiro da região, o Sr. como fundador, eu preciso do Sr., lhe dou sua passagem de ida e volta de avião. Ai eu fui e concordei. Ele trouxe uma filmadora, foi filmado aqui a porta do do da região, a minha residência, do meu lote n , e disse mais umas palavras e foi gravado o que eu não sei o que foi, são conheço o que foi daqui pra lá (indicando o que foi filmado do seu lote).

O Sr. Sodré relata como se deu sua participa o na Audiência Pública na Assembléia Federal, ocorrida aos dias 13 de agosto de 2008, em Brasília. Esse estímulo consciente ao reconhecimento da “autoridade” e do “prestígio” de determinado assentado que se reconhece e é reconhecido pelos demais como liderança “nata”, é uma forma de instaurar mecanismos e instrumentos tanto de poder quanto de violência simbólica presentes nos assentamentos. Por conseguinte, enfraquece-se a organiza o dos assentados, pois, se há um meio mais “fácil” e “rápido” de se resolver as mais diversas questões coletivas e individuais do assentamento e do assentado, respectivamente, não se faz necessário ter e fazer

parte de uma entidade representativa, o que, de certa forma passa a ser incorporado ao seu *habitus*.

E, de modo geral, tanto o Estado quanto os mais diversos atores sociais envolvidos direta e indiretamente com os problemas enfrentados nos assentamento sabem que, para que haja “benesses” capazes de propiciar o desenvolvimento sócio-econômico do e no assentamento, é necessário não só fazer parte das relações de poder e violência simbólica, mas se apropriar e exercê-las efetivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos rurais, enquanto política pública brasileira para o meio rural, estão longe de satisfazer a contento as necessidades dos assentados, pois sua criação, mesmo de forma racional, não pode ser entendida como uma política agrária, uma vez que não se propões reordenar a estrutura fundiária do país por meio de uma intensa e massiva Reforma Agrária.

Enquanto política agrícola, embora existam programas que intuem o implemento, desenvolvimento e consolidação da agricultura familiar, criam-se instrumento e mecanismos legais que dificultam a sua acessibilidade pelos posseiros e assentados.

Além disso, essas políticas foram e continuam sendo pensadas e idealizadas a partir de uma realidade específica, vivida pelos sem-terra e assentados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, nas quais os conflitos por terra é notório entre estes e os latifundiários e agropecuaristas e nem mesmo as especificidades sócio-históricas e geofísicas existentes nessas regiões são levadas em conta. Situação esta, que se agrava ainda mais ao serem implementadas nas regiões Centro-Oeste e Norte, nas quais os conflitos por terra podem ser considerados mais tênues.

Portanto, esta política de criação de assentamento rural adotada e implementada pelo governo federal para toda a zona rural brasileira, além de precisar levar em conta essas especificidades de forma também permitir sua implantação de acordo com as necessidades regionais, estaduais e, até mesmo interestaduais.

Na especificidade roraimense, além dessa política de assentamento rural estar ligada diretamente à política de colonização agrícola adotada pelo governo federal a partir da década de 1930, mas principalmente pelo governo local, desde o final da década de 1980 e em vigor até hoje, ainda há diferenças entre as condições geofísicas e produtivas entre as regiões localizadas ao norte e as ao sul do Estado, as quais são desconsideradas por essa política.

Desconsiderar essas especificidades é uma forma de criar novos assentamentos rurais, melhor dizendo novos territórios, nos quais estabelecer-se-ão relações de poder e de violência simbólica conhecidas e reconhecidas pelo Estado, já que se busca padronizar um modelo micro e macro-estrutural nesses assentamentos. O que, de certa forma, viabilizaria seus implementos e

gerenciamentos por parte do governo, pois as novas realidades construídas e reconstruídas, tecnicamente, seriam as mesmas.

Portanto, não seria necessário pensar nem tão pouco idealizar mecanismos diferenciados para se lidar de modo satisfatório com o implemento da política agrícola brasileira que busca, na realidade, implantar, expandir e beneficiar a agroindústria em todo o território nacional.

Nessa perspectiva, no caso específico de Roraima, mantêm-se os mesmos mecanismos que estimulam os processos de desterritorialização dos sem-terra, principalmente de nordestinos/maranhenses, garantindo o avanço do capitalismo na zona rural dessa região e do processo de reterritorialização em Roraima. Ou seja, perpetua-se o ideário construído historicamente sobre a região, de que, todos aqueles que desejam realizar o sonho de adquirir a terra própria, basta vir para Roraima, pois além de haver muita terra para ser apossada, os governos federal, estadual e municipais, através de seus órgãos públicos, lhes proporcionarão todas as condições físicas e materiais até que possam subsistir e criar perspectivas de ascender sócio e economicamente dá e na sua parcela rural na região.

Tal ideário foi e, em certa medida, continua sendo, incorporado e apreendido por esses sem-terra e posseiros, constituindo-se enquanto *habitus* em meio à zona rural roraimense.

O próprio Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é um dos principais mantenedores e estimuladores desse *habitus*, haja vista que, de acordo com a legislação vigente²⁹ ao invés de criar os assentamentos de forma ordenada e sob reais perspectivas de êxito, faz o contrário: o posseiro ocupa uma suposta área devoluta, demarca os lotes, abres as vias de acesso, inicia a produção e comercialização, o processo de urbanização da vila, etc., para só então, ao ficar sabendo da existência da nova colônia, o INCRA chegar e implantar o assentamento, de certo modo, “re-organizando” o que já foi feito pelo então posseiro.

Portanto, esse órgão apenas trata de legitimar uma situação já instaurada, o que, em alguns casos (como ocorreu com o Projeto de Assentamento Samaúma) agrava ainda mais a situação do então assentado, pois ao legitimar a

²⁹ Manual da Política para a Reforma Agrária, Norma de Execução N°. 67, Instrução Normativa N°. 2

ocupação espontânea de terras supostamente devolutas por meio da implantação do assentamento, sequer faz um levantamento da real situação fundiária da área apossada e acaba por reconhecer um assentamento dentro de uma área pertencente ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Flona Roraima, acarretando muito mais malefícios aos assentados que benefícios.

Isto porque, além dessa problemática fundiária até então não ter sido resolvida, causa incertezas, anseios e frustrações em meio aos assentados, pois não sabem se ficarão no território conquistado e construído; se tiverem que se desterritorializar onde irão se reterritorializar? Serão indenizados? O que se agrava ainda mais porque sequer podem obter o Título Definitivo da Terra (TDT) emitido pelo INCRA.

Mesmo assim, constatou-se que de 2005 a 2008 foram criadas mais quatro (04) vicinais no PA Samaúma sob as mesmas condições de migração e ocupação espontânea, por conseguinte, sem infra-estrutura mínima, sem abertura de estradas prévias, sem loteamento prévio, etc., pelo INCRA.

Além de todas essas questões, a situação por si só propicia e reitera as intensas relações de poder e violência simbólica deflagradas pelos diversos atores sociais envolvidos direta e indiretamente na questão, inclusive, viabiliza a utilização de alguns assentados em projetos particulares de políticos e de funcionários públicos que se apropriam das circunstâncias para se projetar ainda mais em meio a essas relações.

Não esquecendo que, alguns assentados também o fazem, reiterando sua condição de liderança instituída ou “nata” entre os demais, pois se utilizam de sua condição e/ou posição privilegiada sócio e economicamente para tal, inclusive para obterem, de forma particular, “benesses” de políticos, dos próprios funcionários dos órgãos que tratam das questões rurais em Roraima para seu lote e aumento da potencialidade produtiva.

Enquanto essa questão não é solucionada a contento das expectativas dos samaumenses, toda e qualquer medida adotada pelo governo do Estado e/ou pelas prefeituras municipais de Alto Alegre e Mucajaí voltada ao desenvolvimento socioeconômico da região será paliativa aos problemas mais emergenciais de Samaúma instaurando-se, por conseguinte, um intenso processo de “troca de favores” por voto nos sucessivos pleitos eleitorais.

Fato comum em todos os 50 assentamentos do INCRA existentes hoje em Roraima, pois se forem implementadas políticas agrárias e agrícolas, tanto pelo governo federal quanto estadual e municipais para sanar as problemáticas vividas dentro desses assentamentos, perde-se o poder de “barganha” pelo voto, além de fortalecer a agricultura familiar em detrimento do implemento e consolidação do agronegócio de grãos no Estado, o que, a certa medida, se opõe ao projeto político nacional para a zona rural brasileira.

Na especificidade roraimense, os próprios assentados reconhecem que as ações e projetos do governo estadual estão muito mais voltados à regulamentação fundiária, ou seja, que as terras pertencentes à União sejam repassadas ao estado, o que viabilizaria o estímulo ao aumento da produção pecuária e de grãos em detrimento do implemento e fortalecimento da agricultura familiar. O que pode ser viabilizado pela assinatura aos dias 28 de janeiro de 2009, de um decreto e uma medida provisória repassando 6.000ha (25%) das terras total de Roraima para o domínio do governo estadual.

Esse estímulo a atividade pecuária e de produção de grãos no Estado de Roraima como um todo, fica muito explicitado ao se constatar que de 2002 a 2008, o Projeto de Assentamento Samaúma vem passando por intenso processo de pecuarização, decorrentes de dois fatores preponderantes. O primeiro deles está intimamente ligado a questões culturais, pois é comum em meio aos assentados de todo o estado o sonho de se tornarem pequenos, médios e, até mesmo grande pecuaristas. O segundo, relaciona-se ao fato de que as famílias que conseguem sucesso com a produção de culturas mais comercializáveis como: mandioca, milho e arroz; e/ou acessam parcelas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), acabam investindo na compra de gado e de terras em torno do lote do patriarca, ou em lotes próximos, mas no próprio PA, colocando-as nos nomes de membros da família maiores de idade para que possam ter acesso a mais recursos desse Programa e reinvestir na aquisição de mais gado.

Mediante o reconhecimento e entendimento supracitado, não se pode desconsiderar que o PRONAF, na avaliação dos assentados é, hoje, a mais importante e significativa política agrícola voltada ao desenvolvimento e fomento da agricultura familiar brasileira. Embora tenha um caráter compensatório à pobreza no meio rural e, que de certa forma, beneficie muito mais aqueles assentados considerados médios produtores e/ou mesmo pequenos e médios pecuaristas, pois

o mesmo busca consolidar ainda mais o potencial produtivo destes em detrimento do pequeno produtor familiar que não tem como garantir efetivamente seu potencial de pagamento das parcelas contraídas do Programa.

Nessa perspectiva, as associações de produtores, em particular a Associação de Produtores Rurais Nova Esperança e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mucajaí necessitam de uma melhor articulação entre si e com o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), haja vista que este tem sido importante um movimento de pressão junto às instâncias governamentais que tratam diretamente desses recursos para que tal situação viesse a ser revista, uma vez que o PRONAF vem passando, desde sua criação em 1996, por constantes reformulações.

Essa melhor articulação entre essas entidades poderia vir a garantir que o PRONAF realmente se voltasse ao assentado que ainda não conseguiu consolidar sua produção e se inserir no mercado local. Mas para isso, tanto a Associação quanto o Sindicato têm que buscar caminhos para mobilizar e aumentar o número de filiados e a participação dos já filiados a essas entidades representativas, instaurando um maior poder de pressão junto aos órgãos federais, mas principalmente os estaduais e municipais responsáveis pelas questões no meio rural roraimense para que tratassem com o mínimo de respeito e dignidade os assentados em Roraima e que a agricultura familiar passasse a ser alvo de políticas públicas agrícolas específicas no Estado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. **As políticas públicas e os projetos de assentamento**. Paraíba: Estudos de Psicologia, 2004.

ARAÚJO, João Bosco C. et al. **Elementos constitutivos de capital social nos projetos de assentamento Che Guevara e Santa Bárbara, localizados no estado do Ceará**. Disponível em: www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/resumos_trab/231.htm. Acesso em: 10/01/2008.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da Descentralização**. - Rio de Janeiro: REVAN, São Paulo FAPESP, 2000.

_____. **Federalismo e democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana**. São Paulo Perspectiva., Dez 2001, vol.15, no.4, p.23-31. ISSN 0102-8839.

_____. **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Junho 1999, vol.14, no.40, p.111-141. ISSN 0102-6909.

_____. **Mitos da descentralização. Mais democracia e eficiência nas políticas públicas?** 1996. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 31, p.44-66, jun.

AUBERTIN, Catherine (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988.

BARBOSA, Reinaldo. **Ocupação Humana em Roraima: Uma visão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antrop. 9, 1993.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luiz A. Cabello. **O que são Assentamentos Rurais**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, Heloisa da Silva (Org.). **Pensando e preservando o olhar histórico, socioeconômico e político de Roraima**. Manaus: Edições UEA/Editora Valer, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário /INCRA – **Sistema de Informações de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária (SIPRA)**. Relatório 0309 de 09/12/2008.

_____. **Superintendência Regional (25) D – 4 (Titulação)**.

_____. **Declaração de Aptidão ao Pronaf**. Portaria N°. 47, de 26 de novembro de 2008.

_____. **Manual da Política Agrícola para a Reforma Agrária**. Portaria N°. 13, de agosto de 2005.

_____. **Norma de Execução N°. 67, de 29 de novembro de 2007**.

_____. **PRONAF. Atualização MCR 503, de 17 de setembro de 2009**.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA. **Instrução Normativa nº. 2, de 20 de março de 2001**.

BRASIL. **Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislação. Acesso em: 07/09/2004.

CHAVES, Pedro Elias. **Entrevista concedida a Indira Duarte de Oliveira**, em 06 de julho de 2002, das 09 às 10h, no Projeto de Assentamento Samaúma, Mucajaí/RR.

CORREIO POPULAR, abril de 2008: entrevista com o sociólogo Ricardo Antunes.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **Migração e Transformações Produtivas na Fronteira: o caso de Mato Grosso**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

DINIZ, Alexandre Magno Alves. **A dimensão qualitativa da migração e da expansão da fronteira agrícola em Roraima**. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/mig_diniz.pdf. Acesso em 07/09/2004.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; SANTOS, Reinaldo Onofre dos. **O vertiginoso crescimento populacional de Roraima e seus impactos socioambientais**. Belo Horizonte: Caderno de Geografia, v. 15, n. 25, 2005.

FNO. Disponível em: www.basa.com.br/download/PlanoFNO20042006.pdf. Acesso em: 07/09/2004.

História da ocupação de Roraima. Disponível em www.bvnews.com.br/roraimahistoria#O_Território_Federal. Acesso em: 07/09/2004.

História do Crédito na Agricultura Familiar. Disponível em: www.asfagro.org.br/trabalhos_tecnicos/agricultura_familiar/historia_do_Cr%EA9dito_na.pdf. Acesso em: 09/02/2009.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

INCRA. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 07/09/2004.

LIMA, Luiz Cruz; VALE, Ana Lia Farias. **Migração e mudança social: influência do migrante do sertão nordestino no Norte do Brasil.** Barcelona: Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales, n. 94, 2001. ISSN 1138-9788. ISSN 1138-9788, Nº. 5, 94, 2001.

LIMA, Pedro Teófilo. **Entrevista concedida a Indira Duarte de Oliveira**, em 06 de julho de 2002, às 10h no Projeto de Assentamento Samaúma, Mucajá/RR.

MATTEI, Lauro Francisco. **Trabalhadores: Política agrária - Terra arrasada.** Revista Teoria e Debate, nº. 12, out./nov./dez. de 1990. Disponível em: www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=670. Acesso em: 03/06/2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. **“Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”:** considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. Parte II, Acciones colectivas: movimientos, protestas y organizaciones sociales, 2005. Disponível em: www.lpp-uerj.net/outrobrasil/Debates_Destaque.asp?Id_Sub_Debate=29 - 46k. Acesso em: 01-12-2007.

_____. **Assentamentos rurais: mudanças sociais e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

NASCIMENTO, José Clepiteriano. **Entrevista concedida a Indira Duarte de Oliveira**, aos dias 14 de julho de 2005, às 15h, na sede do Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA), em Boa Vista/RR.

NUNES, Paulo Henrique Faria. **A influência dos recursos naturais na transformação do conceito de território.** Cuestiones Constitucionales, nº. 15, julio-diciembre, 2006.

OLIVEIRAA, Indira Duarte de, **Estratégias governamentais para a Colonização Agrícola e os Trabalhadores Rurais.** Monografia (Especialização em História Regional) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista – RR, 2006.

_____. b. **Estratégias Governamentais para a Colonização Agrícola e os Trabalhadores Rurais.** In VIEIRA, Jaci Guilherme (Org.). **O Rio Branco se enche de História.** Boa Vista: Editora UFRR, 2008.

_____. c. **Projeto de assentamento: consolidação da política agrícola brasileira.** In BORGES, Heloísa da Silva (Org.). **Pensando e Preservando o olhar histórico,**

socioeconômico e político de Roraima. Manaus: Edições UEA/Editora Valer, 2008.

PEIXOTO, Marcos. **O planejamento do desenvolvimento de assentamentos rurais:** experiência no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revista Universidade Rural, Série Ciência Humana, v. 24, n°. 1-2, 2002.

PEREIRA, Cléo de Brito. **Entrevista concedida a Indira Duarte de Oliveira,** aos dias 06 de julho de 2002, às 10h no Projeto de Assentamento Samaúma, Mucajaí/RR.

_____. _____, aos dias 02 de julho de 2005, às 07h no Projeto de Assentamento Samaúma.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES. Disponível em: www.ceres.go.gov.br/historia/ver_hist.php?cod=5. Acesso em: 28/08/2008.

PRONAF. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 07/01/2008.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIBEIRO, José Carlos. **O surgimento do sindicalismo no Brasil.** Disponível em: recantodasletras.uol.com.br/trabalhosacademicos/818354 - 13k - Acesso em 01/12/2007.

RICCI, Rudá. **A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos.** Revista Espaço Acadêmico, n°. 54 - Novembro/2005 – Mensal – ISSN 1519.6186 Ano V

RODRIGUES, Nilton Pereira da Silva. **Entrevista concedida a Indira Duarte de Oliveira,** aos dias 14 de outubro de 2004, às 09h, na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em Boa Vista – RR.

ROSA, Marcelo. **As novas faces do sindicalismo rural brasileiro:** a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. Rio de Janeiro: Dados, vol. 47, n°. 3, 2004. ISSN 0011-5258. Doi: 10.1590/S0011-52582004000300002.

SALATI, Enéas (Org.). **Amazônia:** Desenvolvimento, Integração e Ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983. Cap. V.

SANTOS, Pablo Silva Machado. **Pierre Bourdieu e o conceito de Violência Simbólica.** 2007. Disponível em: pt.shvoong.com/social-sciences/1721852-pierre-bourdieu-conceito-violencia-simbolica/ - 45k. Acesso em: 10/01/2008.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu:** uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, 2002, Nº 20.

SILVA, Domingos Braz da. **Entrevista concedida a Indira Duarte de Oliveira**, em 06 de dezembro de 2007, das 09h às 11h, na sede do Sindicato, no município de Mucajaí.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Segurança Alimentar, Produção Agrícola Familiar e Assentamentos de Reforma Agrária no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2008.

SILVA, Luciana Henrique da. **Assentamentos Massangana III e Chico Mendes-PB: formulação de políticas públicas**. Maringá: Revista Geo Notas. Vol. 5, nº. 4, 2001. ISSN 1414-0646. Disponível em: www.dge.uem.br/geonotas/vol5-4/luciana.shtml. Acesso em: 07/09/2004.

SILVA, Paula Junqueira da; ALMEIDA, Maria Geralda de. **Territorialidade e desterritorialidade: os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba**. MPC 06/2004. Disponível em: www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0604.htm - 79k . Acesso em: 10/01/2008.

SINDICALISMO – **Caminhada Histórica**. Disponível em: www.fetagr.com.br/site/home/noticiasdet.php?idprincipal=73&idcategoria=77&id=78-36k. Acesso em: 06/05/2008.

SODRÉ, João Francisco. **Entrevista concedida a Indira Duarte de Oliveira**, aos dias 02 de julho de 2005, às 16h no Projeto de Assentamento Samaúma, Mucajaí/RR.

SODRÉ, João Francisco. **Entrevista concedida a Indira Duarte de Oliveira**, aos dias 06 de julho de 2002, às 10h no Projeto de Assentamento Samaúma, Mucajaí/RR.

SOUZA, Edivan Pereira. **Entrevista concedida a Indira Duarte de Oliveira**, aos dias 02 de julho de 2005, às 08h no Projeto de Assentamento Samaúma, Mucajaí/RR.

SOUZA, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sônia Maria P. P. **Processo de desenvolvimento a partir das liberdades instrumentais em assentamentos rurais no pontal do Paranapanema, estado de São Paulo**. São Paulo: Informações Econômicas, v. 38, n. 2, fev. 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **O Sindicalismo Rural no Brasil, no rastro dos antecedentes**. Universidad de Barcelona: Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Nº15, 15 de enero de 1998. [ISSN 1138-9788].

TOURNEAU, François-Michel Le. **Colonização agrícola e áreas protegidas no Oeste de Roraima: Fronteira agropecuária e Terra Indígena Yanomami em Roraima (I)**. Documento Yanomami, nº. 03, julho de 2003.

VITOR, Benedito da Silva. **Entrevista concedida a Indira Duarte de Oliveira**, aos dias 06 de julho de 2002, às 15h no Projeto de Assentamento Samaúma, Mucajaí/RR.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)